

Carla Almeida Capanema

**AS MODALIDADES DO ATO E SUA SINGULARIDADE NA
ADOLESCÊNCIA**

**Belo Horizonte
2009**

Carla Almeida Capanema

AS MODALIDADES DO ATO E SUA SINGULARIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Orientadora: Prof^a. Ângela Maria Resende Vorcaro

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2009

150 Capanema, Carla Almeida
C236m As modalidades do ato e sua singularidade na adolescência
2009 [manuscrito] / Carla Almeida Capanema.- 2009.

96 f.

Orientador: Ângela Maria Resende Vorcaro
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia - Teses 2. Adolescência - Tese. 3. Puberdade – Teses.
4. Puberdade – Teses. 5. Angústia – Teses. 6. Psicanálise - Teses I.
Vorcaro, Ângela Maria Resende. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Psicologia

A Dissertação "*As modalidades do ato e sua singularidade na adolescência*"

elaborada por **Carla Almeida Capanema**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Belo Horizonte, 23 de junho de 2009. .

BANCA EXAMINADORA

Handwritten signature of Prof. Dra. Ângela Maria Resende Vorcaro in cursive script.

.....
Prof. Dra. Ângela Maria Resende Vorcaro
(Orientadora)

Handwritten signature of Prof. Dra. Cristina Moreira Marcos in cursive script.

.....
Prof. Dra. Cristina Moreira Marcos

Handwritten signature of Prof. Dr. Roberto Assis Ferreira in cursive script.

.....
Prof. Dr. Roberto Assis Ferreira

Dedico este trabalho ao Flávio, por seu amor e incentivo nos momentos fundamentais de minha vida; às minhas filhas, Luísa e Cecília, pelo carinho incondicional e compreensão; aos meus pais, Antônio e Astrid, por sua ilimitada afeição e pela transmissão de um legado para toda a vida, e aos adolescentes por mim atendidos no *Programa Liberdade Assistida*, por me ensinarem que a liberdade é sempre “insistida”.

AGRADECIMENTOS

À Professora Ângela Maria Resende Vorcaro, pelo trabalho paciente e eficiente na orientação desta dissertação de Mestrado.

Aos Professores Fernanda Otoni de Barros e Jeferson Machado Pinto, pelas preciosas contribuições prestadas no exame de qualificação, advindas de uma leitura criteriosa do texto.

À Professora Márcia Rosa, pelas valiosas indicações e sugestões que tanto colaboraram para a construção desta dissertação.

À todos os colegas e professores do Mestrado, em particular à colega Daniela Dutra Viola.

À Leila Marine, pela escuta e por me acompanhar na sustentação do meu desejo.

À Cristiane Barreto, pela amizade e oportunidade de trabalho no *Programa Liberdade Assistida*, supervisão cuidadosa e saber a mim transmitido.

À Maria José Gontijo Salum e Antônio Morelli pelas supervisões e ajuda nesta caminhada.

À todos os colegas do *Programa Liberdade Assistida*, em especial às amigas Raquel Marinho, Débora Matoso e Kátia Zaché, pela rica interlocução e convívio ao longo desses anos.

Aos colegas de Cartéis e da Escola Brasileira de Psicanálise, com quem pude estruturar grande parte da minha compreensão sobre psicanálise.

À todos os meus familiares, em especial meus irmãos Júnior e Thiago, que sempre me apoiaram nos projetos sonhados — eis aqui um produto desses sonhos.

Todo ato verdadeiro é delinquente, observamos isto na história, que não há ato verdadeiro que não comporte um atravessamento de um código, de uma lei, de um conjunto simbólico, com o qual, pouco ou muito, se constitui como infrator, o que permite a este ato ter oportunidade de reorganizar essa codificação.

(MILLER, 1993, p. 45).

RESUMO

Este estudo aborda o agir dos adolescentes como uma tentativa de saída frente aos impasses provocados pela entrada na puberdade, pelas mudanças corporais e pelo excedente pulsional, além da separação das figuras parentais e do encontro com o sexo, relacionando-os à angústia. Muitos jovens manifestam, diante da ausência de referências simbólicas que o apoiariam neste momento singular, irrupções não de um sintoma, mas de um agir. Trabalham-se, neste estudo, modalidades de ato: “passagem ao ato” e “*acting out*”, praticadas pelo sujeito em resposta ao seu mal-estar vivenciado, além da definição lacaniana de que todo ato verdadeiro comporta uma infração. A adolescência suscita o ato como algo que marca um antes e um depois, um atravessamento. Muitas vezes o ato constitui uma tentativa de inscrição, e quando seriado torna-se atividade rotineira, fazendo-se necessário recuperar a função de ato quando sua banalização o apaga. Somente o adolescente poderá reparar o seu ato desde que uma referência ao simbólico seja viabilizada. Através de casos clínicos, faz-se a análise teórica dos atos infracionais cometidos por adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa e assistidos pelo Programa Liberdade Assistida – lugar importante onde o jovem possa falar do seu ato, apostando que este ato possa vir a ser algo transformador, propiciador de uma retificação subjetiva. Nessa perspectiva, o verdadeiro ato “infracional” está do lado do poder público, em um programa cuja dimensão do singular é levada em conta para além da política universalizante, se dispondo a encarar essa situação tão banalizada pelo campo social.

Palavras-chave: Adolescência, angústia, passagem ao ato, *acting out*, liberdade assistida, psicanálise, ato infracional.

ABSTRACT

This study describes about the act of adolescents as an attempt to resolve conflicts caused by the entrance in puberty, body changes and the pulsional exceeding, besides the sharing of parental figures and the encounter with sex, relating them to anguish. Many young people express, in the absence of symbolic references that support this singular moment, appearances not related with a symptom, but an act. In this work it was developed modes of action: "passing to the act" and "acting out", committed by the subject in response to their discomfort experienced, added to Lacanian definition that every true act carries a violation. The adolescence raises the act as something that marks a before and an after, a crossing. Often the act is an attempt to register, and when serial activity becomes routine, making it necessary to recover the function of the act when trivializing has been deleted it off. Only the own adolescent can repair your act since that a reference to the symbolic is can become possible. Through clinical cases, it is a theoretical analysis of illegal acts committed by adolescents in socio-educational reinsertion and assisted by Liberty Assisted Program - important place where young people can speak of his act, betting that this act might be something modifier, providing a subjective rectification. According as this perspective, the real "infringement" act is beside of public authority, in a program whose dimension of individual singularity is taken into account beyond the universalizing policy, becoming available to face this situation so banal observed in social field.

Keywords: Adolescence, anxiety, passing to the act, acting out, assisted freedom, psychoanalysis, infringement act

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - A ADOLESCÊNCIA	13
1.1 Contextualização da adolescência no campo social	13
1.2 O adolescente freudiano	15
1.3 A adolescência e os pós-freudianos	22
1.4 Algumas considerações	26
1.5 Lacan e suas contribuições sobre a adolescência	29
1.5.1 A puberdade no “Seminário V”	29
1.5.2 “O despertar da primavera”	33
1.6 A perspectiva dos autores lacanianos sobre a adolescência	38
CAPÍTULO 2 - O ATO	44
2.1 Passagem ao ato e <i>acting out</i> : um breve histórico.....	44
2.2 O ato na obra de Freud	46
2.3 O <i>Agieren</i> freudiano em “Recordar, repetir e elaborar”	48
2.4 A questão do ato no ensino de Jacques Lacan.....	49
2.5 A angústia, o objeto <i>a</i> e a falta da falta	50
2.6 Os casos “Dora” e “A jovem homossexual”	57
2.7 A passagem ao ato	59
2.8 O <i>acting out</i>	62
2.9 Todo ato é fora da lei	65
2.10 A passagem ao ato e o <i>acting out</i> na adolescência	67
CAPÍTULO 3 - CASOS CLÍNICOS	71
3.1 Caso 1: Clemente, “o social”	72
3.1.1 Discussão	74
3.2 Caso 2: Alexandre, “o catador de papéis”	76
3.2.1 Discussão	80
3.3 Caso 3: Lúcio, “o eletricista”	82
3.3.1 Discussão	86
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

Em princípio, a adolescência não é um conceito psicanalítico. E ainda que não esteja entre os temas tradicionalmente ligados à psicanálise, passou a ser importante à medida que os efeitos de sua incidência na constituição subjetiva mostraram-se contundentes. Na adolescência, a aquisição de compleição corporal e o encontro com o outro sexo possibilitam abordar diretamente e tornar realizável o que, até então, restringia-se ao plano da fantasia e da expectativa.

Ao privilegiar a puberdade e não a adolescência, Freud (1989d) marcou a insistência do real¹ biológico no psiquismo. Atualmente, os trabalhos oriundos da perspectiva lacaniana precisam a distinção entre puberdade e adolescência. A primeira é considerada como a época da emergência da genitalidade, quando há um despertar pulsional, e a segunda, como a subjetivação dessas transformações, o modo como o sujeito responde a essa irrupção de libido (STEVENS, 2004, p. 27-39). Assim, a adolescência aparece mais como uma condição subjetiva do que uma fase atrelada ao desenvolvimento biológico do sujeito, permitindo que a psicanálise possa problematizar essas condições, passando a se interessar pela adolescência em sua plenitude.

O estudo da adolescência é de grande relevância para a práxis psicanalítica, seja como conceito, seja como presença no discurso da sociedade contemporânea, que amplamente difunde a visão do adolescente como rebelde, impulsivo, antissocial e perigoso. A adolescência é vista, muitas vezes, como uma crise que tem que passar (ALBERTI, 1996).

Um ponto de particular interesse a ser tratado nesta dissertação é a forma de atuação do adolescente, esse ser que, diante do embaraço das transformações corporais e psíquicas, utiliza-se da dimensão do ato de modo inédito na ligação do sujeito com o seu corpo.

Equiparar atuação e adolescência não é novidade; vários autores psicanalistas têm trabalhado um fenômeno da adolescência nomeado de “tendência a agir”, expressão introduzida por André Haim em 1971. Essa tendência é definida como algo que vem em resposta à descoberta das percepções corporais no

¹ “Definido como o impossível, o real é aquilo que não pode ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita e, por consequência, não cessa de não se escrever” (CHEMAMA, 1995, p.182).

adolescente — um estranhamento em relação ao próprio corpo (ALBERTI, 1996, p. 28).

Este estudo nasce de questões relacionadas à nossa prática clínica dentro do *Programa Liberdade Assistida*, com base nos atendimentos realizados com adolescentes que cumprem medida socioeducativa, e partindo do princípio de que muitos deles recorrem ao ato infracional como forma de lidar com o mal-estar advindo desse momento difícil.

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, contempla um conjunto de seis medidas socioeducativas destinadas a adolescentes² infratores: advertência, reparação de danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Além destas, os adolescentes podem receber cumulativamente as medidas protetivas³. Transcorrido o devido trâmite legal, os adolescentes são encaminhados para o cumprimento de uma dessas medidas, levando-se em consideração a gravidade do ato cometido e a capacidade de cada um em cumprir a medida determinada.

De acordo com o art. 103 do ECA, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, e ainda que os adolescentes sejam reputados como “pessoas em desenvolvimento”, sendo, por isso, inimputáveis, eles podem e devem se responsabilizar por seus atos na forma das medidas acima citadas.

Assim, o conceito de responsabilidade é precioso ao ECA e ao trabalho socioeducativo, pois permite que o cumprimento da medida possa ir além de uma sanção punitiva ou “vitimizadora” (NOGUEIRA, 2006).

Em consonância com as exigências do ECA, em 1998 a Prefeitura de Belo Horizonte criou o *Programa Liberdade Assistida*⁴, que tem como enfoque maior

² O ECA considera adolescente o jovem de 12 a 18 anos. As crianças com idade inferior a 12 anos que cometem atos infracionais recebem as medidas protetivas.

³ Conforme o art. 101 do ECA, as medidas protetivas são: encaminhamento aos pais ou responsáveis; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; abrigo em entidade; colocação em família substituta.

⁴ O *Programa Liberdade Assistida*, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com o Juizado da Infância e da Juventude (JIJ) e a Associação Municipal de Assistência Social (Amas), foi

a dimensão da subjetividade humana no atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Os atos infracionais relacionados a adolescentes mostram-se cada vez mais relevantes para a psicanálise, à medida que indicam como o sujeito pode chegar à sua condição-limite e até mesmo à morte. Os psicanalistas têm buscado se inserir cada vez mais nas instituições, e, particularmente, após a implantação das medidas previstas no ECA, os serviços de atendimento ao adolescente infrator têm se mostrado um campo de trabalho especial, abrindo-se uma oportunidade singular de formalização dessa clínica e de um aprofundamento de sua prática.

Considerando o método da pesquisa psicanalítica como o que evidencia o traço distintivo pelo qual o pesquisador vai se debruçar sobre o problema, propõe-se como metodologia deste estudo o entrecruzamento de dois caminhos principais: a leitura teórica minuciosa e nossa experiência clínica, dentro do *Programa Liberdade Assistida*, com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

As principais referências a serem utilizadas neste trabalho serão fundamentadas na teoria psicanalítica. Essa temática não foi objeto de desdobramentos teóricos para Freud e Lacan, apesar de ambos terem demarcado um campo que foi retomado com empenho por diversos teóricos pós-freudianos (Anna Freud, Klein, Winnicott, dentre outros) e vários autores contemporâneos, como, por exemplo, Rassial, Stevens, Freda, Lacadée, Alberti, Garcia.

A área de concentração escolhida é Estudos Psicanalíticos e a linha de pesquisa, Investigações Clínicas, porque, mesmo a psicanálise freudiana não tendo enfatizado a adolescência, atualmente esse período se tornou um traço identificador entre sujeitos, independente de sua idade. Ao pesquisar o ato infracional na adolescência, temos por objetivo analisá-lo a partir da clínica, como forma do sujeito lidar com o mal-estar advindo desse momento crucial de sua vida.

A opção por esta temática de estudo deve-se ao fato de a Universidade propiciar uma teorização sistemática da prática clínica, podendo lançar luz sobre esse fenômeno da modernidade, refletindo sobre sua incidência na teoria psicanalítica e o retorno da teorização sobre essa prática.

criado em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como uma das medidas socioeducativas a ser aplicada ao adolescente em conflito com a lei. Foi implantado em 1998, levando em conta a escuta singular de cada sujeito, a partir da orientação psicanalítica e dos seus aspectos sociais e judiciais. O *Programa* ganhou destaque ao receber o primeiro prêmio "Sócio-Educando" concedido pela Unicef em 1999.

A partir do referencial teórico proposto, faremos a apresentação das etapas deste estudo. Na primeira, realizaremos uma construção teórica sobre o tema da adolescência, iniciando com uma breve contextualização histórica desse período no campo social. Depois, enfocaremos a visão psicanalítica sobre a adolescência, buscando compreender a trajetória seguida por Freud e os pós-freudianos em sua teorização sobre a puberdade, assim como a perspectiva lacaniana da adolescência. Na terceira etapa, focalizaremos a questão do ato para Lacan. Por meio do *Seminário 10* procuraremos estabelecer a relação entre angústia, *acting out* e passagem ao ato, visando à distinção entre essas duas modalidades de ato. No *Seminário 15*, verificaremos as elaborações de Lacan referentes à clínica do ato, principalmente a distinção entre ação e ato, e o conceito de ato verdadeiro. Na última etapa do trabalho, relataremos fragmentos de casos clínicos, nos quais analisaremos o ato infracional como uma saída diante dos impasses da adolescência e da falta de referências simbólicas do mundo contemporâneo, referências que permitiriam ao jovem atravessar esse momento singular.

CAPÍTULO 1 – A ADOLESCÊNCIA

1.1 Contextualização da adolescência no campo social

Conforme citado por Ariès (1981, p. 36), na Idade Média, as idades da vida correspondiam aos planetas, em número total de sete: infância, *pueritia*, adolescência, juventude, *senectude*, velhice e *senies*. Para Constantino, a adolescência começava aos 14 e se estendia até os 21 anos. Já Isidoro afirmava que ela iria até os 28 anos, podendo se estender aos 30 ou 35 anos: “[...] essa idade é chamada de adolescência porque a pessoa é bastante grande para procriar” e também “possui os membros moles e aptos a crescer e a receber força e vigor do calor natural. E por isso a pessoa cresce nessa idade toda a grandeza que lhe é devida pela natureza”. Em 1556, ainda segundo Áries, o tradutor de *Le Grand Propriétaire de Toutes Choses*⁵, em virtude da abundância dos termos para designar as faixas etárias na Idade Média, encontrou dificuldades na língua francesa para nomear tantas etapas, uma vez que só se conheciam três: *enfance*, *jeunesse* e *vieillesse*.

Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. No latim, empregavam-se indiferentemente as palavras *puer* e *adolescens* (criança e adolescente). Em francês, conhecia-se apenas a palavra *enfant* (criança). A longa duração da infância, tal como aparecia na linguagem, provinha da indiferença que se sentia pelos fenômenos biológicos: ninguém pensaria em fazer da puberdade o limite da infância. A ideia de infância estava ligada à dependência ou, pelo menos, aos graus mais baixos da dependência (ARIÈS, 1981, p. 41).

Embora um vocabulário da primeira infância tivesse surgido e se ampliado, subsistia a indecisão entre infância e adolescência, de um lado, e, do outro, aquela categoria a que se dava o nome de juventude. Não se possuía o conceito do que hoje se chama de adolescência e esse demoraria a se formar. No século XVIII, a adolescência começa a ser representada por duas personagens: uma, literária, *Querubim*, e outra, social, o *Conscrito*. Em *Querubim* prevalecia a ambiguidade da puberdade e a ênfase recaía sobre o lado efeminado de um menino que deixava a infância. No *Conscrito*, em que os jovens eram recrutados para

⁵ Cf. ARIÈS (1981, p. 34). Compilação latina do século XIII, que retomava todos os dados dos escritores do Império Bizantino. Foi traduzida para o francês no século XVI.

combater nas tropas, estaria presente a ideia de virilidade, de agir como homem feito, de comandar e combater, o que exprimiria a adolescência (ARIÈS, 1981, p. 46).

A figura do primeiro adolescente moderno típico foi personificada pelo sujeito da música *Siegfried*, de Wagner: exprimiu a mistura de pureza, força física, naturismo, espontaneidade e alegria de viver. Desde então, a juventude, indiferenciada da adolescência, iria se tornar um tema literário e uma preocupação dos moralistas e políticos. Começou-se a desejar saber o que pensavam os jovens, e pesquisas foram feitas. A juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada (ARIÈS, 1981, 46-47).

No século XIX, com o advento do desenvolvimento industrial, uma parcela crescente de adolescentes é utilizada em larga escala como mão-de-obra nas minas de carvão e nas manufaturas recém surgidas, frente à demanda por indivíduos saudáveis e vigorosos. Perrot (1996) afirma que os adolescentes passaram a ser definidos a partir de sua entrada nos processos produtivos. Observa-se, em contraposição, o surgimento de uma preocupação em proteger legalmente o jovem, em vista de sua utilização, abusiva e indiscriminada, como força laboral. Em 1892, uma lei proibiu os jovens franceses de 12 a 18 de realizarem trabalho noturno e de descerem ao fundo das minas. Os menores de 16 anos tinham sua carga horária de trabalho limitada a dez horas diárias.

Apesar da dificuldade dos historiadores em diferenciar a adolescência tanto da infância quanto da juventude, Perrot (1996) distingue dois marcos que funcionavam como ritos de passagem para a adolescência: a cerimônia da Primeira Comunhão, que apartava rapazes (a partir dos 12 anos) e moças (a partir dos 11 anos) da sua infância, coincidindo com o processo inicial de aprendizagem, e a fixação de limites para a exploração no trabalho que, no século XIX, marcadamente separava a infância da juventude.

Sônia Alberti (1996, p. 56) nos informa que o interesse pela adolescência cresce a partir do século XIX, por meio da literatura, e inicia-se o movimento “*Sturm und Drang*”, traduzido por ela como “tempestade e pressão”⁶, que retrata a

⁶ Cf. ALBERTI (1996, p. 50). O movimento *Sturm und Drang* é uma reação jovem contra o racionalismo iluminista que imperava na Alemanha e uma “escansão” arrebatadora numa ideologia que dura mais de duzentos anos. O nome *Sturm und Drang* se deve a uma peça de F. M. Klingler, de 1776, em que o espectador se vê diante de um drama sem um minuto de trégua e no qual tudo é linguagem.

adolescência como um “tempo de tormenta que tem que passar”, permitindo que, anos mais tarde, a psicanálise criasse conceitos para lidar com o adolescente, que vão desde a fragilidade “egóica” até a “genitalização” da sexualidade, passando por todo tipo de melancolia, perversão e tendência a agir.

Sob essa perspectiva, Passerini (1996) observa que, em meados do século XX, a adolescência personifica um período de crise — o jovem torna-se o concentrado das angústias da sociedade, do desemprego à inutilidade de vida —, mas, paradoxalmente, também um modelo para o futuro. Particularmente nos Estados Unidos, com a publicação de “*Adolescence*”, livro de G. Stanley Hall, essa faixa etária passa a ser considerada um problema, associando-se a ela diversos sintomas: hiperatividade e inércia, sensibilidade social e autocentrismo, intuição aguda e loucura. Esses aspectos da adolescência aparecem em diversas obras literárias e culmina com o filme americano “*Juventude Transviada*”, com James Dean e Natalie Wood, que marcou toda a geração dos anos 1950, tornando-se uma espécie de ícone que reforçou a imagem do comportamento transgressor atribuído aos jovens (PIMENTA, 2002, p. 27).

Percebe-se, desde o minucioso estudo de caráter secular realizado por Ariès até os autores mais recentes, uma nítida correspondência entre cada época e o enfoque particular em uma periodização da vida humana. Se, entre os séculos XVII e XVIII, destaca-se a “juventude” como real depositária de novos valores, o século XIX ressalta o investimento maciço na “infância dourada” e, finalmente, no século XX, apresenta-se o período da adolescência de modo distintivo.

1.2 O Adolescente freudiano

Em seu texto “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, Freud (1989d) escreve uma das mais importantes e originais contribuições para o conhecimento humano. Esse foi um de seus artigos que mais sofreu modificações e acréscimos, e, ainda hoje, causa incômodo e surpresa: a sexualidade infantil.

O terceiro ensaio trata das transformações da puberdade e sua repercussão na vida mental do sujeito. Freud constata que a chegada da puberdade traz consigo mudanças que levam a vida sexual infantil à sua configuração normal

definitiva. A pulsão sexual⁷, que era, até então, predominantemente autoerótica, tem que encontrar um novo objeto sexual. As pulsões parciais se conjugam com a finalidade de um novo alvo sexual⁸ e as zonas erógenas⁹ subordinam-se ao primado da zona genital.

Embora esse texto de Freud trate especificamente da puberdade, este trabalho irá analisar também os ensaios anteriores, com o intuito de melhor esclarecer os dois tempos da sexualidade e o período de latência.

Para Freud (1989d, p. 165), o primeiro momento da sexualidade é na infância:

O recém nascido traz consigo germes de moções sexuais que continuam a se desenvolver por algum tempo, mas depois sofrem uma supressão progressiva, a qual, por sua vez, pode ser rompida por avanços regulares do desenvolvimento sexual ou suspensa pelas peculiaridades individuais.

Esse momento se caracteriza, principalmente, pelo seu caráter autoerótico¹⁰ (seu objeto encontra-se no próprio corpo), e suas pulsões parciais são desvinculadas e independentes entre si na obtenção de prazer (perverso-polimorfo).

⁷ Freud (1989d, p. 158) define “pulsão” como “o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora. Pulsão, portanto, é um dos conceitos da delimitação entre o psíquico e o físico. A hipótese mais simples e mais indicada sobre a natureza da pulsão seria que, em si mesma, ela não possua qualidade nenhuma, devendo apenas ser considerada como uma medida da exigência de trabalho feita à vida psíquica. O que distingue as pulsões entre si e as dota de propriedades específicas é sua relação com suas fontes somáticas e seus alvos. A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e seu alvo imediato consiste na supressão desse estímulo orgânico”.

⁸ O alvo sexual infantil consiste em provocar a satisfação mediante a estimulação apropriada da zona erógena escolhida. Essa satisfação deve ter sido vivenciada antes para que reste uma necessidade de repeti-la. O estado de necessidade de repetir uma satisfação aparece de duas maneiras: por um sentimento de tensão, que tem, antes, o caráter de desprazer, e por uma sensação de prurido ou estimulação centralmente condicionada e projetada para a zona periférica. O alvo sexual viria substituir a sensação de estimulação projetada na zona erógena pelo estímulo externo, que a abolisse ao provocar a sensação de satisfação. Esse estímulo externo consiste numa manipulação análoga ao sugar (FREUD, 1989d, p. 173).

⁹ Os órgãos do corpo fornecem dois tipos de excitação, baseados em diferenças de natureza química. A uma dessas classes de excitação designamos como a que é especificamente sexual, e referimo-nos ao órgão em causa como a “zona erógena” da pulsão parcial que parte dele. (FREUD, 1989d, p.158)

¹⁰ O ato de sugar foi citado por Freud como um dos exemplos em que se tem as três características essenciais de uma manifestação sexual infantil. A sucção surge apoiada numa das funções somáticas vitais, sem conhecer nenhum objeto sexual, sendo autoerótica, e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma zona erógena. O ato da criança que suga é determinado pela busca de um prazer já vivenciado e agora lembrado, a amamentação. De início, a satisfação da zona erógena associou-se à necessidade de alimento. A atividade sexual apoia-se, primeiramente, numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente dela. Posteriormente, a necessidade de repetir a satisfação sexual dissocia-se da necessidade de absorção do alimento. A criança não se serve de um objeto externo para sugar, mas de uma parte da sua própria pele, porque lhe é mais cômodo, tornando-a independente do mundo externo que não consegue dominar e porque lhe proporciona uma segunda zona erógena, mesmo que inferior (FREUD, 1989d, p. 169-171).

Nesse primeiro tempo, a pulsão não está dirigida para outra pessoa — satisfaz-se no próprio corpo.

Aos poucos, a sexualidade infantil vai se desenvolver pela localização da pulsão, até então autoerótica, nos polos oral, anal e genital, limitando o gozo da criança com seu corpo. Nesse momento, ela já faz uma escolha objetal, porém não ainda sob o primado da zona genital:

Na infância, portanto, essa é a maior aproximação possível da forma definitiva assumida pela vida sexual depois da puberdade. A diferença desta última reside apenas em que a concentração das pulsões parciais e sua subordinação ao primado da genitália não são conseguidas na infância, ou só o são de maneira muito incompleta. Assim, o estabelecimento desse primado a serviço da reprodução é a última fase por que passa a organização sexual. (FREUD, 1989d, p. 187).

Em nota de rodapé acrescentada em 1924, Freud substitui o estágio genital pelo fálico, possibilitando que ele melhor desenvolva seu conceito do Complexo de Édipo por meio da castração.¹¹

Embora Freud pareça fazer uma separação temporal entre o autoerotismo e o amor objetal, ambos estão presentes na primeira infância. Assim, a escolha do objeto se efetua em dois tempos. A primeira delas entre os dois e os cinco anos, caracterizando-se pela natureza infantil de seus alvos sexuais. Depois, segue o período de latência, que se distingue como um tempo de corte, quando ocorre um deslocamento da sexualidade para atividades sem finalidade sexual. O interesse sexual, antes centrado nos pais, dirige-se ao saber. No período de latência, erguem-se as forças psíquicas que, mais tarde, serão entraves no caminho da pulsão sexual (o asco, a vergonha, as exigências dos ideais estéticos e morais). Os afluxos das pulsões sexuais infantis não cessam durante a latência, mas são desviados do uso sexual e voltados para outros fins, recebendo o nome de “sublimação” (FREUD, 1989d, p.166-167).

As pulsões sexuais da infância não podem concretizar-se, já que o organismo da criança não está pronto para as funções reprodutoras — sendo esse o traço principal do período de latência. Mas, por outro lado, seriam perversas em si, partiriam de zonas erógenas e se sustentariam em pulsões que só poderiam

¹¹ Depois das duas organizações pré-genitais, há uma terceira do desenvolvimento infantil, a fase fálica, na qual se tem um objeto sexual e uma convergência das pulsões parciais para esse objeto. Porém, diferencia-se da organização definitiva sexual por um ponto essencial: o reconhecimento de apenas um tipo de genitália, o órgão sexual masculino. (FREUD, 1989d, p.187)

acarretar desprazer em virtude do desenvolvimento do indivíduo. Sendo assim, essas pulsões resultariam em “formações reativas’ contra elas mesmas, cuja finalidade é a supressão desse desprazer através do asco, vergonha e moral (FREUD, 1989d, p.167).

O autor salienta, no entanto, a existência de rupturas do período de latência, podendo aparecer alguma manifestação sexual não sublimada, ou mesmo, em alguns sujeitos, poderia ser preservada alguma atividade sexual ao longo de todo o período de latência até a irrupção da pulsão sexual na puberdade. Por causa disso, pode-se contestar a existência do período de latência. De nossa parte, consideramos a latência como uma construção necessária para dar conta do recalque do desejo edípico, com todos os efeitos de retorno do recalcado que se fazem presentes na adolescência.

Em “*Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*”, Freud (1989e, p. 282) destaca que a pulsão sexual permanece muito mais tempo sob o princípio do prazer¹², em razão do auto-erotismo e do período de latência. A pulsão sexual, que é autoerótica na infância, não é frustrada, não sendo necessária a renúncia ao princípio do prazer e a consequente introdução do princípio da realidade¹³. Ao se iniciar o processo de busca de um objeto, ele é interrompido pela latência, que adia o desenvolvimento sexual até a puberdade. Apenas as pulsões do ego passam a ser regidas pela égide do princípio da realidade, em que se tem uma ligação estreita com as atividades da consciência, possibilitando que o indivíduo possa adquirir, pela renúncia de um prazer momentâneo e incerto, um prazer final mais seguro.

Desse modo, surge uma ligação entre as pulsões sexuais e a fantasia, por um lado, e as pulsões do ego e as atividades da consciência, por outro. A continuidade do autoerotismo proporciona satisfação momentânea e imaginária sobre o objeto sexual, assim como na fantasia, na qual o recalque inibe ideias antes que possam ser notadas pela consciência. Para Freud, parte de nossa disposição

¹² Cf. FREUD (1989e, p. 278): modo de funcionamento dos processos mentais inconscientes que são os mais antigos, primários, caracterizado por alcançar prazer e evitar qualquer tipo de desprazer (recalque).

¹³ Quando o estado de repouso psíquico foi, originalmente, perturbado pelas exigências das necessidades internas, tudo o que foi desejado foi alucinado. Na ausência da satisfação desejada, o aparelho psíquico teve de formar uma concepção das circunstâncias reais no mundo externo e efetuar nelas uma alteração real, introduzindo um novo modo de funcionamento mental, o princípio da realidade (FREUD, 1989e, p. 279).

para a neurose reside na demora em ensinar as pulsões sexuais a considerar a realidade.

O segundo tempo da escolha objetal inicia-se com a puberdade e determina a configuração definitiva sexual:

Mas a existência da bitemporalidade da escolha objetal, que se reduz essencialmente ao efeito do período de latência, é de suma importância para o desarranjo desse estado final. Os resultados da escolha objetal infantil prolongam-se pelas épocas posteriores ou se conservam como tal ou passam por uma renovação na época da puberdade. Contudo, revelam-se inutilizáveis, em consequência do recalçamento que se desenvolve entre as duas fases. Seus alvos sexuais foram amenizados e agora representam o que se pode descrever como a corrente de ternura da vida sexual. Somente a investigação psicanalítica pode demonstrar que, por trás dessa ternura, dessa veneração e respeito, ocultam-se as antigas aspirações sexuais, agora imprestáveis, das pulsões parciais infantis. A escolha de objeto da época da puberdade tem que renunciar aos objetos infantis e recomeçar como uma corrente sensual. A não confluência dessas duas correntes tem como consequência, muitas vezes, a impossibilidade de se alcançar um dos ideais da vida sexual – a conjugação de todos os desejos num único objeto. (FREUD, 1989d, p.187-188).

Sabemos que jamais será possível a união de todos os desejos em um só objeto e que o trabalho de conjugação da corrente terna e sensual, na adolescência, é fadada ao fracasso desde o início, pois é no âmbito da fantasia que o jovem despertará sua sexualidade, como nos ensina Freud (1989d, p. 212-213):

Mas é na esfera da representação que se consuma inicialmente a escolha do objeto, e a vida sexual do jovem em processo de amadurecimento não dispõe de outro espaço que não o das fantasias, ou seja, o das representações não destinadas a concretizar-se. Nessas fantasias, as inclinações infantis voltam a emergir em todos os seres humanos, agora reforçadas pela premência somática, e entre elas, com frequência uniforme e em primeiro lugar, o impulso sexual da criança em direção aos pais, quase sempre já diferenciado através da atração pelo sexo oposto: a do filho pela mãe e a da filha pelo pai. Contemporaneamente à subjugação e ao repúdio dessas fantasias claramente incestuosas consuma-se uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade: o desligamento da autoridade dos pais, unicamente através do qual se cria a oposição, tão importante para o progresso da cultura, entre a nova e a velha gerações.

Assim como nos “*Três ensaios*”, Freud (1989h) nos apresenta, na *Conferência XXI*, um desenvolvimento sobre a puberdade seguindo esse caminho já apontado, ou seja, diante de uma nova onda libidinal e de já se haver instituído na latência a barreira do incesto, o jovem terá que realizar um imenso trabalho psíquico:

- definição da configuração definitiva da vida sexual, organizando as pulsões parciais sob o estabelecimento da primazia dos

genitais, cujo desfecho é a escolha de outros objetos sexuais diferentes dos da infância;

- reorganização da vida psíquica para o desfecho da vida sexual adulta, sendo que os estágios pré-genitais são tidos por Freud como “uma espécie de organização frouxa”, sendo preciso uma nova amarração na puberdade. Ele enfatiza a puberdade como um período crítico e, no momento dessa amarração, podem surgir perturbações patológicas decorrentes das novas solicitações da vida sexual;
- abandono do autoerotismo para o encontro com o objeto e o posicionamento do sujeito no campo da sexualidade, terreno preparado desde as experiências da infância;
- revivescência do Complexo de Édipo e o desligamento dos pais para que possa encontrar um objeto amoroso real externo.

Já na obra *“Um estudo autobiográfico”*, Freud (1989m, p. 51) recapitula suas principais contribuições à psicanálise e não deixa de citar a puberdade como o momento no qual os impulsos e as relações de objeto dos primeiros anos de uma criança se tornam reanimados e, entre eles, os laços emocionais do seu complexo de Édipo: “[...] na vida sexual da puberdade, verifica-se uma luta entre os anseios dos primeiros anos de uma criança e as inibições do período de latência”. Em *“Inibições, sintomas e ansiedade”* (FREUD, 1989n, p. 139), assinala a puberdade como um capítulo decisivo na história de uma neurose obsessiva. A organização genital interrompida na infância retorna com grande vigor. Os impulsos agressivos serão despertados e outros novos impulsos libidinais “maus” surgirão como predisposições destrutivas. Em razão das tendências eróticas se disfarçarem dessa maneira e das poderosas formações reativas do ego, a luta contra a sexualidade se dará sob a bandeira dos princípios éticos.

Uma outra contribuição de Freud (1989g) para se pensar a adolescência, cujo enfoque não abrange as transformações da puberdade e a sexualidade, está em um artigo intitulado *“Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”* escrito em homenagem ao cinquentenário da escola que em que ele estudou dos 9 aos 17 anos, isto é, durante o período de sua própria adolescência.

Nesse artigo, assinala que, durante sua estadia na escola, tinha uma premonição em relação a uma tarefa futura “como um desejo de que pudesse, no decurso de minha vida, contribuir com algo para o nosso conhecimento humano”. Destaca, também, a importância do mestre em estimular ou bloquear o caminho do conhecimento em seus alunos:

É difícil dizer se o que exerceu mais influência sobre nós e teve importância maior foi a nossa preocupação pelas ciências que nos eram ensinadas, ou pela personalidade de nossos mestres. É verdade, no mínimo, que esta segunda preocupação constituía uma corrente oculta e constante em todos nós e, para muitos, os caminhos das ciências passavam apenas através de nossos professores. Alguns detiveram-se a meio caminho dessa estrada e para uns poucos — por que não admitir outros tantos? — ela foi por causa disso definitivamente bloqueada. (FREUD, 1989g, p. 286).

Freud descreve a importância dos primeiros relacionamentos da criança com seus pais e irmãos e de como estes se transformam em modelos de seus relacionamentos futuros, tornando-se uma espécie de imago dos pais. Para o autor, de todas as imagens de uma infância, nenhuma é mais importante para um jovem do que a do pai. Ela, porém, desde sempre se apresenta de forma ambivalente. Na primeira metade da infância, o pai é o herói e, ao mesmo tempo, aquele que frustra a criança em seus desejos pulsionais, persistindo, lado a lado, os impulsos afetuosos e hostis. Na segunda metade, dá-se o desligamento do seu primeiro ideal — o pai já não é visto como o mais poderoso, sábio ou rico. Segundo Freud (1989g, p. 288), “tudo o que há de admirável e de indesejável na nova geração é determinado por esse desligamento do pai”.

Assim, o jovem encontra, nesse momento, a figura dos professores, tornando-os seus pais substitutos, transferindo a eles o respeito e as expectativas ligadas ao pai da infância, assim como as ambivalências emocionais. Em 1905, com “*Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, Freud já havia escrito que, se o adolescente masculino encontrasse uma figura masculina de peso que não seu pai, sua puberdade se desenvolveria bem, permitindo-lhe se separar das figuras parentais e encontrar uma regulação pelo pai (Freud, 1989d). Resumindo, para Freud a essência da puberdade é o crescimento manifesto da genitália externa e o desenvolvimento dos genitais internos, que se acham aptos para exercer a função reprodutora. Ao mesmo tempo, consuma-se, no lado psíquico, o encontro com o objeto. Na verdade, trata-se de um reencontro, pois, originalmente, quando a

satisfação sexual ainda estava ligada à nutrição, a pulsão sexual tinha um objeto fora do corpo: o seio materno.

Apresenta-se, de um lado, a puberdade fisiológica que altera a imagem do corpo construída na infância, e, do outro, o reencontro com o objeto. Além da separação dos pais da infância, que produz um doloroso trabalho psíquico, que nada mais é do que a necessidade de sujeição da espécie à cultura. Pode-se prever quantos atos surgirão na adolescência diante do mal-estar dessa “travessia de um túnel perfurado desde ambas as extremidades” (FREUD, 1989d, p.195). Assim, é-nos anunciado um campo de pesquisa sobre a adolescência: no momento da puberdade, o sujeito tem que realizar um grande trabalho psíquico.

1.3 A adolescência e os pós-freudianos

Anna Freud considera que a adolescência correspondia a uma enteada da psicanálise, esta com todo seu interesse voltado para a infância após a publicação de *“Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”*. Para ela, a adolescência é vista como um tempo em que o Eu tem de lutar intensamente contra as pressões e tensões surgidas dos derivados pulsionais da puberdade, levando à formação do caráter ou à saída patológica na construção dos sintomas neuróticos. Essa batalha travada entre o Eu e o Isso teria uma primeira trégua na latência, e o equilíbrio alcançado se desestabilizaria com a aproximação do período pubertário, no qual ter-se-ia um recrudescimento de mecanismos de defesa causado pelo aumento quantitativo e qualitativo das moções pulsionais. Na opinião da autora, a adolescência é um momento paradigmático em relação às formas com que os sujeitos irão lidar com os conflitos e angústias:

Tenho o ponto de vista de que, mais do que qualquer outro tempo na vida, a adolescência, com estes conflitos típicos, provê o analista de quadros instrutivos sobre a interação e sequência do perigo interno, angústia, atividade de defesa, formação do sintoma transitório ou permanente e colapso nervoso. (FREUD, A., 1995, p. 66).

E aponta que a crise adolescente é inevitável, pois o equilíbrio alcançado na latência é apenas provisório. Com o aumento em quantidade e qualidade da pulsão, esse equilíbrio alcançado na infância deve ser abandonado para que a sexualidade adulta seja integrada à personalidade.

Melanie Klein (1997, p. 99), em seu livro “*A Psicanálise de Crianças*”, inclui um capítulo sobre a técnica da análise na puberdade, diferenciando aspectos essenciais entre esse período e o da latência. Assinala que, na puberdade, há uma predominância dos movimentos pulsionais e do inconsciente, bem como da fantasia: “as manifestações de angústia e de afetos são mais agudas do que no período de latência, lembrando-nos a angústia dos primeiros anos de vida”. Contudo, existe na puberdade uma dominação maior da angústia, por meio do desafio e da rebeldia tão característicos dessa fase. Tal fato cria dificuldades técnicas no estabelecimento de uma análise, sendo necessário que o analista atue rapidamente para dissipar a transferência negativa, interpretando os sinais de angústia logo nas primeiras sessões.

Como o Eu na puberdade se encontra mais desenvolvido, ele consegue afastar a angústia realizando outras atividades, como, por exemplo, as esportivas. No menino, seus feitos no esporte ocupam, muitas vezes, grande espaço em sua vida e em suas fantasias, sendo uma forma de expressar sua coragem e o seu desejo de competição. Para Klein (1997, p. 100-101), essas fantasias dão expressão à rivalidade com o pai pela posse da mãe, e são sempre acompanhadas por sentimentos de ódio e agressividade, seguidos de angústia e culpa. Mas o púbere possui fortes mecanismos de defesa, ocultando esses sentimentos nas cisões entre “heróis” e “vilões”, quando pode manter uma boa identificação com o “herói” e desviar suas tendências agressivas para o “vilão”, contrabalançando seus sentimentos negativos ligados a suas imagos paternas.

Em relação à técnica da análise com adolescentes, Melanie Klein (1997, p. 113) nos adverte que, caso não levemos em consideração a necessidade que o adolescente tem de ação e de expressão da fantasia, assim como se não cuidarmos da quantidade de angústia liberada, adotando uma técnica elástica, corremos o risco de fracassar nesses casos “muito difíceis”. É necessário que o analista se atenha aos métodos analíticos e se abstenha de querer exercer influências educacionais e morais, apoiando-se, principalmente, em associações verbais, pois “a linguagem é o que capacita o jovem a estabelecer uma relação completa com a realidade”¹⁴.

Para Klein (1997, p. 208), a edificação de novos princípios éticos na luta contra a sexualidade — aos quais Freud se referiu em sua obra “*Inibições, sintomas*

¹⁴ Lacan ao longo de seu ensino enfatizou o quanto a linguagem é lugar de mal-entendidos e que não é possível uma relação completa com a realidade, como acreditava Melanie Klein.

e angústia”, de 1926 — e de novas imagens paternas idealizadas é usada pelos adolescentes com a finalidade de se afastarem dos seus objetos primordiais. Pela cisão da imagem paterna, eles conseguem evocar o seu afeto original ao pai e intensificá-lo, com menor risco de colisão entre eles:

O pai exaltado e admirado pode, agora, ser amado e adorado, enquanto o pai “mau” — muitas vezes representado pelo pai real ou por um substituto, como um professor — evoca sentimentos muito estranhos de ódio, que são comuns nesse período de desenvolvimento.

A autora distingue que, no período de latência, a criança encontrava alívio para sua angústia e sentimento de culpa em atividades cuja realização eram aprovadas por seu ambiente. Já na adolescência, esse alívio é conseguido pelo valor que o trabalho e suas conquistas têm para o próprio adolescente, mais do que para os outros (KLEIN, 1997, p. 209).

Em *“Amor, Ódio e Reparação”*, Melanie Klein (1975) retoma o afastamento dos adolescentes em relação aos pais e os conflitos inerentes a esse momento, relacionando-os aos desejos sexuais, que tomam um novo vigor na puberdade. Em sua opinião, os jovens são extremamente agressivos e desagradáveis para com os pais e para com outras pessoas que os auxiliam.

Por causa da grande intensidade desse ódio dirigido aos pais e aos próximos, e ante a necessidade de se preservar os bons objetos, a “juventude agressiva” é levada a procurar pessoas a quem possa idealizar como mestres respeitados¹⁵, que proporcionem bons sentimentos e, conseqüentemente, uma segurança interior, confirmando a existência de pais bons, afastando o ódio, a angústia e a culpa. Essas figuras idealizadas assumem, assim, uma posição peculiar para os jovens: “... criaturas para as quais se voltam o amor e a admiração sem os quais todas as coisas assumiriam o colorido sombrio do ódio e da falta de amor, condição sabidamente perigosa para o próprio indivíduo e para os outros” (KLEIN, 1975, p. 136).

Em seu livro *“A família e o desenvolvimento individual”*, Winnicott (2005) afirma ser grande o interesse de toda a sociedade pelo adolescente e por seus problemas, com o aparecimento de vários estudos e de toda uma literatura ligada a essa questão. Para ele, existe uma conexão entre esse interesse social pela adolescência e o contexto sociocultural de sua época. Os grupos de adolescentes,

¹⁵ Melanie Klein retoma, aqui, o que Freud (1989g) já havia dito em seu texto *“Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”*, conforme apresentado na sessão secundária 1.2 deste capítulo.

de um modo ou de outro, se fazem notar pela sociedade, sendo vistos como um problema. Considerada pelo autor como uma fase que deve ser efetivamente vivida, de descobertas pessoais, a “cura” da adolescência vem com o passar do tempo e com o amadurecimento, não devendo ser acelerada e nem atrasada. Uma definição geral da adolescência é dada em termos do desenvolvimento emocional do indivíduo: O adolescente tem que lidar com mudanças decorrentes da própria puberdade, levando em conta sua história pessoal e seu padrão de defesa contra a ansiedade, criados por meio da vivência do seu complexo de Édipo (WINNICOTT, 2005, p. 115-116).

A questão principal seria como essa organização pré-existente do Eu reagiria à nova investida do inconsciente. Como se acomodarão as mudanças da puberdade ao padrão de personalidade específico de cada sujeito? Como poderão lidar com seu novo poder de destruir ou mesmo de matar, poder este que na infância era inexistente e que não complicava os sentimentos de ódio? Essas questões, para Winnicott (2005, p.117), são “como verter vinho novo em odres velhos”. E reforça a importância vital do ambiente dizendo que “muitas dificuldades por que passam os adolescentes, e que muitas vezes requerem a intervenção de um profissional, derivam das más condições ambientais”.

Para ele, existem certos “meios auxiliares” para que a adolescência possa transcorrer sem maiores problemas, tais como a identificação com a figura dos pais, uma maturidade sexual prematura e um redirecionamento do sexo para proezas físicas no atletismo ou para realizações intelectuais. Mas os adolescentes, normalmente, desprezam essas soluções e passam por uma espécie de “*zona das calmarias*” — uma fase na qual se sentem fúteis e perdidos. Essa ausência de meios-termos, principalmente em relação às identificações, faz com que eles busquem, pelas suas atitudes, uma maneira de se sentirem reais (WINNICOTT, 2005, p. 122-123).

Para Winnicott (2005, p. 124), os fenômenos da adolescência normal se aproximam de alguma patologia, a saber, a incapacidade de aceitar o meio-termo do psicótico, a ambivalência do neurótico, a necessidade de se sentir real ou nada sentir, da despersonalização psicótica, e a necessidade de desafio do delinquente¹⁶.

¹⁶ A aproximação da adolescência com os fenômenos psicopatológicos traz problemas não só em relação ao preconceito e ao estigma do “adolescente problema”, mas também por suscitar

Em “*A criança e o seu mundo*”, Winnicott (1982, p. 259) coloca a privação e a carência do meio familiar como raízes da tendência antissocial. O adolescente busca, por meio dos atos de delinquência, obrigar o mundo a reconhecer sua dívida: “[...] o comportamento antissocial seria uma espécie de S.O.S. para que o adolescente seja controlado por pessoas fortes, carinhosas e confiantes”.

1.4 Algumas considerações

Ao resgatar o início histórico da psicanálise com adolescentes, encontramos uma extensa discussão sobre o atravessamento da puberdade e o trabalho psíquico daí decorrente, ficando claro que todos os autores citados sustentam a posição freudiana da adolescência como um momento que exige transformações psíquicas importantes para se alcançar a vida adulta.

Embora Anna Freud (1995) e Melanie Klein (1977,1997) discordem em vários pontos sobre a psicanálise com crianças¹⁷, na psicanálise com adolescentes elas seguem a trilha deixada por Freud (1989d) entendendo a puberdade como o segundo tempo do despertar da sexualidade, cujo excesso libidinal desestabilizaria as bases obtidas na infância, exigindo novos rearranjos para o pleno desenvolvimento da sexualidade normal. Em virtude desses rearranjos, para Anna Freud ocorrem intensas defesas, e para Melanie Klein acontece um despertar da angústia.

Winnicott (1982), em seu estudo sobre a delinquência, parece afirmar que o comportamento antissocial seria uma provocação endereçada à sociedade — o jovem carente de identificações estaria fazendo um apelo ao Outro¹⁸ —, introduzindo a questão dos efeitos da ausência do meio familiar para o adolescente e o surgimento de sintomas diante dessa desistência. Esse autor trabalhou em abrigos destinados a adolescentes órfãos, que experimentavam uma grande privação de seu ambiente familiar e social. Sua experiência pode nos ajudar no trabalho com os

dificuldades diagnósticas, pois muitas psicoses são tratadas como crises de adolescências, sem quaisquer intervenções.

¹⁷ Essencialmente quanto ao estabelecimento da neurose de transferência e à existência, ou não, do superego na infância.

¹⁸ O “Outro”, representado por Lacan por um “A” maiúsculo, indica, para além das representações do eu e também além das identificações imaginárias, especulares, um lugar onde o sujeito é tomado por uma ordem radicalmente anterior e exterior a ele, da qual depende, mesmo que pretenda dominar. (CHEMANA, 1995, p. 156).

adolescentes atuais, sobretudo aqueles jovens pertencentes às periferias das grandes cidades, que vivem expostos a uma situação de “guerra generalizada” e a todo tipo de violência e exclusão, além da carência familiar. Assim, pensamos que o ato infracional na adolescência pode ser uma forma particular de provocação, perspectiva apontada por Winnicott, sendo a provocação um dos modos de se inscrever no Outro social.

Se antes eram as figuras de autoridade — que se faziam respeitar e admirar, além de prezar valores morais e éticos — que se estabeleciam como referências para a constituição do Ideal do Eu, presenciamos hoje seu declínio, causado, principalmente, pelo discurso da ciência e do consumo, que convida os sujeitos a ultrapassarem seus limites. Segundo Kehl (2004, p. 99), a rebeldia dos adolescentes de hoje parece, antes de tudo, um apelo para que os pais manifestem alguma forma de autoridade e façam restrição ao gozo¹⁹ que a cultura lança sobre a adolescência.

Gutierra (2008, p. 25) observa que Freud ressalta o valor do biológico e do excesso libidinal na puberdade porque esse é um tempo em que o organismo funciona como um “disparador de angústia”, sinalizando o seu desamparo e exigindo um processo de reorganização psíquica. A adolescência constitui um momento em que a angústia se encontra presente, seja pelo real biológico das transformações corporais, seja pela separação das figuras parentais, seja pelo encontro com o sexo.

Como citado por Gutierrez (2008, p. 31), a aproximação entre adolescência e angústia foi feita por Freud em seus comentários da conferência proferida por Reitler sobre a peça “*O despertar da primavera*”, na sessão de 13 de fevereiro de 1907 da Sociedade Psicanalítica de Viena. Essa peça tem como tema principal as descobertas e angústias de três adolescentes, Melchior, Moritz e Wendla, diante das questões suscitadas pela sexualidade e pela existência. Ao final da peça, Melchior, angustiado, está fugindo de um reformatório. Nesse momento, aparece o Homem Mascarado, e Melchior lhe pergunta se ele não é seu pai e que garantia teria, caso o seguisse. O Homem Mascarado diz: “O senhor seu pai procura consolação nos braços fortes de sua mãe. Eu abro-te as portas do mundo. A tua perplexidade momentânea é resultado de teu estado miserável” (WEDEKIND *apud* GUTIERRA, 2008, p. 31).

¹⁹ “Gozo” entendido como aquilo que pede sempre para ir além dos limites do prazer: nisso consiste seu vínculo com a pulsão de morte, ameaçando a vida do corpo e a vida psíquica.

Freud, em seu comentário sobre a peça, diz que o encontro com o Homem Mascarado equivale ao encontro de Édipo com a Esfinge:

O inquerito a que foi submetido o “Homem Mascarado” não é apenas humorístico, ele esconde ideias mais profundas: o demônio da vida é, ao mesmo tempo, o diabo (inconsciente); de alguma maneira é a vida que responde a um exame. Uma tal interrogação caracteriza os estados de angústia. Em um acesso de angústia o indivíduo coloca-se, por exemplo, a examinar a si mesmo, digamos, para ver se mantém ainda toda a sua razão. O exame de Édipo [pela Esfinge] é igualmente ligado à angústia; atrás da Esfinge esconde-se a angústia (Esfinge significa: o estrangulador). A questão que está na base de todos os exames é a questão suscitada pela curiosidade sexual da criança: de onde vêm os bebês? A esfinge coloca a questão inversa: o que é quem vem? O homem. Mas uma neurose começa por esta questão. (FREUD *apud* GUTIERRA, 2008, p. 31).

Para Gutierrez, o encontro de Melquior com o Homem Mascarado vem interrogar sua existência, “o que é quem vem?”, e o incita a procurar sua própria resposta, sem garantias do Outro, aproximando-se da condição de desamparo vivenciada na adolescência. Esse período seria, então, um “momento prototípico da dimensão do desamparo” do ser humano, resultando daí a desconfiança do adolescente em relação ao laço social, cujos efeitos podem ser constatados pelas criações de novas construções linguísticas, dos excessos sintomáticos e de uma forma, mais grave, da própria aproximação do sujeito com a morte (GUTIERRA, 2008, p. 34).

Diante dessa situação de desamparo, vários adolescentes apresentam uma tendência a agir, que pode ser um *acting out* ou uma passagem ao ato. Lacan, no “Seminário X: A Angústia” (2005, p. 129), trabalha esses dois conceitos e nos esclarece que o *acting out* visa ao Outro, é uma encenação na qual o sujeito representa uma mensagem de sua história indecifrável para ele. Por outro lado, a passagem ao ato toca o registro do real, há um apagamento do sujeito, “o momento da passagem ao ato é o do embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento”. Assim, partindo da situação de desamparo frente à emergência da puberdade e o encontro com o sexo, aliada ao *modus vivendi* da civilização contemporânea, que atesta soluções inéditas formuladas pelos adolescentes e em que a palavra foi descartada, torna-se fundamental abordar a adolescência a partir dos conceitos lacanianos.

1.5 Lacan e suas contribuições sobre a adolescência

O que podemos estabelecer como mola propulsora para os desdobramentos lacanianos sobre a adolescência é a constante tensão entre a idealização da completude genital, desejada por Freud e os pós-freudianos, e o completo desamparo no qual o jovem se encontra diante da não-relação sexual, da impossibilidade²⁰:

Não seria esta contradição freudiana, na verdade, uma revelação? Será que não é justamente sobre esta contradição entre tentar realizar o encontro pleno com o outro sexo (ideal genital) e a impossibilidade disso que está o cerne do trabalho psíquico que atualmente chamamos adolescência? Deparar com o impossível da relação sexual tendo de enfrentar isso. (GUTIERRA, 2002, p. 50).

Lacan pouco tratou da puberdade ou da adolescência em seus seminários ou escritos, apenas alguns comentários no “*Seminário V: As formações do Inconsciente*” (1999) e em um denso texto sobre o espetáculo “*O despertar da Primavera*” (2003), no qual vai nos esclarecer que o mal-estar na adolescência é causado pelo encontro, desde sempre mal-sucedido, com o outro sexo, ou seja, da inexistência da relação sexual.

1.5.1 A puberdade no *Seminário V*

No “*Seminário V: As formações do Inconsciente*” (1999), Lacan faz uma leitura sobre os complexos de Édipo e de castração na obra freudiana, discorrendo sobre a metáfora paterna e os três tempos do Édipo, elaborando sua primeira contribuição sobre o tema da puberdade.

Nesse *Seminário*, Lacan propõe uma temporalidade para o processo edípico, dividindo-o em três tempos lógicos. Essa divisão, evidentemente, é didática e não possui limites precisos. No primeiro tempo do Édipo, a relação da criança com sua mãe é dual; ela se identifica com o falo²¹ materno — com o que a mãe deseja.

²⁰ Conforme citado por Fuentes (2003, p. 64), Freud, apesar da formulação da pulsão genital, em seu artigo de 1932 — “Feminilidade” —, já havia se deparado com o problema da inexistência da relação sexual, por meio do fundamento de que a função sexual não repousava na natureza, de que não haveria, no inconsciente, como localizar a oposição masculino e feminino, pois a polaridade ativo ou passivo ou o masoquismo feminino não respondiam pela questão do que é ser uma mulher.

²¹ O falo é um conceito complexo na teoria psicanalítica, possuindo, naquele momento do ensino de Lacan (1958), uma conotação simbólica, sendo um significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, à medida que o significante os condiciona por sua presença de

É o objeto de seu desejo. O que predomina é a lei da mãe, uma lei não controlada. A criança está completamente assujeitada ao capricho daquele de quem depende (LACAN, 1999, p. 95). Nessa etapa, a criança se identifica especularmente com o objeto de desejo de sua mãe, que é o falo imaginário: criança e falo se equivalem.

Essa equivalência acontece, por um lado, pelo desejo do filho em satisfazer o desejo da mãe e, por outro, pelo reconhecimento da mãe de sua incompletude, de sua castração. A mãe, antes de tudo, é uma mulher, e deseja. Deseja porque algo lhe falta; e este algo é o falo, a causa de seu desejo. Por meio da passagem pelo Édipo, a mulher faz uma troca — descobre que é faltosa, não toda, e desejará, como substituto desse falo, um filho que um dia poderá vir a ter. Instaure-se, assim, o ternário imaginário: criança, mãe e falo. Esse é o primeiro tempo do Édipo; nele, o pai aparece de forma velada. Embora a metáfora paterna esteja presente, ela age por si, já que a primazia do falo já está instaurada no mundo pela existência do símbolo do discurso e da lei.

À medida que a criança tem a percepção de que a mãe nem sempre está presente, de que aparece e se ausenta, ela descobre na mãe o desejo de outra coisa que não satisfazer o seu próprio desejo. Ela compreende que não preenche a falta fálica da mãe e se depara com o fato da castração materna: a mãe é uma mulher e seu desejo se dirige para além dela. Nesse momento, a criança passa ao segundo tempo do Édipo. Neste, o pai aparece não da forma velada, mas como função. O pai como aquele que priva a mãe. Porém, essa privação, ou melhor, interdição, somente poderá ocorrer pela mediação da mãe. É ela quem confere e dá valor de autoridade à palavra do pai, ao “Nome do Pai” ou ao “Não do Pai” (LACAN, 1999, p. 209). Dessa forma, é preciso que a mãe aceite sua castração e que se submeta a uma lei que não a sua própria. Só assim o pai poderá entrar como função. O pai aparece, nesse tempo, como onipotente e castrador e faz uma dupla interdição: para a criança: “não dormirás com sua mãe”, e para a mãe: “não reintegrarás o teu produto” (LACAN, 1999, p. 209). A criança é, assim, desalojada de sua posição de falo da mãe e somente assim será possível mudar sua posição subjetiva, deixando de identificar-se ao falo e passando à escolha entre ter ou não

significante. Está sempre associado à castração, a partir do momento que o sujeito fala, e se insere na falta, não há como se alcançar um gozo pleno em relação ao Outro, somente no gozo do autoerotismo. (KAUFMANN, 1996, p. 194-195).

ter o falo, o que lhe permitirá localizar-se no sexo e nas funções de homem e mulher, isto é, ter acesso à significação fálica.

Lacan nomeou o segundo tempo do Édipo de nodal e negativo, pois é aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação especular, ligando-o ao primeiro aparecimento da lei: a mãe é dependente de um objeto que já não é o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro tem ou não tem. Esse momento é crucial, pois a criança terá que se posicionar diante da privação da mãe, podendo aceitar ou não a castração materna e manter ou não sua identificação com o falo. Se a criança não aceita a privação do falo operada pelo pai sobre a mãe, ela se mantém numa certa forma de identificação com o objeto de desejo da mãe. Segundo Lacan (1999), a chave do declínio do Édipo está no fato de a mãe estar submetida a uma lei que não é a dela, e que o pai possa enunciar essa lei e que a mãe lhe dê crédito. Somente assim o pai é aceito pela criança como aquele que interdita a mãe.

É importante esclarecer que o pai do complexo de Édipo não é um objeto real. Trata-se do pai como função, metáfora, ao qual Lacan chamou de Nome-do-Pai, aquele que promulga a lei. A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que vai substituir o primeiro significante, ou seja, o significante materno (LACAN, 1999).

É no terceiro tempo do Édipo que acontece a saída do complexo de Édipo, que a castração simbólica se produz. Nesse momento, o pai aparece como real e potente. Ele pode dar à mãe o que ela deseja e pode dar porque o tem. A criança pode identificar-se com o pai, à medida que ele aparece como aquele que possui o falo. “É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu, e que, a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina” (LACAN, 1999, p. 201). O pai, nesse tempo, pode dizer sim, é potente e dá mostras disto. O que opera aqui não é mais o pai “privador”, mas o pai que permite que a criança possa se identificar a ele e guardar seu título de direito à virilidade. Como nos mostra Vorcaro (2004, p. 125):

Na medida em que a mãe, imaginizada ao nível do sujeito como já suportando a castração, encontra uma instância onde se realiza — uma instância que tem o falo, o sujeito pode interiorizar o ideal-do-eu. O pai aparece como ato de dom, ele é doador do que falta à mãe. O ideal-do-eu, que assim se articula, permite que a criança supere o complexo de Édipo, tendo o título virtual de poder ter um dia o que o pai tem.

Assim, no *Seminário V*, Lacan nos fala que, sob o efeito da metáfora paterna, uma parte do gozo é interdita, mas uma parte também é permitida, e que a puberdade é um momento em que o jovem vai se servir do gozo fálico instituído no Édipo, posicionando-se no campo da “sexuação”²². Ele nos esclarece sobre o declínio do Édipo:

Que quer dizer isso? Não quer dizer que o menino vai tomar posse de todos os seus poderes sexuais e exercê-los, como vocês bem sabem. Muito pelo contrário, ele não os exerce nem um pouco, e poderíamos dizer que, aparentemente, decai o exercício das funções que haviam começado a despertar. Não obstante, se o que Freud articulou tem algum sentido, a criança detém consigo todas as condições para se servir delas no futuro. A metáfora paterna desempenha nisso um papel que é exatamente o que poderíamos esperar de uma metáfora — leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva e que a significação se desenvolverá mais tarde. O menino tem todo o direito de ser homem, e o que lhe possa ser contestado mais tarde, no momento da puberdade, deverá ser relacionado com alguma coisa que não tenha cumprido completamente a identificação metafórica com a imagem do pai, na medida em que essa identificação se houver constituído através destes três tempos. (LACAN, 1999, p. 201).

É como se fosse uma carta, um título de propriedade que garantisse ao jovem o direito de se servir dela no momento adequado, dando significação ao seu posicionamento sexual.

Em relação à menina, Lacan (1999, p. 202), seguindo a trilha de Freud, marca uma diferença:

Ela não tem de fazer essa identificação, nem guardar esse título de direito à virilidade. Ela, a mulher, sabe onde ele está, sabe onde deve ir buscá-lo, que é do lado do pai, e vai em direção àquele que o tem. Isso também indica que uma feminilidade, uma feminilidade verdadeira, tem sempre o toque de uma dimensão de *álibi*. Nas verdadeiras mulheres há sempre algo meio extraviado.

Essa passagem nos leva a pensar que a menina, na puberdade, terá que fazer um trabalho psíquico de estabelecer significado para essa posição de “*álibi*” que marca sua saída do complexo de Édipo (GUTIERRA, 2003, p. 55).

Somente na puberdade coloca-se a possibilidade da escolha sexual, apesar do declínio do Édipo propiciar, no menino, uma identificação ao pai e, na menina, tomar o pai como objeto de amor. Mas é na adolescência que esse posicionamento sexual se conclui de forma efetiva, ou seja, acontecimentos podem

²² A “sexuação” é o processo de reconhecimento na posição masculina ou feminina, constituindo um assunto de significante, desarticulado do corporal/biológico.

inclinam o posicionamento sexual para um lado ou outro, conforme Freud nos mostrou no caso da jovem homossexual citado por Gutierrez (2003, p. 52).

Essa significação sexual que se desenvolverá na puberdade somente será possível caso o sujeito tenha passado pelo Édipo e nela houver acontecido a inscrição do Nome-do-Pai, abrindo campo para as identificações que sustentam o Ideal do eu.

Lacan nos adverte que a identificação pela via do Ideal do eu é distinta da identificação do eu ideal. A estrutura do eu repousa sobre a relação do sujeito com a imagem do semelhante, imagem ideal com a qual o sujeito se identifica em um modelo bem-sucedido com que se confunde e assegura sua integridade. Por outro lado, o Ideal do eu provém de uma identificação tardia, ligada ao terceiro tempo do Édipo, em que se misturam desejo e rivalidade, agressão e hostilidade. O desfecho do terceiro tempo propicia uma transformação subjetiva em função da introdução do Ideal do eu, que passa a ser parte do sujeito, mas também em relação a um objeto externo, conforme nos diz Lacan (1999, p. 301):

Sejam quais forem as modificações que intervêm em seu ambiente e seu meio, o que é adquirido como Ideal do eu permanece no sujeito exatamente como a pátria que o exilado carregaria na sola dos sapatos — seu Ideal do eu lhe pertence, é, para ele, algo de adquirido.

Para Lacan, é no seio dessa intersubjetividade que se dá a função do Ideal do eu, e que esta não se confunde com a função do supereu. Ambas surgiram quase juntas, mas se distinguiram, sendo que o Ideal do eu desempenha uma função “tipificadora” no desejo do sujeito, ligado à assunção do tipo sexual, das funções masculinas e femininas, comportando toda uma modalidade de relações entre o homem e a mulher, não se tratando, simplesmente, das relações sexuais que visam à reprodução da espécie. (LACAN, 1999, p. 302).

1.5.2 “O despertar da primavera”

Em 1974, Lacan escreve um comentário sobre a peça “*O despertar da primavera*” para o programa da montagem dirigida por Brigitte Jaques. Nessa época, os principais pontos de elaboração em seu ensino se fixavam sobre o conceito de gozo, a existência ou não da relação sexual e a abordagem sobre a sexualidade humana (GUTIERRA, 2003, p. 55.).

Faremos uma breve apresentação da peça com o intuito de orientar a compreensão sobre os comentários de Lacan, bem como de outros autores que também retomaram esse texto.

“*O despertar da primavera*” é uma peça do dramaturgo alemão Frank Wedekind, escrita em 1891. Tem como subtítulo “*Uma Tragédia da Juventude*” e foi dedicada, pelo autor, ao Homem Mascarado, personagem que aparece na última cena e que, na época de sua primeira encenação, foi representado pelo próprio autor.

Lacan comenta que Wedekind antecipa Freud largamente, que, nessa mesma época, ainda cogitava o inconsciente e sua estrutura. A peça gira em torno do despertar da sexualidade dos jovens. Seus principais personagens são Wendla, Melchior, Moritz e o Homem Mascarado.

Na primeira cena, aparece Wendla experimentando um vestido para o seu aniversário de 14 anos. Ela questiona a mãe, que lhe fez um vestido tão longo, ao que a mãe lhe retruca que uma mocinha não pode mais andar com vestido curto de criança. Wendla responde que preferia continuar com treze anos ou ter logo vinte, saltando a época da penitência, pois vestido longo, para ela, era como roupão de penitência.

Algumas cenas depois, na ocasião do nascimento do terceiro sobrinho, Wendla pergunta à mãe de onde vêm os bebês, pois não pode mais acreditar na cegonha. A mãe, perturbada com a pergunta da filha, pede-lhe que esconda o rosto em seu avental e, então, lhe diz que, para se ter um filho, é preciso amar o homem com o qual se casou. Depois da explicação, diz-lhe que seu vestido está muito curto e que assim que tiver tempo descerá um palmo da bainha, marcando novamente a passagem da filha de criança a mocinha.

A adolescente conversa ingenuamente com as amigas sobre os meninos. O tema que mais a atrai nessas conversas é o desabafo de uma amiga que é espancada pelo pai. Wendla demonstra interesse em colocar-se no lugar da amiga para poupá-la dos abusos do pai.

Na segunda cena, Moritz e Melchior conversam sobre impulsos sexuais. O primeiro conta seu sonho: “...pernas com meias azul-celeste, que iam a subir por cima da secretária do professor – para ser franco, pensei que elas queriam ir lá para cima.” (WEDEKIND, 1991, p. 48). Moritz diz sentir uma angústia mortal desde o sonho. Melchior lhe responde que já estava mais ou menos preparado para isso. Um

outro amigo, três anos mais velho que ele, ainda hoje só sonha com tortas de creme e geléia de damasco. E conclui que não há idade certa para o aparecimento de tais fantasias.

Nessa mesma cena, Moritz confessa a Melchior desconhecer como veio ao mundo, assim como o que são as coisas indecentes nas quais pensa ao falar com as meninas. Diz já ter procurado nos dicionários de A a Z, encontrando apenas palavras, sem nenhuma explicação. Ele demonstra pavor em relação aos temas ligados à sexualidade, pedindo que Melchior os escreva para que possa lê-los sem querer. Quando Moritz relata haver lido o que Melchior escreveu, ele o diz assim:

Acho que li a maior parte de olhos fechados. As tuas explicações soavam-me aos ouvidos como uma série de recordações obscuras, como uma canção que em criança se cantou com alegria, e que surge depois, avassaladora, quando se está a morrer, vinda da boca de outrem. (WEDEKIND, 1991, p. 90).

Moritz vive angustiado, preso na tentativa de passar de ano em um colégio extremamente rígido, para que seu pai não tenha um ataque ou que a mãe fique louca. Anuncia seu suicídio no início da peça, mostrando-se alienado ao desejo dos pais e respondendo aos seus imperativos com a vida, caso não consiga passar de ano. Moritz é reprovado na escola e decide-se pelo suicídio, precipitando-se fora da cena. A caminho de efetivá-lo, é abordado por uma mulher que o convida para os ensinamentos sexuais, mas sua opção é a morte.

O percurso de Melchior se faz por outro caminho: ele entra na puberdade advertido do que poderia encontrar. Sua educação foi liberal, sendo possível dar tratamento às suas questões sobre o sexo. Sobre a reprodução ele já sabe: “[...]a gente podia pensar que todo o mundo girava à volta do pênis e da vagina” (WEDEKIND, 1991, p.90).

Suas questões retornam sobre o gozo da mulher, mostrando-se intrigado sobre o prazer de Wendla em ajudar os pobres. Mais tarde, depois do ato sexual consumado com Wendla, esta lhe diz não querer beijar, pois as pessoas se beijam quando se amam. Ele responde: “[...] oh, acredita-me, não há amor!... Tudo é interesse, tudo egoísmo!... amo-te tão pouco como tu me amas a mim...” (WEDEKIND, 1991, p.105).

Ambos retratam o ato sexual que tiveram como fora da esfera do amor. Seria apenas da ordem de uma descarga pulsional, ou algo do sujeito se revela nesse encontro? Wendla compõe uma fantasia edípica nesse primeiro ato sexual,

pedindo que Melchior bata nela com uma varinha. Ela sai dos jogos infantis e entra no campo da sexualidade, construindo uma cena fantasiada, originária da cena depreendida da descrição da amiga sendo espancada pelo pai (GUTIERRA, 2003, p. 56). Já Melchior parece demonstrar uma busca de saber sobre o Outro sexo (LOPES; SARUÊ, 1991, p. 66).

Depois do suicídio de Moritz, Melchior é expulso da escola pelas palavras escritas ao amigo sobre a reprodução. Seus pais também o condenam ao reformatório depois da transgressão com Wendla. Melchior foge do reformatório e descobre que Wendla havia falecido, vítima de um aborto forçado pela mãe. Nesse momento, ele se depara com a única coisa para a qual não estava preparado: o reino dos mortos. Mesmo tendo o conhecimento sobre a sexualidade, algo lhe escapou: o que desta se articula com a morte. (LOPES; SARUÊ, 1991, p. 66).

O fantasma de Moritz aparece para Melchior com a cabeça debaixo do braço, convidando-o para o mundo dos mortos. Entra em cena o Homem Mascarado e diz a Melchior para ir embora, que ele tem fome e não está em condições de decidir nada. Melchior pede que o Homem Mascarado diga seu nome, desconfiando que ele seja seu pai. O Homem Mascarado lhe diz que seu pai buscara consolação nos braços de sua mãe e que ele, Homem Mascarado, abre-lhe as portas do mundo. Melchior segue o Homem Mascarado. Moritz, então, constata que o Homem Mascarado lhe apareceu sob a forma de mulher, mas reconhece que não há mais possibilidades de ser salvo.

Em seu *“Prefácio a O Despertar da primavera”*, Lacan nos lembra como é, para os meninos adolescentes, fazer amor com as mocinhas: ao pensarem nisso, despertam de seus sonhos. O encontro da sexualidade na adolescência, mais do que fazer sentido, “faz furo no real” (Lacan, 2003, p. 558), instalando o mal-estar diante do encontro com o real do sexo, que escapa a uma simbolização possível e deixa o sujeito sem palavras.

Lacan nos ensina que nem tudo pode ser articulado ao significante. Assim, há os sonhos com torta de creme e geléia de damasco contado por Melchior, para a angústia do encontro com o real da sexualidade. É no para além dos sonhos, no despertar dos sonhos que os adolescentes se deparam com a pulsão, com aquilo que não tem, para eles, uma representação (LOPES; SARUÊ, 1991, p. 64).

Para Lacan, a peça de Wedekind demonstra que a relação sexual é malsucedida para todos, e é na adolescência que essa questão aparece de forma

contundente, pois a fantasia de um gozo pleno, a possibilidade de completude, de um gozo absoluto falham, como se pode verificar no encontro sexual de Melchior e Wendla. Desse modo, a passagem da adolescência está ligada, mais do que às transformações corporais e à ativação das pulsões sexuais, a uma verificação da inexistência da relação sexual.

A “sexualidade normal” não emprega a mesma via no homem e na mulher, e é na adolescência que ocorre essa divergência. Se na relação com o falo homem e mulher se engajam de formas diferentes — ter ou não ter o falo —, é na adolescência que essa desigualdade toma um novo sentido, pois a questão da relação sexual torna-se atual:

Desconectados os dois sexos só têm a chance de se conjugar normalmente de um modo capenga. O ato sexual não tem, para o homem e para a mulher, nem a mesma função, nem o mesmo valor e não é o que permite fundar entre eles uma relação intersubjetiva. (RASSIAL, 1999, p. 20).

Outro tema tratado por Lacan é o processo de posicionar-se como homem ou mulher, ao afirmar que os dois jovens, Melchior e Moritz, se posicionam no campo da sexualidade de forma diferente. Melchior situa-se a partir do “[...] Um-entre-os-outros, por entre os seus semelhantes” (LACAN, 1974, p. 558), assumindo uma posição masculina. Todo homem é submetido à função fálica, exceto o pai do mito da horda, que foi uma exceção à castração, e que dita a lei do incesto, podendo gozar de todas as mulheres. Assim, todos os homens estão submetidos à castração, são “Um-entre-outros”, constituindo o grupo de homens em torno de uma figura de exceção (GUTIERRA, 2003, p. 61).

Como nos indica Lacan (1974, p. 558):

“Moritz, em nosso drama, consegue excetuar-se, no entanto, e nisso Melchior o qualifica de menina. E tem toda razão: a menina é apenas uma e quer continuar assim, o que é jogado para escanteio no drama”.

Moritz não está totalmente submetido ao significante fálico e a castração, tal como representado na peça quando aparece com sua cabeça cortada, carregando-a no braço (Gutierra, 2003, p. 62).

O Homem Mascarado que aparece no final do drama, quando Melchior está sozinho, sem seus pais, recebendo o convite de Moritz para juntar-se ao mundo dos mortos, representa um dos Nomes-do-Pai; ele sustenta a função paterna:

Mas o Pai tem tantos e tantos que não há Um que lhe convenha, a não ser o Nome do Nome do Nome. Não há Nome que seja seu Nome-Próprio, a

não ser o Nome como ex-sistência. Ou seja, a aparência (semblant) por excelência. E “Homem Mascarado” o diz nada mal. (LACAN, 1974, p. 559).

Na adolescência, com a constatação de que o pai não é o detentor do falo e que também é submetido à castração, o jovem tem de procurar esse pai do nome que sustente a função paterna e a própria vida do sujeito.

O Homem Mascarado não tem nome, é nome do nome do nome, é semblante, mas faz um convite à entrada no mundo dos homens, ou seja, um convite a que Melchior siga seu caminho, agora não mais sustentado pelo pai da infância. Mais que um convite, uma aposta de que Melchior se situará no campo da sexuação e trilhará seu caminho, com novos Nomes-do-Pai. (GUTIERRA, 2003, p. 64).

Concluindo, Lacan, em suas elaborações em “*O Seminário V*” e no comentário sobre “*O despertar da primavera*”, segue a trilha freudiana sobre a adolescência: é um momento no qual o jovem colocará à prova o título de virilidade dado na saída do Édipo, possibilitando sua entrada no campo da “sexuação”. É, ainda, um tempo passível de mudanças nas escolhas sexuais, caso algum acidente de percurso vier a ocorrer, existindo uma possibilidade de transformação das identificações sexuais. No encontro com o sexo, verifica-se a impossibilidade da relação sexual, e, diante do que faz “*furo no real*” (LACAN, 1974, p. 558), a saída pode se dar pelo encontro com algo que faça, às vezes, de uma versão do pai, um dos Nomes-do-Pai, que, por meio do semblante, do simulacro, forneça uma sustentação para o sujeito.

1.6 A perspectiva dos autores lacanianos sobre a adolescência

Stevens nos indica que o sintoma surge no lugar da não-relação sexual, da falta de saber sobre o sexo no real — o que Lacan chamou de “defeito do instinto sexual” (LACAN *apud* STEVENS, 2004, p. 30). Se nos animais há um instinto sexual, o mesmo não acontece com o ser humano, que nada sabe naturalmente sobre sexo, sobre o que um rapaz e uma moça têm que fazer juntos. Para o autor, a puberdade é um dos nomes da não-relação sexual, sendo um dos momentos da vida em que se apresenta de forma intensa essa questão.

O autor apresenta a adolescência como sendo a forma sintomática de resposta ao surgimento do real, que é a puberdade. Mas o que é esse real da puberdade? Lacan (1998b) nos ensina que a libido é um “órgão fora do corpo”,

porque o impulso hormonal está marcado pela linguagem, que ultrapassa e reconfigura o empuxo biológico. O real da puberdade não se reduz ao surgimento hormonal, mas a esse órgão marcado pelo discurso (LACAN *apud* STEVENS, 2004, p. 32), isto é, pelos esgarçamentos e mal-entendidos que incidem no discurso.

Stevens (2004) nos esclarece que o real da puberdade engloba as três definições de real trabalhadas por Lacan ao longo de seus seminários:

- a) o real enquadrado pela fantasia como um véu sobre o impossível, trabalhado por Lacan (1998a) em “*De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*”, em que a disparidade entre o simbólico e o imaginário se apresenta alterada. O surgimento da puberdade, manifestado por uma irrupção hormonal e pelo aparecimento dos caracteres sexuais secundários, modificam o corpo. Trata-se da emergência de algo novo para o qual o sujeito não tem resposta e no qual sua fantasia claudica e falha. A imagem corporal se modifica; o corpo de criança não mais existe e o “tornar-se adulto” ainda não aconteceu. A identificação simbólica também se mostra alterada, pois o adolescente tem que operar uma separação dos pais e, ao mesmo tempo, criar novos ideais, não mais de identificação com o pai, mas com certos traços tomados de outras pessoas (STEVENS, 2004, p. 33-34).
- b) O real como *tiké*, abordado por Lacan em seu *Seminário XI* (1998b) e tomando como referência Aristóteles e seus dois modos de encontro — a *tiké* e o *automaton*. Este é a própria repetição, fazendo ressurgir o que já se conhece, sendo a verdadeira concatenação significativa. Já a *tiké* é um encontro com o desconhecido, sem uma fantasia prévia ou significantes dados de antemão. Para Stevens (2004, p. 34), o adolescente também está inundado por algo novo que surge e a ele faltam palavras para nomeá-lo.
- c) O real da não relação sexual em que falta o saber é tratado por Lacan no “*Seminário XI*” (1998b). A puberdade seria o protótipo dessa não-relação sexual, dessa falta de saber²³. Não há um saber

²³ Lacan formula outro sentido para a fase genital, já que tanto a sexualidade como o desejo não são naturais para o homem. Na fase genital, não se trata da sexualização de uma função, como nas fases

instituído sobre a relação entre homem e mulher, como no caso dos animais que o adquirem pelo instinto.

Sob essas perspectivas, Stevens (2004, p. 34-35) propõe a seguinte definição para o real da puberdade:

“[...] é a irrupção de um órgão marcado pelo discurso na ausência de um saber sobre o sexo, na ausência de um saber sobre o que se pode fazer em face do outro sexo. Resta, então, a cada um inventar sua própria resposta”.

Para o autor, há saídas factíveis para a adolescência, mas também é possível não sair dela totalmente e, então, a adolescência se prolonga ou deixa lugar aos novos sintomas²⁴. A saída da adolescência pode ser orientada pelo Ideal do Eu, conforme visto no item 2.5.1. Também é plausível outra saída: que o jovem se oriente para o falo imaginário. Essa é uma eleição que se faz na adolescência, porque é esse o momento que o sujeito se orienta para esse sentido (STEVENS, 2000, p. 52.).

Quando a saída da adolescência se volta para um novo Ideal do Eu, o jovem faz uma nova eleição com o significante, que pode ser um nome, uma profissão, um ideal, uma mulher ou uma missão no mundo: é fazer um sintoma com um envoltório significante com o qual se pode ter uma satisfação (STEVENS, 2000, p. 52).

Esse ponto do Ideal do Eu está orientado pela função paterna e, na contemporaneidade, existe uma dificuldade suplementar para os adolescentes, uma vez que a função do pai aparece mais degradada que antes. Lacan nos aponta um recurso: “... dispensar o pai sob a condição de servir-se dele”. Como alguém pode servir-se do pai, apesar do *deficit* da função paterna?, pergunta Stevens. Lacan

anteriores, mas da própria função sexual que surge com o despertar da sexualidade genital, quando o desejo aparece não mais marcado pela demanda do Outro, mas como desejo como tal, marcado pela falta produzida pela castração. Para a mulher, o significante fálico adquire um valor de fetiche, desejando-o no homem que o detém. Desse modo, o semblante masculino se sustenta pelo ter, enquanto que, a mulher, por estar privada do falo, se prestará a ser o objeto de desejo masculino, se assim o consentir, para ser amada e desejada. Assim, a dissimetria entre os sexos pode ser estabelecida em relação ao significante fálico, “ter ou ser o falo”, e é no Complexo de Édipo que se tecem essas identificações. Existe a relação com o falo, mas não a relação sexual. Lacan, no *Seminário Mais Ainda* (1985), introduz o gozo fálico, o gozo do Um, designando o gozo sexual como sendo o gozo fálico, marcado por um furo que faz obstáculo à relação sexual, pois é do órgão e não do corpo do Outro que se goza. (LACAN *apud* FUENTES, 2002).

²⁴ Chamamos de “novos sintomas” a toxicomania, a anorexia, a bulimia, a violência dos adolescentes, porque aparecem muito menos como fenômenos localizados que têm um certo sentido passível de ser interpretado, porque estão menos vestidos de uma envoltura significante e parecem estender-se para a vida inteira como uma forma, um modo de gozo organizado pelo sujeito (STEVENS, 2000, p. 50).

afirma que, ainda que o pai seja um semblante, isso não deveria impedir o filho de servir-se dele: sem crer nele, mas servindo-se dele (LACAN *apud* STEVENS, 2000, p. 53). Stevens ainda nos esclarece sobre a violência dos adolescentes, que não deve ser interpretada de forma global. É um problema a ser analisado caso a caso, diferentemente dos outros novos sintomas. Na violência, o sintoma se dirige ao Outro por definição, ao contrário da toxicomania, anorexia e bulimia que são sintomas com certo aspecto autista. No “Seminário X”, Lacan (2005) nos diz que a passagem ao ato e o *acting out* são as últimas barreiras contra a angústia. O que explica a posição da violência é que o sintoma desfalece, pois, caso contrário, seria ele que faria barreira ao gozo (STEVENS, 2000, p. 56).

Rassial (1999, p. 202-207) também distingue e esclarece os constrangimentos do real, do simbólico e do imaginário na adolescência.

- O real: sendo o corpo constituído no imaginário e apoiado no simbólico, a ocorrência da puberdade fisiológica marca a presença do real no corpo, pois implica a transformação que extrapola a imagem previamente concebida²⁵. O acontecimento do acidente do corpo joga o sujeito no mundo sob o modo de desamparo. Mas o real também sobrevém com a constatação do impossível da relação sexual. A criança, até então sustentada na promessa de que, ao preço de uma renúncia provisória, teria acesso ao verdadeiro gozo, descobre que, embora possa chegar à genitalidade, o objeto de seu desejo e o Outro não são reconciliados no ato sexual: o gozo sexual é parcial e o fracasso o espreita. O aspecto catastrófico desse acontecimento é primário, e é sobre ele que o sujeito elabora respostas.
- O imaginário: um novo desenvolvimento imaginário que sustente a imagem do corpo e a consistência do Outro, por meio de uma redistribuição do mundo objetal será necessário na adolescência, para que o sujeito não caia no real. O imaginário secreta seu limite “egóico”: a impotência. Para dar sentido à vida é preciso pagar o preço de um dano irreparável à imagem infantil do corpo. A ênfase na genitalidade leva o adolescente a dar ao Outro a consistência

²⁵ Cabe lembrar que, para além da adolescência, a presença do Real no corpo também se manifesta na angústia, na gravidez e na doença orgânica.

imaginária do Outro sexo. Entretanto, o Outro se configura sobre três avatares na adolescência, ⁽¹⁾ seja ao voltar-se ao Outro do Outro (os pais dos pais, a tia, a genealogia e a história da família), ⁽²⁾ seja atribuindo uma nova função a Deus, que garantiria esse lugar Outro (arrebatamentos místicos e religiões), ⁽³⁾ seja na consideração da consistência da sociedade atraente e ameaçadora, visada e rechaçada, numa direção política com o engajamento utopista, mesmo que o mais tarde, o alhures ainda desempenhe seu papel de sutura na utopia. O adolescente deve, imaginariamente, integrar os infinitos com os quais se defronta, em virtude da constatação da fragilidade dos alicerces que ordenavam o mundo para a criança. A consistência do Outro é exigida: mais solidez que os pais, e capacidade de integrar a medida do infinito.

- O simbólico: é a mudança de posição na cadeia de gerações, que localiza o adolescente como virtualmente pai. O sujeito passa da extensão mínima da cadeia simbólica à sua extensão máxima: há que provar que o microcosmo familiar não é fundador, é apenas uma fórmula imaginária delegada, socialmente, de uma estrutura simbólica e que o laço social é outra fórmula. Então, funda-se o interesse pelas teorias, sistemas e a ideologia, denunciando as incoerências do discurso ou contradições entre o dizer e o fazer.
- O significante: o que representa o sujeito é também posto em questão: daí as manifestações de apelidos, gírias, até o mutismo, pondo à prova o simbólico. A ordem dos significantes é abalada em três níveis:
 - *significante mestre*: a submissão ao adulto, por meio da ordem parental não mais garante a identidade, o desejo escapa dessa captação;
 - *significante fálico*: não garante uma relação válida com o outro sexo. Será preciso fundar a intersubjetividade aquém ou além deste significante;
 - *Nome-do-Pai*: não é mais sustentado pela relação familiar, tendo que ser validado de modo destacado do pai da

realidade e de todo pai imaginário, podendo então se escrever no plural: a mulher, o sintoma, etc.

Enfim, na adolescência, o significante se confessa enganador e o simbólico, frágil.

Por sua vez, Lacadèe (2007, p. 3) considera que a emergência do ato na adolescência acontece pela falta de elaboração simbólica suficiente que lhe permita transpor essa fase:

Em busca de tutela e autonomia, o jovem experimenta seu estatuto de sujeito — para o melhor ou para o pior. A falta do gosto de viver e a troca com o mundo da palavra revelam a precariedade de se situarem no campo da linguagem. Correr risco revela um sofrimento que pede para ser limitado, regulado, autenticado por uma marca simbólica. Por não ter recebido esta marca, o adolescente a produz, e por aí reivindica ser ouvido na dimensão de seu ato.

De fato, vivemos em uma sociedade onde já não existem grandes ideais, onde o que se faz presente é a lógica do individualismo e do consumismo. Como, então, o jovem pode se valer de referências que lhe permitam atravessar esse “túnel perfurado de ambos os lados” (FREUD, 1989d, p. 195)?

CAPÍTULO 2 – O ATO

Um dos temas mais debatidos na literatura especializada sobre a adolescência é a constante preocupação com a chamada “tendência a agir”. Marcelli e Braconnier (1989, p. 81) retratam o agir na adolescência da seguinte maneira:

Nesta idade, o agir é considerado como um dos modos privilegiados de expressão dos conflitos e angústias do indivíduo, manifestando-se na vida cotidiana do adolescente, cuja força e atividade motora desenvolveram-se de forma brutal; manifesta-se igualmente nos distúrbios de comportamento, que representam um dos motivos mais frequentes de consulta na psiquiatria da adolescência.

Por outro lado, é corriqueiro o modo como a mídia retrata os adolescentes de hoje, especialmente os que estão em conflito com a lei, conforme a designação da justiça: jovens que usam do ato da violência sem culpa, matando ou morrendo.

Entretanto, como nos adverte Alberti (1996, p. 59), não devemos tomar a “tendência a agir” de forma genérica, pois um mesmo ato pode ser praticado sob determinações diferentes e levar a consequências distintas.

Para a psicanálise, essas questões são cruciais, pois um mesmo ato pode tanto ser efeito de uma alienação ao Outro, em que o ser do sujeito se apaga, identificando-se ao discurso do Outro, ou, pelo contrário, como uma separação radical do Outro, na qual o sujeito despenca da cadeia significante, deixando de lado todo o pensamento inconsciente, despedindo-se de tudo o que o determina como sujeito no Outro do inconsciente (ALBERTI, 1996, p. 59).

Efetivamente, a distinção efetuada no “Seminário X: A angústia” por Lacan é bastante precisa para diferenciar as duas modalidades de ato: a passagem ao ato e o *acting out*.

2.1 Passagem ao ato e *acting out*: um breve histórico

A expressão “passagem ao ato” já era adotada pela clínica psiquiátrica para se referir aos atos impulsivos, violentos, agressivos e delituosos (como assassinatos, atentados sexuais, suicídios), quando um sujeito passava de uma representação ao ato sem qualquer mediação possível. De acordo com a nosografia psiquiátrica, tanto a impulsividade quanto a agressividade são características

descritas desse fenômeno clínico, e a passagem ao ato parece comportar uma referência a determinadas estruturas de personalidade, sendo utilizada para designar comportamentos criminais, delinquentes, toxicômanos e psicóticos (DUTRA, 1999, p. 66-67).

O termo *Agieren* descrito por Freud em “*Recordar, repetir e elaborar*” (1989f) foi utilizado para definir os atos impulsivos que viriam no lugar de uma lembrança, quando o sujeito agiria ao invés de se lembrar de um elemento recalçado, ao invés de colocar a lembrança em palavras. Foi, também, objeto de profundas ambiguidades conceituais, pois pode ter dois significados: agir, praticar uma ação, e reatualizar, na transferência, uma ação anterior. Na tradução para o inglês, recebeu o nome de *acting out*, respeitando sua dualidade, já que o verbo *to act out* significa tanto representar uma peça, deixar ver, mostrar, como também agir, tomar medidas. (CHEMANA, 1995, p. 8).

Conforme nos informa Vidal (1993), o *Agieren* descrito por Freud foi tomado por seus discípulos como um obstáculo inevitável no percurso de uma análise. Nos anos 1940, os termos “atuar”, “atuação” e “*acting out*” foram muito destacados na psicanálise: Otto Fenichel reduz o *acting out* ao sintoma em uma tentativa de simplificação da teoria freudiana, sendo sua principal característica o alívio da tensão interna causada por sua descarga. Por sua vez, Phyllis Greenacre defende que o *acting out* seria uma dramatização sustentada no olhar e no poder mágico da ação e situa, a partir desse pressuposto, uma discordância entre ação e linguagem: o que é verbal avançaria, e o pré-verbal se expressaria no corpo e no *acting out*, referindo-o a uma falta de maturação ou a um *deficit* de simbolização. (VIDAL, 1993, p. 211).

Também na França os psicanalistas, até a década de 1950, adotaram o termo *acting out* como sinônimo de passagem ao ato, mas conservando do ato apenas a dimensão da interpretação a ser dada na transferência. Essa ambiguidade entre os termos trouxe para a justiça e a psiquiatria clássica dificuldades em relação à determinação de eventuais responsabilidades civis (CHEMANA, 1995, p. 8).

Finalmente, com Lacan, podemos avançar na diferenciação desses termos, o que nos interessa profundamente para ser possível entender o ato na adolescência além do conceito simplista de “tendência a agir”, que se mostra insuficiente para explicar o fenômeno da atuação nesse momento da vida.

2.2 O ato na obra de Freud

Podemos discutir o ato sob a perspectiva de diversos discursos: filosofia, sociologia, psicologia, medicina, dentre muitos outros que lançam um olhar sobre a cultura. Interessa-nos aqui, porém, abordar o ato do ponto de vista da psicanálise, seguindo, em primeiro lugar, a trilha de Freud, para saber qual seria o estatuto do ato em sua obra. Alberti (1996, p. 60) realizou um estudo minucioso sobre o ato na produção desse autor, visando a elencar a multiplicidade dos termos freudianos e a hierarquizar esses conceitos. Como resultado, encontrou os termos *Aktion*, *Handlung*, *Akt*, *Tat* e *Agieren*.

O termo *Aktion* aparece na obra de Freud ligado à ação específica, que consiste em mudanças no mundo exterior a serem feitas pelo aparelho psíquico diante de excitações vindas do interior do corpo e que quebram o equilíbrio homeostático do organismo, visando à manutenção do princípio do prazer, ou seja, à conservação da energia num mínimo ideal. A ação específica se articula à relação de desamparo fundamental do bebê e ao surgimento do princípio da realidade como forma de escapar das excitações provenientes do próprio organismo, por meio do reconhecimento do mundo externo, o qual o bebê tentará modificar conforme suas necessidades. Por exemplo, pelo choro, porque sente frio, fome, sono etc. (ALBERTI, 1996, p. 61).

Handlung é a ação específica desenvolvida, exigindo muito mais energia, pois é mais complexa. O sujeito passa a distinguir entre necessidade e desejo, realizando um adiamento da descarga motora por meio do princípio da realidade, com o intuito de alcançar um prazer maior no final, isto é, há um adiamento do princípio do prazer, mas com a finalidade paradoxal de servi-lo (ALBERTI, 1996, p. 63).

A palavra *Akt* é encontrada no início da obra freudiana em relação específica com o ato sexual, com o coito, com o *Sexualakt*, como descrito no caso “O homem dos lobos”, de 1914. Em um segundo momento, no texto “Para além do princípio do prazer”, o autor privilegia uma nova aplicação para esse termo, designando-o como repetição. Na ocasião falava do *fort-da*, um jogo realizado por

seu netinho Ernst repetidas vezes, para simbolizar a partida e a chegada de sua mãe (ALBERTI, 1996, p. 63 e 67).

O termo *Tat* foi utilizado por Freud em “*Totem e tabu*” para falar do assassinato do pai do homem primitivo, ato que não deveria ser repetido, razão pela qual, no neurótico, não encontramos *Taten*, mas inibição. Segundo Alberti (1996, p. 70), esta é a distinção entre *Tat* e *Akt*:

Expressando o primeiro a violência, alguma coisa que toca o irremediável, como o assassinato primitivo. Assim, o termo *Tat* poderia estar associado às palavras que Lacan utilizou para qualificar o suicídio: o único ato bem sucedido.

Agieren, termo descrito por Freud em “*Recordar, repetir e elaborar*” a propósito do tratamento psicanalítico, implica em uma repetição de ato sem rememoração do sujeito, ou seja, trata-se de um ato do qual o sujeito não pode falar do lugar onde esteve até então. Freud define esse ato do paciente como uma “política do avestruz”, cuja única reconciliação com o recalado é por meio de seus sintomas (ALBERTI, 1996, p. 72).

Para Brodsky (2004, p. 12) existem duas portas de entrada para o estudo do ato em Freud. A primeira delas se refere ao artigo “*Psicopatologia da vida cotidiana*”, de 1901, no qual ele aborda, pela primeira vez, o conceito de ato falho ou ato sintomático, colocando-os como uma formação do inconsciente, sendo na perspectiva desses atos que surge, na teoria freudiana, a concepção de que os atos não são “meros movimentos” e têm uma significação.

No artigo citado, Freud trabalha os equívocos na ação. A partir de um ato cometido por ele próprio, mostra-nos que o essencial do ato está em seu equívoco, em sua falha. Nesse exemplo, ele nos conta que, diversas vezes, ao chegar à casa de um paciente, pegava a chave de sua casa para entrar. Esse ato é interpretado por ele como falho, porquanto tem um sentido e um motivo. Não é um mero engano, é um ato, surgindo, então, a relação ato e inconsciente (BRODSKY, 2004, p. 12).

A segunda porta de entrada é o texto “*Recordar, repetir e elaborar*”, de 1912, mas sob uma perspectiva diferente da anterior. Freud se apropria do termo alemão *Agieren* para pensar o ato como algo que se opõe à rememoração. Traduzido para o inglês como *acting out*, tornou-se referência na teoria psicanalítica.

2.3 O *Agieren* freudiano em “*Recordar, repetir e elaborar*”

Embora Freud utilize pela primeira vez a expressão *acting out* em “*Fragmentos de uma análise de um caso de histeria*” (1989c, p. 113), ele não a conceituou, empregando-a apenas em um debate sobre a atuação da transferência de Dora em relação a ele.

Freud trabalhou a conceituação do *acting out*, por meio das definições de “compulsão à repetição” e de “elaboração”, no texto “*Recordar, repetir e elaborar*”, tornando-o de suma importância para o entendimento dos atos como manifestações do inconsciente. Ele inicia esse artigo técnico dizendo que a psicanálise se utiliza da interpretação para identificar as resistências e torná-las conscientes ao paciente, e que, após terem sido vencidas, são relacionadas às situações e vinculações esquecidas (FREUD, 1989f, p. 194).

Para o autor, existem casos em que o paciente não recorda o fato que esqueceu, mas o expressa pela atuação (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o sem saber o que está repetindo. Freud (1989f, p. 196) nos dá o exemplo de um paciente desafiador em relação à autoridade dos pais e que se comportava da mesma forma com seu médico; e de um outro, que não se recorda como chegou a um impotente impasse em suas pesquisas sexuais infantis, mas produz uma massa de sonhos e associações confusas, queixando-se de não ter sucesso em nada. Assim, Freud relaciona o *acting out* ao processo analítico, principalmente à transferência e à resistência. Na análise, o paciente realiza a compulsão à repetição, que substitui o impulso de recordar. Quanto maior a resistência, mais a atuação substituirá o ato de recordar:

Aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência. Podemos agora perguntar o que é que ele de fato repete ou atua (*acts out*). A resposta é que repete tudo o que já avançou a partir das fontes do reprimido para sua personalidade manifesta — suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. Repete também todos os seus sintomas no decurso do tratamento (FREUD, 1989f, p. 198).

Posteriormente, em “*Além do Princípio do Prazer*” (1989j), Freud situa a repetição no campo da pulsão de morte, aquilo que resiste e realiza sua existência fora da representação e do saber, mostrando que a oposição repetir/rememorar se mostra insuficiente, pois lembrar não impede a repetição.

[...] o instrumental principal para reprimir a compulsão do paciente à repetição e transformá-la num motivo para recordar reside no manejo da transferência. Tornamos a compulsão inócua, e na verdade útil, concedendo-lhe o direito de afirmar-se num campo definido (FREUD, 1989f, p. 201).

Desse modo, para Freud (1989f, p. 202-203), o analista deve revelar ao paciente suas resistências, que nunca são reconhecidas, e familiarizá-lo com elas, dando-lhe tempo para que possa elaborá-las. Essa elaboração é o trabalho mais efetivo em relação às mudanças do paciente, distinguindo a psicanálise de outros tratamentos por sugestão.

Embora Freud não faça nenhuma referência à passagem ao ato em seus escritos, esse termo foi tomado como tradução e sinônimo de *acting out*, fato que parece trazer, ainda nos dias de hoje, certa ambiguidade, certa imprecisão de sentido às duas expressões, podendo acarretar simplificações e outras dificuldades de cunho prático, como o esclarecimento dos atos imotivados na psicose, a possibilidade de responsabilização do louco infrator, a qualificação do ato, se este é uma defesa que assegura o laço social ou se, pelo contrário, é desencadeador de delírios.

2.4 A questão do ato no ensino de Jacques Lacan

Segundo Miller (1993, p. 40 e 41), o conceito de ato é um tema recorrente no ensino de Jacques Lacan, e foi a partir do conceito de passagem ao ato que ele chegou a desvelar a estrutura fundamental do ato. A experiência analítica ensinou que o pensamento vive um impasse fundamental em relação à repressão, e o ato vem, justamente, no lugar dessa repressão.

Lacan, desde o início de sua carreira de psiquiatra, tinha interesse pela questão do ato, tendo, inclusive, escrito, no final dos anos 1920, um artigo sobre o motivo do crime das irmãs Papin, no qual propõe a tese de que o crime, na estrutura psicótica, seria uma tentativa de solução para o binômio alienante “delírio a dois”. Em sua tese sobre o caso “*Aimée*” de 1932, sobre a paranóia de autopunição, estabelece a função da passagem ao ato na psicose como uma forma de “cura” com remissão do delírio depois da passagem ao ato (VIDAL, 1993, p. 214).

Apesar de Jacques Lacan ter trabalhado, inicialmente, com a concepção psiquiátrica da passagem ao ato, a partir de 1962 ele começa a desenvolver outra conceituação para esse termo, já dentro da perspectiva psicanalítica. Tal fato permitiu uma melhor elaboração desse conceito, advindo, como principal conseqüência, a não-relação desse fenômeno clínico com um tipo específico de estrutura: a psicose.

O desenvolvimento do ensino de Lacan a propósito da passagem ao ato e do *acting out* pode ser dividido em três tempos. No primeiro, com “*A direção da cura e os princípios de seu poder*”, de 1958, Lacan analisa o *acting out* como um modo de resposta à intervenção equivocada do analista, tomando como ilustração o caso do “*Homem dos miolos frescos*”, atendido por Ernest Kris. No segundo tempo, em 1962, com o “*O Seminário X: A angústia*”, propõe uma conceituação diferenciada para *acting out* e passagem ao ato, articulando-os com a angústia e com o objeto *a*²⁶. E, finalmente, no terceiro, articula-o ao ato analítico, e, de acordo com Vidal (1993, p. 212), seria quando se operaria a separação definitiva entre a passagem ao ato e o *acting out*.

2.5 A angústia, o objeto *a* e a falta da falta

Como citado na seção anterior, a passagem ao ato e o *acting out* foram trabalhados por Lacan em sua articulação com a angústia e o objeto *a* e como o sujeito lida com seu aparecimento. Nesse contexto, torna-se fundamental estabelecer qual é a definição do objeto *a* dada por Lacan no *Seminário X*, antes de abordarmos os conceitos de passagem ao ato e *acting out*.

Lacan (2005, p. 30) considera que, na teoria freudiana, a definição da angústia como um sinal no eu de um perigo interno tem uma “função de chave”, algo que abre e funciona, isto é, algo que abre o debate lacaniano. Em sua opinião, é somente pela via da angústia que se pode conceber o objeto *a*, existindo uma relação de interdependência entre esses termos: a angústia é a tradução subjetiva do *a*.

²⁶ O objeto *a* é um conceito lacaniano complexo; de forma geral, pode ser definido como objeto causa de desejo, aquilo que está atrás do desejo.

Lacan, no *Seminário X* (2005, p. 15), introduz a angústia pela questão do desejo. *Che vuoi?* Que queres? Essa é a chave utilizada por ele para falar da subjetividade, pergunta que concerne ao eu e interroga o Outro: o que quer o Outro de mim? E é no jogo dialético entre as duas etapas no circuito do desejo, no ponto de articulação onde se instala essa pergunta entre a relação com o desejo e a identificação narcísica, que se introduz a função da angústia. Assim, Lacan suprime a idéia de Freud no tocante ao aparecimento da angústia como um sinal no eu de um perigo interno, pois, para ele, a noção de interior e exterior não se aplica ao aparelho psíquico:

Como lhes disse, no momento em que voltei à topologia do *Entwurf*, por ocasião de meu Seminário sobre a ética, não existe perigo interno, em razão de que o envoltório que é o aparelho neurológico não tem interior, já que é uma superfície única, e de que o sistema ψ , como *Aufbau*, como estrutura, como aquilo que se interpõe entre a percepção e a consciência, situa-se numa outra dimensão, como Outro enquanto lugar do significante. Desde o ano passado, por conseguinte, introduzi a angústia como a manifestação específica do desejo do Outro (LACAN, 2005, p.169).

Constata-se, então, que o sinal de angústia que irrompe no eu não denuncia um perigo interno, mas, sim, algo que se passa na dimensão do Outro:

Se isso acende no nível do eu, é para que o sujeito seja avisado de alguma coisa, a saber, de um desejo, isto é, de uma demanda que não concerne a necessidade alguma, que não concerne a outra coisa senão meu próprio ser, isto é, que me questiona. Digamos que ele me anula. Em princípio, não se dirige a mim como presente, dirige-se a mim, se vocês quiserem, como esperado, e, muito mais ainda, como perdido. Ele solicita minha perda, para que o Outro se encontre aí. Isso é que é a angústia”. (LACAN, 2005, p.169).

A relação da angústia com o desejo do Outro foi ilustrada dessa forma por Lacan (2005, p. 14): ele pede que imaginemos uma cena na qual se encontrasse vestido com uma máscara de um animal e diante de outro animal — um louva-a-deus gigante. Como ele não sabia qual era a máscara que estava usando, pois não enxergava sua própria imagem no espelho enigmático do globo ocular do inseto, encontrava-se angustiado pela possibilidade de que sua máscara pudesse induzir o louva-a-deus a algum erro quanto à sua identidade²⁷.

Sob esse aspecto, Vieira (2008, p. 168) registra que, na angústia, o outro seria “radicalmente Outro — o louva-a-deus de desejo voraz a que não estou ligado por nenhum fator comum”. A fábula de Lacan demonstra o lugar do encontro com o

²⁷ Esse exemplo foi dado pela primeira vez, por Lacan, durante uma série de Jornadas Provinciais e mencionado no *Seminário X* de forma resumida.

desejo como tal, indeterminado e voraz, como a fêmea do louva-a-deus gigante que mata o macho após o acasalamento.

Assim, para Lacan, “o desejo do homem é o desejo do Outro”. E o Outro, para a psicanálise, existe como inconsciência constituída, como correspondente ao desejo na medida do que falta ao sujeito e do que ele não sabe. O sujeito vive no total desconhecimento a respeito de seu desejo e sem uma sustentação possível desse desejo em referência a um objeto qualquer (LACAN, 2005, p. 31-33). Esse Outro é o lugar do significante, e é o que institui o que há de mais singular no sujeito.

Ao evidenciarmos, na teoria lacaniana, que a constituição do sujeito se dá a partir do desejo do Outro, somos conduzidos diretamente à concepção do objeto *a*, nosso próximo ponto de estudo.

Lacan salienta que, por mais paradoxal que pareça, tanto a sua formulação quanto a de Hegel sobre o objeto *a* tratam de um objeto que deseja, porém, em sua opinião, a psicanálise progrediu em relação à função do desejo. (LACAN, 2005, p. 32).

Em Hegel, segundo Lacan (2005, p. 32), o desejo do homem é desejo de desejo, à medida que é desejo de reconhecimento por parte do Outro. Esse Outro é aquele que vê o sujeito e é um Outro da consciência, sendo o sujeito reconhecido por esse Outro apenas como objeto. Isso quer dizer o quê? Que o Outro instituirá alguma coisa, designada por *a*, que é aquilo de que se trata no nível daquele que deseja. É nisso que está todo o impasse. Ao exigir ser reconhecido ali, onde sou reconhecido, sou reconhecido apenas como objeto (LACAN, 2005, p. 32-33).

Por outro lado, para Lacan (2005, p. 32) “o Outro existe como inconsciência constituída como tal. O Outro concerne a meu desejo na medida do que lhe falta e de que ele não sabe”. Esse Outro é o Outro como lugar do significante, meu semelhante entre outros e, ao mesmo tempo, o Outro da diferença singular.

Pelo esquema da divisão subjetiva, o autor nos mostra que o sujeito, em relação ao Outro, é marcado pelo traço unário do significante, sobrando dessa divisão, correlata da entrada na linguagem, um resto, um resíduo que não entra no simbólico, que é a prova e a garantia da alteridade do Outro. Essa parte que sobra é nomeada de objeto *a* (LACAN, 2005, p. 36). Ele ressalta que o seu ensino não deve ser compreendido como dois tempos: um, centrado no estádio do espelho e no imaginário; outro, demarcado pelo “*Relatório de Roma*” referente ao significante. Ele

assegura que o jogo entre os dois registros — imaginário e simbólico — tem sido trançado desde há muito (LACAN, 2005, p. 39)²⁸.

O objeto *a* já se encontrava presente na obra lacaniana em relação à dimensão imaginária. Ele já era anunciado na fórmula da fantasia — $\$ \diamond a$ — como suporte do desejo. Nesse sentido, a fantasia possui uma função no psiquismo como a de um quadro colocado na moldura de uma janela: o que menos interessa é a beleza do que está pintado no quadro, pois se trata, na verdade, de não se ver o que está atrás do quadro, protegendo o sujeito do encontro com o registro do real. (LACAN, 2005, p.85)²⁹.

A fantasia é a máscara, a maquiagem que permite o acesso ao quadro do desejo. Nesse quadro, o *a* está representado por um objeto postiço, artificial, não mais que semblante, já que ele mesmo não é visível em uma imagem (Harari, 1997, p. 63).

Diante da iminência do surgimento de certo objeto que faz irromper a angústia, Lacan se apoia no texto “*O estranho*”, de Freud (1989i), para nos mostrar como a experiência do estranho tem relação com a presença do objeto *a* e o surgimento da angústia.

Nesse texto, Freud dá uma grande ênfase à análise lingüística da palavra *Heimlich*, destacando como exhibe, em seus diferentes matizes de significado, um que é idêntico ao seu oposto: *Unheimlich*. Existe uma ambiguidade na palavra *Heimlich*, que, ao mesmo tempo, pode ter dois significados contrários: de um lado, significa o que é familiar e agradável e, de outro, o que está oculto e se mantém fora da vista. Em sua extensa pesquisa pelos dicionários, ele se depara com o conceito dado por Schelling: “[...] *Unheimlich* é tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto mas veio à luz” (FREUD, 1989i, p. 282).

Para Freud esse sentimento de estranheza familiar estaria relacionado ao complexo de castração, aquilo que foi recalcado e que retorna; que irrompe pontualmente e que deixa o sujeito angustiado.

Harari (1997, p. 65) evidencia que a alusão à família no termo *Heimlich* não é casual. Também está se falando dela, pois, além de ser um núcleo acolhedor onde o sujeito se sente amparado, também é o lugar de uma das mais difíceis,

²⁸ Sobre esse assunto, Lacan sugere a leitura de “*Formulações sobre a causalidade psíquica*”.

²⁹ Essa metáfora foi usada pela primeira vez, por Lacan, nas Jornadas Provinciais dedicadas à fantasia.

porém necessária, experiências para o sujeito: a castração. Esta aqui entendida, como nos ensinou Freud, como aquilo que é estruturante para o sujeito e que permitirá, com a angústia desencadeada por esse processo, a dissolução do Édipo e a entrada no período de latência, assim como a instalação do supereu e a inscrição na cultura.

Lacan chamou a castração de *-phi*, apontando sua relação especular e com o grande Outro por meio do exemplo do estádio do espelho: o momento de júbilo da criança, quando ela capta, pela primeira vez, sua imagem no espelho, no seu reconhecimento. Nesse instante, a criança se volta para o adulto que está atrás, aquele que a carrega, como a pedir o seu aval e, depois, retorna para sua imagem no espelho. Esse adulto é o grande Outro, e a imagem da criança no espelho é *i(a)*, imagem real como definiu Lacan: “imagem do corpo funcionando na materialidade do sujeito como propriamente imaginário, isto é, libidinizado” (LACAN, 2005, p. 49).

Essa virada da criança em direção ao Outro consiste em sua entrada no campo do simbólico e é a marca do traço unário, primeiro dos significantes. O investimento da imagem especular é um tempo fundamental da relação imaginária porque tem um limite, nem todo investimento libidinal passa pela imagem especular. Há um resto que é o falo, que, a partir daí, aparece como falta. Esse falo que falta na imagem, o menos *phi*, foi relacionado pelo autor ao objeto *a*. O *a* é um resíduo do real e, como tal, não deriva da imagem especular. Pela manipulação do *cross-cap*, figura tomada de empréstimo da topologia, o autor indica “como o corpo pode instituir nela dois pedaços diferentes, um que pode ter uma imagem especular, outro que literalmente não a tem” (LACAN, 2005, p. 31 e 49).

É na impossibilidade da representação especular que o falo (*-phi*) e o *a* se correspondem. A partir da identificação primária a um significante, as outras identificações se processam, proporcionando ao sujeito o reconhecimento de sua imagem corporal. O desejo é fundado nesse primeiro tempo, sendo resultante do processo de divisão subjetiva e da entrada do sujeito no campo da linguagem, que deixa o objeto *a* de fora, como resto. Lacan nos lembra que o imaginário entra como aquele que permite ao sujeito ter acesso a esse objeto que ficou de fora do registro simbólico, sendo que a fantasia é o desvio imaginário que dá acesso, ainda que de forma artificial, à relação do sujeito com seu desejo. Ele defende que tal acesso nunca é possível de maneira efetiva, porque o objeto *a*, suporte do desejo na fantasia, é invisível na imagem do desejo para o sujeito. Do lado do espelho, o lugar

destinado ao *a* é uma lacuna, pois é o lugar vazio por causa da ausência do falo. Essa imagem caracterizada por uma falta orienta e polariza o desejo, que não se apresenta apenas como velado, mas em sua essência relacionado com uma ausência. Essa ausência, que implica também uma possibilidade de aparição, se ordena por uma presença inapreensível para o sujeito, exercendo sua função na fantasia. (LACAN, 2005, p. 55).

Portanto, para Lacan (2005, p. 64), a angústia não é a reação-sinal de perda de um objeto —, conforme Freud nos diz em “*Inibições, sintomas e ansiedades*” (1989n) —, como a perda do útero materno na ocasião do nascimento, perda eventual da mãe, tida como objeto, perda do pênis etc. Assim, torna-se salutar a presença-ausência da mãe para que o desejo se constitua; é a possibilidade da ausência que institui a segurança da presença.

O que há de mais angustiante para a criança é, justamente, quando a relação com base na qual essa possibilidade se institui, pela falta que a transforma em desejo, é perturbada, e ela fica perturbada ao máximo quando não há possibilidade de falta, quando a mãe está o tempo todo nas costas dela, especialmente a lhe limpar a bunda, modelo da demanda, da demanda que não pode faltar (LACAN, 2005, p. 64).

Lacan destaca a função essencial do lugar do vazio como ponto funcional do desejo, ou seja, é somente porque algo falta que podemos desejar. Desse modo, quando há falta da falta, o sujeito não está somente alienado ao desejo do Outro, como indicado anteriormente, mas também tomado como objeto do desejo do Outro, tal como a criancinha que tem sua mãe às suas costas limpando seu “bumbum”.

Esse lugar vazio onde algo pode aparecer, chamado por Lacan de *-phi*, indica uma relação estreita desse termo com a reserva libidinal do sujeito, com esse algo que não se projeta, não se investe no nível da imagem especular, permanecendo profundamente investido no nível do próprio corpo, no autoerotismo, no gozo autista:

Ele é um alimento que fica ali para animar, eventualmente, o que intervirá como instrumento na relação com o outro, o outro constituído a partir da imagem de meu semelhante, o outro que perfilará sua forma e suas normas, a imagem do corpo em sua função sedutora, sobre aquele que é o parceiro sexual. (LACAN, 2005, p. 55).

A angústia aparece quando “uma coisa qualquer”, segundo Lacan (2005, p. 52), surge no lugar do campo especular que corresponderia ao objeto *a* no real, caso esse objeto pudesse ser refletido.

A *Unheimlichkeit* é aquilo que aparece no lugar em que deveria estar o menos-phi. Aquilo de que tudo parte, com efeito, é a castração imaginária, porque não existe, por bons motivos, imagem da falta. Quando aparece algo ali, portanto, é porque, se assim posso me expressar, a falta vem a faltar. (LACAN, 2005, p. 52).

De acordo com Harari (1997, p. 72-73), essa “coisa qualquer” Lacan vai aproximá-la da “*das Ding*” de Freud, conceito elaborado, em 1895, no artigo *Projeto para uma psicologia científica* (1989a), no qual trabalha esse termo em um contexto lateral, mas que foi recuperado e desenvolvido por Lacan no “*Seminário X: A angústia*”. Freud, em seu texto, fala sobre um complexo perceptivo que opera no lactante dividido em duas partes: a primeira é determinada e permanece inalterada. A outra, resto do complexo perceptivo, é a que sofre alterações. Na parte inalterada do complexo perceptivo, Freud localiza o que ele chama de *das Ding*, a Coisa, que é o primeiro exterior hostil que enfrenta o lactante.

Para Lacan, o lugar da Coisa pode ser ocupado pela Mãe, denominada aqui como o Outro primordial, não se tratando da mãe empírica, mas o que da mãe fica como efeito de estrutura. Esse objeto exterior, que fornece a percepção de um outro semelhante, próximo, configura-se como um primeiro objeto de satisfação e também como primeiro objeto hostil. Então, Lacan se pergunta o que está no começo e conclui que é o Desejo da Mãe, que consiste em reintegrar o seu produto, surgindo diante do lactante como *das Ding*. Cabendo, como Lacan assinala, ao Nome-do-Pai realizar um corte entre a mãe e a criança. Nesse contexto, encontra-se a estrutura de *das Ding*: estar assujeitado ao desejo do Outro, ser objeto do desejo do Outro (HARARI, 1997, p. 73-74).

Podemos concluir que o aparecimento da angústia se dá quando o sujeito se depara com a *Unheimlichkeit*, isto é, com a inquietante estranheza que é desencadeada com o escancarar repentino de uma janela e com o aparecimento do mais íntimo do sujeito, aquilo que não pode ser visto, que é enquadrado pela cena da fantasia. Desse “escancarar” aparece algo no enquadramento que Lacan designa como o *heim*, o que já estava ali muito perto, em casa; o hóspede desconhecido. Essa é a modalidade do afeto do estranho, do sinistro, pelo qual o sujeito é tomado quando se depara com alguma coisa extremamente familiar, de casa, íntima, mas, ao mesmo tempo, hostil, estranha. Esse afeto é desencadeado quando o desejo do Outro exige que o sujeito apague seus limites, entregando-se de forma

incondicional, aparecendo a vertente do gozo ilimitado do Outro. (LACAN, 2005, p. 85-88).

2.6 Os casos “Dora” e “A jovem homossexual”

Os casos “Dora” e “A jovem homossexual” são exemplares para se pensar a relação do sujeito com o objeto *a* e com o Outro, e foram trabalhados por Lacan em diversos momentos do “Seminário X”, visando à definição e distinção dos dois modos de agir: a passagem ao ato e o *acting out*.

Em “*Fragmento da análise de um caso de histeria*” (1989c) Freud analisa o caso clínico de Dora, uma jovem de 18 anos, com sintomas histéricos de afonia, tosse, desmaios e amnésia. O círculo familiar da jovem incluía, além de seus pais, um irmão um ano e meio mais velho que ela. O pai era a pessoa dominante da família, um homem de atividade e talento incomuns. A filha era muito apegada a ele e, por essa razão, escandalizava-se ainda mais com suas peculiaridades. Essa ternura era aumentada em decorrência das graves doenças de que padecera o pai. Dora, desde a idade de oito anos, começara a apresentar sintomas neuróticos, e sua família a levava a Freud aos 16 anos. Na ocasião, estava sofrendo de tosse e rouquidão, sendo proposto por ele o tratamento psicanalítico, que não foi iniciado porque os sintomas desapareceram espontaneamente.

Aos 18 anos, o desânimo e uma alteração do caráter tinham se tornado os principais sintomas de sua doença, não estando satisfeita consigo mesma e nem com sua família, adotando uma atitude inamistosa com os pais e evitando contatos sociais, ocupando-se somente de seus estudos. O acontecimento que a trouxe para a análise foi uma carta que seus pais acharam em sua escrivaninha, na qual se despedia deles por não mais suportar sua vida. Um dia depois, após uma ligeira troca de palavras com seu pai, Dora teve um primeiro ataque de perda de consciência — acontecimento encoberto por uma amnésia — e, assim, seus pais a levaram ao tratamento, apesar de sua relutância.

O ponto de referência para a conformação de sua doença foi a amizade íntima entre sua família e a de um casal nomeado por Freud de K. A senhora K cuidara do pai de Dora durante sua longa doença, despertando nele sua “eterna gratidão”. Por outro lado, o senhor K demonstrava imensa afeição por Dora, levando-

a para passear e dando-lhe pequenos presentes, fato esse que não era mal visto por seus pais.

Após um episódio em que Dora diz aos pais ter sido abordada pelo Sr. K durante um passeio pelo lago, seus sintomas histéricos pioraram e ela insiste com o pai para que rompa relações com o casal, principalmente com a Sra. K. Para Dora não havia dúvida de que o que ligava seu pai à jovem Sra. K era um relacionamento amoroso, tendo ela assumido a posição de enfermeira para afastar sua mãe do leito do doente. Quanto a seu papel nesse caso, tinha a concepção de ter sido entregue ao Sr. K como prêmio pela tolerância para com as relações entre sua mulher e seu pai.

A jovem era cortejada pelo Sr. K diariamente durante seus passeios, recebendo flores todos os dias por um ano inteiro, além de outros presentes valiosos, sem que seus pais tomassem esse comportamento como uma corte amorosa.

Freud analisa que Dora tinha razão em achar que o pai não queria esclarecer o comportamento do Sr. K em relação a ela para não interferir em seu próprio relacionamento com a Sra. K. Mas que também ela fizera a mesma coisa, tornara-se cúmplice desse relacionamento amoroso durante anos e, só depois da cena do lago, interrompera sua relação com os K.

Para ele, a corrente homossexual da vida pulsional de Dora a levou a adotar um comportamento dúbio com os K. Em sua adolescência, tinha vivido na mais estreita intimidade com a Sra. K, partilhando o quarto com ela, sendo confidente e conselheira de suas dificuldades conjugais e admirando seus dotes físicos. Depois da cena do lago, sentiu-se traída pela Sra. K, pois, para que seu relacionamento com o pai de Dora não fosse perturbado, tomou partido do Sr. K, revelando, inclusive, os segredos mais íntimos que Dora confiara a ela. O ponto nodal da cena do lago é quando o Sr. K lhe diz, como uma presumível declaração de amor, que sua mulher não era nada para ele. Essa declaração faz com que Dora esbofeteie o Sr. K e saia correndo, deixando a cena.

No caso “A jovem homossexual”, descrito por Freud em 1920, tratava-se de uma bela moça de 18 anos, de família proeminente, que despertara preocupação em seus pais pela devotada adoração dirigida a certa “dama da sociedade”, cerca de dez anos mais velha que ela, cuja reputação era duvidosa, sendo designada por eles como uma *cocotte*. A moça sabia da vida mundana de sua adorada e, mesmo

possuindo senso de decência, insistia em manter relações com ela, aproveitando todas as oportunidades de se encontrar com a bem amada, apesar da vigilância e desaprovação de seus pais. Essa mulher era cortejada pela jovem ao estilo do amor cortês viril, testemunhando sua devoção e evitando todo tipo de relação corporal. A jovem desafiava a autoridade dos pais, passeando pelas ruas movimentadas de Viena com sua dama, inclusive nas vizinhanças do trabalho do pai. Um belo dia, como seria inevitável, o chamativo casal encontra o pai da jovem, a quem a dama não conhecia. O pai lança à filha seu olhar irado, o que provoca a pergunta da *cocotte* a respeito da situação. A jovem confessa, então, à sua amiga que aquele que acabara de passar por elas era seu pai e que ele desaprovava sua relação com ela. A dama, receosa, provavelmente, das conseqüências desse encontro e evitando maiores dificuldades, pede a ela que se afaste e que não a procure mais. A jovem, diante da proposta de ruptura, lança-se de um parapeito em um abismo, caindo, ferida, nos trilhos da ferrovia metropolitana. Seis meses após esse ato, a jovem foi levada a Freud para um tratamento psicanalítico.

Freud assinala como fundamental no histórico de sua paciente a grande decepção sentida por ela em sua puberdade, quando a mãe engravida. Na ocasião, a jovem experimentava a revivescência de seu complexo de Édipo, tendo desejado inconscientemente ter um filho de seu pai, que cumpriria a função de ser um substituto do falo. Ela não o obtém e, para realizá-lo “de outro modo e da mesma maneira”, torna-se amante: “... em outras palavras, coloca-se naquilo que ela não tem, o falo, e, para mostrar que o tem, ela o dá” (LACAN, 2005, p. 138).

2.7 A passagem ao ato

Para Lacan (2005, p. 128), “é a partir do Outro que o *a* assume seu isolamento, e é na relação do sujeito com o Outro que ele se constitui como resto” Assim, há um resto que escapa à determinação do sujeito no discurso do Outro e a forma de manifestação desse resto faz com que Lacan demonstre que, tanto no caso Dora como no caso da jovem homossexual, existe uma característica estrutural da relação entre a passagem ao ato e o objeto causa de desejo, porque tanto um quanto outro se manifestam, fenomenologicamente, na forma do *Niederkommen*, do “deixar cair” como dejetos. Esse “deixar cair”, correlato da passagem ao ato, revela-se

no sujeito embaraçado no momento em que ele aparece apagado ao máximo pela barra, ou seja, existe um momento em que dali onde o sujeito está, do lugar da cena que o determina, ele se precipita e despenca.

Lacan (2005, p. 130) comenta, no caso Dora, que a bofetada da jovem no rosto do Sr. K, durante a cena do lago, exprime a mais perfeita ambiguidade: será que ela ama o Sr. K ou a Sra. K? Essa saída da cena é próprio da estrutura da passagem ao ato.

Dora sustenta durante muito tempo uma cena onde o *acting out* se faz presente por meio de certa sedução endereçada ao Sr. K, de se colocar como aquela que substitui a Sra. K. Essa cena se dá de maneira estável até que o Sr. K lhe diz que sua mulher já não representa nada para ele. Nesse momento, em que a cena não se sustenta mais, sucede a passagem ao ato, ou seja, Dora se encontra em uma situação na qual se vê anulada como sujeito (um nada), e só lhe resta se subtrair da cena pela via da evasão.

Podemos ver também no caso da jovem homossexual um exemplo clássico de passagem ao ato: no momento em que a jovem se encontra diante do olhar do pai, para o qual ela havia endereçado a cena junto à dama, isto é, no momento em que a determinação do Outro se dispõe para ela na forma mais explícita, ela não suporta: essa cena não lhe cabe mais, ela se vê anulada e se joga do alto da ponte.

Lacan, no caso da jovem homossexual, trabalhou o significante freudiano *Niederkommen*, cuja tradução pode ser “deixar cair”. Esse “deixar cair” foi o que precisamente aconteceu à jovem diante do encontro com o olhar devastador que seu pai lhe dirige, encontro com o objeto *a*: ela se precipita e cai, identificada a ele.

A cena que faz o sujeito despencar é a própria vacilação da fantasia, que é o que o preserva do encontro com o objeto *a*. Como vimos, Lacan se utiliza da metáfora de um quadro em uma janela como forma de enquadrar a angústia. Lembramos aqui:

[...] de um quadro que acaba de ser colocado no caixilho de uma janela. Técnica absurda, sem dúvida, caso se trate de ver melhor o que está no quadro, mas já não é disso que se trata. Seja qual for o encanto do que está pintado na tela, trata-se de não ver o que se vê pela janela. (LACAN, 2005, p. 85).

Assim, o que não se pode ver além da janela é o objeto *a*, cujo vislumbre precipita o sujeito na angústia e no ato. Esse “pular fora da cena” é próprio do

encontro com o objeto *a*, que é, para Lacan (2005, p. 85), como o escancarar repentino de uma janela: “a fantasia é vista além de um vidro, e por uma janela que se abre”.

A fuga foi igualmente tomada por Lacan (2005, p. 130) como exemplo de uma passagem ao ato, “... essa saída de cena, a partida errante para o mundo puro, na qual o sujeito sai à procura, ao encontro de algo rejeitado, recusado por toda parte”.

Na passagem ao ato, a angústia se manifesta naquilo que faz com que o sujeito da cena se esvaia. E essa angústia que não engana é a angústia como um sinal no eu, ou seja, é alguma coisa que se encontra no eu, que se coloca no meio do eu ideal, que se coloca no X do esquema óptico, que é o sinal de borda do campo imaginário. Lacan (2005, p. 131-133) a compara aos fenômenos de despersonalização, em que se apresenta um não reconhecimento da imagem especular, não exatamente o que está fora do espelho, mas o que não é reconhecido em sua “especularidade”.

Conforme observado por Miller, Lacan coloca o suicídio como o paradigma do ato, de que há algo no sujeito que não trabalha para o seu próprio bem, mas, ao contrário, para sua destruição. Essa também a concepção de Freud em sua teoria sobre a pulsão de morte.

O conceito de suicídio ilustra bem a disjunção operada no ser vivo, em seus interesses, em sua vida, em seu bem-estar, em sua homeostase por um lado, e em outra coisa que o habita, que o come e que pode lhe destruir. (MILLER, 1993, p. 45).

Lacan chama de ato aquilo que aponta para o coração do ser: o gozo. Nesse sentido, o termo passagem ao ato se revela adequado. Na passagem ao ato os equívocos da linguagem, da palavra são abandonados pelo ato; há uma subtração do sujeito em relação ao Outro. A passagem ao ato como um “não” proferido ao Outro. Miller nos adverte que é necessário distinguir severamente a passagem ao ato do *acting out*.

Podemos falar propriamente de *acting out* na relação analítica por exemplo, mas também em toda relação de domínio, de comunicação terapêutica. Podemos falar de *acting out* quando há uma cena, esta cena é a palavra e o sujeito se põe a atuar sobre esta cena sob o olhar do Outro. Necessita do Outro, necessita de espectador. (MILLER, 1993, p. 47).

Na passagem ao ato, pelo contrário, não há espectador, não há cena. O sujeito não acena para o Outro, está “morto”. E por isso, um ato será sempre auto,

será sempre o que o separa do Outro. Para Lacan o único ato verdadeiramente bem sucedido seria o suicídio, justamente por não querer saber nada do Outro, por separar-se dos equívocos da linguagem (MILLER, 1993, p. 48).

2.8 O *acting out*

O *acting out* visa a tomar o objeto *a* numa certa distância que evite a angústia. “Tudo que é *acting out* é o oposto da passagem ao ato” (LACAN, 2005, p. 136). No caso “A jovem homossexual”, se a tentativa de suicídio é uma passagem ao ato, toda a aventura com a dama de reputação duvidosa é um *acting out*. Se a bofetada de Dora é uma passagem ao ato, todo o seu comportamento dúbio na casa dos K é um *acting out*.

Conforme Lacan (2005, p. 137): “o *acting out* é, essencialmente, alguma coisa que se mostra na conduta do sujeito. A ênfase demonstrativa de todo *acting out*, sua orientação para o Outro, deve ser destacada”.

No caso da jovem homossexual, ela fracassou na realização do desejo de ter o falo do pai e ela o realiza de outro modo — deixa de ser aquela que queria o falo e dele foi privada, e passa a agir como aquela que tem o falo, e para mostrar que o tem, comporta-se como homem com a dama. O que está em questão no *acting out* é que ele é uma figura de mostração. A jovem não diz ao pai o que ela achou, ela mostra ao pai que não precisa daquilo de que ele a privou. Freud, em “Recordar, repetir e elaborar” (1989f), conforme já visto aqui, havia trabalhado o ato como algo que não havia sido demonstrado pela via de uma articulação significante. O sujeito não pôde demonstrar, não pôde “significantizar”, não pôde verbalizar e, então, o que faz? *He acts it out*. Ele exterioriza pela via do ato, ele mostra pelo ato aquilo que não foi demonstrado pela via da articulação simbólica. Para Lacan, o sujeito mostra no ato aquilo que não pode ser demonstrado do desejo, mostrando-se como Outro, para assim se designar. O desejo é articulado ao objeto *a*, causa de desejo, e para Lacan (2005, p. 139), “o essencial do que é mostrado é esse resto, é sua queda, é o que sobra nessa história”, ou seja, o pequeno *a*, a “libra de carne”.

Nesse contexto, apresenta-se uma encenação ficcional do objeto *a*. Tal como a fantasia, essa cena é capaz de burlar a angústia, porquanto se vale de uma história construída em torno da estrutura ficcional, que é o sujeito barrado. Desse

modo, o *acting out* demonstra o desejo como outro, assim como a fantasia. A diferença é que, no *acting out*, algo da fantasia é atuado, é materializado por meio de uma encenação. Lacan (2005, p. 138) nos ensina:

No *acting out*, portanto, diremos que o desejo, para se afirmar como verdade, envereda por um caminho em que, sem dúvida, só consegue fazê-lo de uma maneira que chamaríamos de singular, se já não soubéssemos, por nosso trabalho aqui, que a verdade não é da natureza do desejo.

Então, o que está em jogo não é a cena em si, a encenação distorcida do desejo, mas a causa do desejo, o que está por trás, o *a*.

O *acting out* é aquilo que se mostra na forma de que isso fala, de que isso só pode se fazer exprimir na encenação. Há um exemplo clássico de *acting out* comentado por Lacan em diversas ocasiões, o caso do “*Homem dos miolos frescos*”, já citado brevemente neste trabalho. Esse caso foi atendido por Ernst Kris e, anteriormente, por Mellitta Schimideberg (filha de Melanie Klein). Lacan o designa como um sujeito travado em sua profissão, sugerindo tratar-se de um intelectual cuja profissão não se encontra distante da nossa.

O paciente procura o analista porque se achava um plagiário e, em especial, temia roubar as ideias de um eminente colega com quem trabalhava. Colocado como juiz da situação, Kris escolheu solicitar de seu paciente que relatasse sua tese assim como a do livro que julgava ter plagiado.

Depois de prolongada avaliação, o analista mostra para o paciente que ele não havia cometido nenhum plágio, que havia lido seu livro e o achara realmente original. E, ao contrário, sabia que ele, o autor, é quem tinha sido plagiado, pois o eminente colega havia se apoderado de suas ideias, modificando-as ligeiramente, sem fazer referência sobre sua procedência.

O sujeito, que acreditava ser um plagiário, encontrou uma situação inversa graças ao julgamento de Kris. Como assinala Harari (1997, p. 80) o que roubava o “*Homem dos miolos frescos*” era nada, fazendo menção nesse momento ao objeto *a* — “fragmento que cai do corpo, separando-se”. O analisando, que não tinha como contestar as afirmações “judiciais” de Kris, fazia um ritual ao final das sessões de análise, procurando, nos restaurantes das proximidades do consultório do analista, um menu que oferecesse miolos frescos.

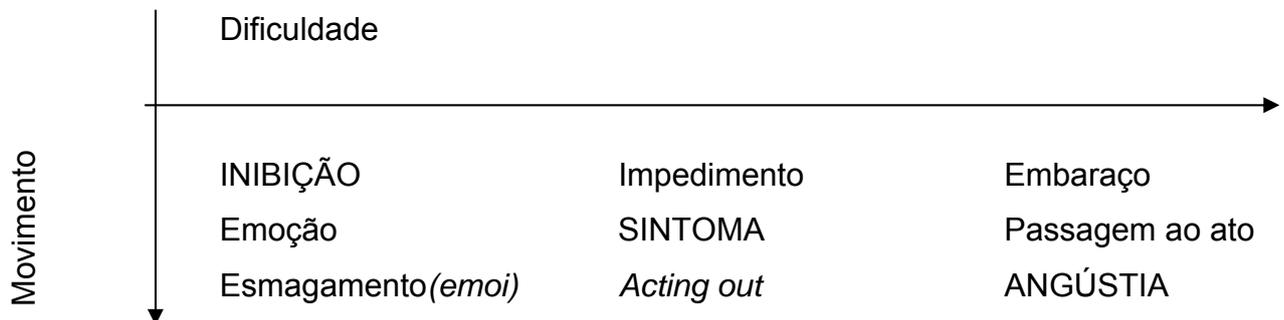
Nessas circunstâncias, Lacan interpreta que o paciente estava dizendo, ao seu analista, com essa ação — que pode ser tomada como um *acting out* —, que o que ele lhe fazia ver lhe deixava os miolos frescos (ou seja, que ficava na mesma)

e, ao mesmo tempo, lhe demandava uma reabertura, um frescor de seus “miolos de analista”.

O paciente quis mostrar que aquilo que o analista falou não toca na questão da causa do desejo e, já que isso não pode ser falado, ele mostrou, com o ato de comer miolos frescos, para contar ao analista na próxima sessão:

O analisante coloca o objeto *a* no prato. E, com isso, seu pequeno pedaço de gozo original. Ao entregar essa libra de carne, ao desprender-se do objeto, salva-se de cair identificado com ele. Mantém a distância, colocando-o na cena; nesse caso, nos cardápios dos restaurantes que faziam letra de objeto. Encontramos então um caráter decisivo do *acting out*: que é mostrativo, que convoca o olhar e chama a atenção — de modo sem dúvida provocativo —, assinalando como seu objeto causa de desejo estava fora. (HARARI, 1993, p. 80-81).

Tomando como referência o quadro matricial da angústia proposto por Lacan no *Seminário X*, temos um sujeito que se encontra em uma encruzilhada entre dois termos que se ordenam sobre dois eixos:



Esses termos são o da dificuldade, cujo excesso de significante abafa o sujeito, e a causa do desejo que relança o movimento. O *acting out* é a tentativa de saída para um sujeito preso entre o esmagamento (*emoi*)³⁰ e o impedimento (*empêchement*), de acordo com Vidal (1993, p.217).

A angústia causa o esmagamento, designando, para o sujeito, o objeto que causa o seu desejo, mas na posição de alheamento, retornando algo enigmático. O sujeito esmagado também se encontra impedido de agir, sob o efeito de uma inibição extrema, ocasionando o *acting out* como saída diante de sua insolúvel posição. (VIDAL, 1993, p.217).

³⁰ “Optamos pela tradução de *emoi* por esmagamento por melhor acentuar o afeto de comoção e inquietação, além de recuperar a significação de comprimir, machucar, até privar da força e da liberdade, como também afligir e angustiar” (VIDAL, 1993, p. 217).

Lacan acentua a tendência em dizer que o *acting out* é um ato sintomático. A correlação entre eles é que tanto um quanto outro se mostram como algo diferente, passam por uma deformação. Porém, o sintoma não clama pela interpretação como o *acting out*. A interpretação do sintoma somente é possível com a instalação da transferência, ou seja, é preciso que haja a introdução do Outro para que a interpretação suscite um determinado efeito:

Em se tratando do sintoma, é claro que a interpretação é possível, mas com uma certa condição que vem somar-se a ela, isto é, que a transferência se estabeleça. Por natureza, o sintoma não é como o *acting out*, que pede a interpretação, pois o que a análise descobre no sintoma é que ele não é um apelo ao Outro, não é aquilo que mostra ao Outro. O sintoma, por natureza, é gozo, não se esqueçam disso, gozo encoberto, não precisa de vocês como o *acting out*, ele se basta. É da ordem daquilo que lhes ensinei a distinguir do desejo como sendo o gozo, isto é, aquilo que vai em direção à Coisa, depois de ultrapassar a barreira do bem, ou seja, do princípio do prazer, e é por isso que tal gozo pode traduzir-se num *Unlust*. (LACAN, 2005, p. 140).

Assim, o *acting out* convoca o Outro a interpretar, ao passo que o sintoma não chama à interpretação porque ele se satisfaz autisticamente, solitariamente, porque é um modo de gozo. Diversamente do sintoma, o *acting out* é aquilo que engatilha a transferência, que convoca o Outro. É o que Lacan vai chamar de transferência selvagem, à medida que, ante a presença de algo desconhecido, o sujeito responde sem saber, mostrando algo disso numa cena.

Portanto, no *acting out* não é necessário que haja análise para que aconteça transferência; essa transferência não está atrelada ao tratamento psicanalítico. “Não é preciso análise para que haja transferência. Mas a transferência sem análise é *acting out*. O *acting out* sem análise é a transferência” (LACAN, 2005, p. 140).

2.9 Todo ato é fora da lei

No “Seminário XV: o ato analítico”, Lacan (1986) nos ensina que não há oposição entre a frase “no começo era a ação”, tal como nos diz Fausto, de Goethe, e a fórmula evangélica “no começo era o verbo”. Pelo conceito de traço unário, ele fundamenta essa afirmação: “[...] no princípio era o verbo quer dizer no princípio é o traço unário” (LACAN, 2005, p. 31). O traço unário é anterior ao sujeito; entre ele e o real existe o campo do significante, do S_1 que funda o sujeito.

“No começo era a ação, porque sem ato não poderia, muito simplesmente, ser questão de começo. A ação está exatamente no começo, porque não poderia haver começo sem ação”. (LACAN, 1986).

Para Lacan, o que nunca foi colocado em evidência é que toda ação se apresenta, antes de tudo, com uma ponta significante, sendo, justamente, o que caracteriza o ato. Sua eficácia não está, assim, relacionada a um fazer, mas a algo que atinge essa ponta significante.

[...] não há ação alguma que não se apresente, de saída e antes de mais nada, com uma ponta significante. Esta sua ponta significante é justo o que caracteriza o ato, e sua eficiência de ato nada tem a ver com a eficácia de um fazer (LACAN, 1986, CD-ROM).

Com essa definição Lacan conseguiu reunir “no começo foi a ação” e “no começo foi o verbo”, pois não existe ação sem o verbo, sem uma ponta significante.

Todo ato legítimo, que não seja somente agitação, movimento, descarga motriz, é transgressão e transpassamento Lacan (1986), por meio do exemplo do atravessamento de César pelo Rio Rubicão³¹, marca o caráter inaugural do ato: “[...] ultrapassar o Rubicão não tinha, para César, uma significação militar decisiva. Mas, em compensação, ultrapassá-lo era entrar na terra-mãe. A terra da República, aquela que abordar era violar”.

Atravessar o rio Rubicão não significava uma dificuldade física, não significava que o rio fosse difícil de ultrapassar, mas era um ato fora da lei, pois César, ao ultrapassar o limite autorizado, estava em transgressão.

No exemplo da travessia de César, as características do ato apresentam-se entrelaçadas, pois, com ela, temos: ⁽¹⁾ a ponta significante, a inscrição em algum lugar, o correlato de significante; ⁽²⁾ o caráter inaugural, que funda uma experiência; ⁽³⁾ o sentido de atravessamento (ZANOTTI, 2006).

Efetivamente, com Lacan podemos tomar o ato como inaugurando algo novo, diferente da simples descarga motora, pois, com seu atravessamento, ele produz a inscrição de um novo desejo: “[...] após sua realização o sujeito não é mais o mesmo: entrou como César e saiu como subversivo, como aquele que rompe com as leis da cidade” (BRODSKY, 2004, p. 50).

³¹ Em 49 a.C. o general e estadista romano Caio Júlio César atravessou o rio Rubicão com seu exército. O rio Rubicão demarcava a fronteira entre a Gália Cisalpina, aquém dos Alpes e a Itália. Segundo a lei romana, se um procônsul atravessasse o Rubicão com sua tropa de soldados, na margem norte da Cisalpina rumo à margem italiana do Rubicão — ele era considerado criminoso e expulso da República. Com as palavras *Alea jacta est!* (A sorte está lançada!), César resolveu voltar com suas legiões à cidade, declarando, com esse ato, guerra a Pompeu. <<http://www.wikipedia.org>>.

Ao falar da bofetada de Dora no rosto do Sr. K, Lacan (2005, p. 130) já a definia como um ato: “[...] tamanha bofetada é um daqueles sinais, um daqueles momentos cruciais do destino que podemos ver repercutir de uma geração para outra, com seu valor de mudança de rumo num destino”.

Dessa forma, a dimensão do ato implica a inscrição em algum lugar, o correlato significativo presente em qualquer motricidade que constitui um ato e a ultrapassagem de um limiar onde o sujeito se coloca fora da lei.

Todo ato verdadeiro é delinqüente, observamos isto na história, que não há ato verdadeiro que não comporte um atravessamento de um código, de uma lei, de um conjunto simbólico, com o qual, pouco ou muito, se constitui como infrator, o que permite a este ato ter oportunidade de reorganizar essa codificação. (MILLER, 1993, p. 45).

Para Lacan, todo ato verdadeiro é um “suicídio do sujeito”. Isto quer dizer que ele pode renascer desse ato, mas de modo diferente. Isto é o que constitui um ato propriamente dito: o sujeito não é o mesmo que antes (MILLER, 1993, p. 44).

2.10 A passagem ao ato e o *acting out* na adolescência

Pode-se falar que na adolescência há um predomínio maior do ato do que em outras faixas etárias e que, desse modo, o atuar seria um dos sintomas da adolescência? Pode-se falar em um predomínio da passagem ao ato ou do *acting out* nos casos de adolescentes envolvidos com a criminalidade?

Efetivamente, podemos ver, pela revisão bibliográfica realizada no primeiro capítulo, que todos os autores pesquisados foram unânimes em retratar a adolescência como uma passagem conturbada, cuja travessia pode levar ao estabelecimento de uma neurose grave, ao desencadeamento de psicoses e às mais diversas patologias do ato — suicídios, delinqüências, etc.

Também constatamos a vivência do desamparo na adolescência, pelas mudanças corporais e pelo excedente pulsional, além da separação das figuras parentais e do encontro com o sexo. Essa vivência do desamparo dispara a angústia e, assim, o agir se manifesta como uma tentativa de saída frente aos impasses específicos desse momento.

A experiência de desamparo, na teoria psicanalítica, vincula-se à ideia de insuficiência, não somente a insuficiência motora do bebê, mas, sobretudo, a insuficiência do aparelho psíquico em dar conta do excesso pulsional.

Constatamos, pelas análises realizadas neste capítulo, que a entrada do sujeito no campo do simbólico se efetua a partir do momento de seu reconhecimento pelo Outro, por meio da experiência do estágio do espelho, quando, ao mesmo tempo, a criança reconhece pela primeira vez sua imagem e se volta para o adulto que a sustenta: esse o momento de sua entrada no campo do simbólico.

A entrada no campo do simbólico permite ao sujeito lidar com o pulsional, realizando um trabalho de ligação, de contenção da força pulsional. Pudemos ver, no primeiro capítulo desta dissertação, como os diversos autores consultados apontaram uma boa saída da adolescência pelo viés do simbólico, mediada por pessoas que pudessem ser referência ética para o jovem ou, mesmo, por outras saídas simbólicas, como esporte, arte, estudo, namoro etc.

Entretanto, na atualidade, não estamos amparados pela força do poder e da ordem simbólica. Vivemos em um contexto sociocultural em que as principais características são a precariedade, a instabilidade, a vulnerabilidade, a incerteza e a insegurança (BAUMAN, 2001) e, portanto, com uma carência de possibilidades de mediação.

Segundo Lacadée (2006, p. 35), estamos na era da “modernidade irônica”, na qual tudo não passa de semblante, de simulacro. Ao contrário do mal-estar na civilização da época de Freud, estamos em tempos de impasse, e o que se encontra em questão é a linguagem. O reinado do gozo substituiu o reinado do pai, da filiação e da transmissão, não favorecendo o engajamento no simbólico, no Outro.

Podemos afirmar, então, concordando com Freda (1996, p 22), que a clínica do adolescente contemporâneo não pode ser pensada do mesmo modo que aquela da época de Freud, o qual nos indicava uma saída na direção do tratamento desse embaraço adolescente pelo encontro com uma figura de peso, que orientasse o sujeito. Era uma aposta pela via dos ideais, da oferta de significantes mestres, por meio da qual o sujeito poderia encontrar uma trilha, uma borda.

Essa modificação do contexto sociocultural tem consequências diretas sobre a forma adquirida pelo sintoma. O que faz irrupção não é um sintoma clássico tal como o termo é definido pela psicanálise, mas sim um fazer, que não deve ser

confundido com uma passagem ao ato. Esse fazer do adolescente visa, muitas vezes, a uma restituição da função do pai e, hoje, o social encarna cada vez mais essa função³² (FREDA, 1996, p. 21-22).

Diante da impossibilidade de inscrição do desejo no campo do Outro, vários comportamentos são possíveis. Dentre eles:

Atos de delinquência juvenil, cuja intenção é encontrar uma inscrição no Outro. Em geral, eles são interpretados como comportamentos de transgressão ou como determinados por um sentimento de culpa inconsciente, embora não seja essa talvez a razão que os determine. (FREDA, 1996, p. 25).

Freda (1996, p. 25) e Stevens (2000, p. 56) concordam que o ato infracional na adolescência pode ser um apelo dirigido ao Outro, tendo, dessa forma, um endereçamento preciso, que seria uma tentativa de inscrição no Outro do significativo, visando a uma restituição da função do pai. Vários atos infracionais dos adolescentes atendidos por nós no *Programa Liberdade Assistida* tinham essa vertente, visavam ao Outro. Nessa perspectiva, o ato infracional na adolescência estaria mais ligado ao *acting out*, pois seria uma mostração, uma cena montada, um apelo dirigido ao Outro.

Por outro lado, vemos, na atualidade, que a palavra foi deixada de lado, propiciando cada vez mais o reinado do gozo, em que se atestam modos inéditos de laço com o Outro, com prevalência dos chamados “novos sintomas”, um atuar no lugar do dizer. Mas atuar não no sentido de um apelo ao Outro do simbólico, mas justamente o contrário, no sentido de um modo de gozo autístico, no qual não se pede nada ao Outro. Essas manifestações sintomáticas são mais facilmente percebidas nas toxicomanias, na anorexia e na bulimia.

Essa nova forma do sintoma é resultado da segregação, da discriminação, da globalização e seus efeitos. Terminou o tempo das grandes identificações, do sujeito dividido entre ideais e pulsões. O que se encontra hoje é o sujeito atrelado a um objeto de gozo, que não o remete à sua causa, pois já não há um crédito ao saber do inconsciente (GARCIA, 2004, p. 75).

³² Nesse sentido, a título de exemplo, podemos destacar alguns programas governamentais que foram criados em Belo Horizonte na última década, para dar conta da gestão desse gozo cada vez mais desenfreado, propiciando ao sujeito uma conexão com o laço social, tendo como fio condutor do trabalho a teoria psicanalítica: *Programa Liberdade Assistida*, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH); *Fica Vivo*, da Secretaria de Defesa Social, e *Pai-PJ*, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Savietto e Cardoso (2006, p. 38-39) afirmam que, nas passagens ao ato levadas a cabo por adolescentes, está presente uma força pulsional desligada, impossibilitada de uma mediação simbólica. Para essas autoras, a passagem ao ato tem se tornado uma solução cada vez mais frequente na atualidade e apareceria quando os *actings* reiteradamente falham em sua dimensão de convocação, relacionando-os a fraqueza do poder e da ordem simbólica que impede a possibilidade de mediação, contribuindo para a intensificação da situação de desamparo do adolescente.

A potência desse excedente pulsional na adolescência embaraça o campo do sujeito, faz buraco no simbólico. Embarço como Lacan o definiu no “*Seminário X*” (2005), um momento em que o sujeito, com poucos recursos, sem movimento, sob a barra, encontra-se diante de grande dificuldade, tendo que lidar com uma intensidade de afeto ao extremo. É só o sujeito ter acesso a um pouco mais de movimento que encontra a passagem ao ato como solução.

Nesse contexto, o ato aparece como uma solução cada vez mais recorrente nessa época em que o Outro é tão inconsistente. O adolescente, diante do excedente de gozo despertado no encontro com o real e não dispondo do recurso ao Outro do simbólico, pode descobrir, como solução, a passagem ao ato. A passagem ao ato é esse desligamento radical do Outro; contrariamente ao *acting out* que vem no lugar de um dizer, ela é um “eu não quero dizer”, promovendo uma separação radical com o Outro, indiferente ao futuro e colocando em jogo o seu ser, abandonando a dúvida para chegar a uma certeza. São atos que não possuem, aparentemente, uma causa, pois se conjugam com o objeto *a*, objeto inassimilável pelo significante, com o que, do real, faz buraco no simbólico.

Concluimos, após este estudo, que pensar o ato no contexto da adolescência, seguindo a trilha deixada por Freud e Lacan, torna-se uma questão cuja dimensão passa pela ética da psicanálise. Devemos, pois, afastarmo-nos da noção generalista da tendência a agir do adolescente, analisando, cuidadosamente, o ato, caso a caso, a partir da história de cada um que chega aos serviços públicos de atendimento ao adolescente infrator, assim como em nossos consultórios.

CAPÍTULO 3 – CASOS CLÍNICOS

Freud, em *“Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn”* (1989, p. 343), nos adverte que a possibilidade da influência analítica se estabelece sob condições encontradas em uma situação de análise, como o desenvolvimento de determinadas estruturas psíquicas e de uma atitude específica para com o analista. No entanto, no caso das crianças, dos delinquentes juvenis e dos criminosos impulsivos, algo diferente da análise teria de ser usado, mas algo que estivesse em uníssono com ela no seu intuito. Para ele, se um educador aprendeu a análise em sua experiência pessoal e se está em condições de empregá-la em casos fronteiriços e mistos, para auxiliá-lo em seu trabalho, deverá ter o direito de praticar a análise.

Assim, nos dias de hoje, abre-se um campo fecundo para o psicanalista, que não deve se furtar ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei, tal como os designa o ECA. O trabalho realizado no Programa Liberdade Assistida tem a orientação de acompanhar cada sujeito em suas condições específicas, servindo-se da psicanálise na construção singular que o adolescente possa realizar por meio do uso que faz das ficções jurídicas na regulação de seu gozo.

O atendimento ao adolescente em conflito com a lei é propiciado, muitas vezes, depois de uma ação praticada, ou como nos diz o ECA, após uma infração cometida. Esses atos infracionais são inúmeros — podemos listar os mais freqüentes: furto, roubo, assalto à mão armada, porte de arma, tráfico de drogas, uso de drogas, tentativa de homicídio, lesão corporal, homicídio... — e colocam os jovens comumente em situações de risco. Realizados os devidos trâmites legais, esses jovens são encaminhados para o cumprimento de uma das medidas socioeducativas previstas no ECA. Abre-se, assim, a possibilidade de uma responsabilização em relação ao ato cometido e, ainda, de uma retificação subjetiva, pois, como nos ensinou Lacan (1986), no *“Seminário XV”*, “todo ato é propiciador de uma retificação subjetiva, na medida em que, depois de um ato verdadeiro, o sujeito nunca mais é o mesmo”.

Porém, é preciso averiguar o estatuto do ato em cada caso. Isso porque não podemos considerar toda ação infratora como passagem ao ato, embora no delito ele possa estar presente. A principal característica do ato implica não apenas

a transgressão da lei, mas a fundação de algo novo, definindo um antes e um depois do ato (Zanotti, 2006).

Como visto no capítulo dois desta dissertação, Lacan (1986) nos mostra, pelo exemplo da travessia do rio Rubicão, no que um ato se diferencia da ação. É nessa perspectiva que, ao atender um adolescente que cometeu um ato infracional, é necessário contextualizar sua história, bem como os fatos que o antecederam e os desdobramentos que a ele se seguiram, para, só então, diferenciar a ação do ato.

Partindo desse pressuposto, vamos relatar e discutir três casos de adolescentes que foram atendidos por mim no período em que trabalhava como técnica do *Programa Liberdade Assistida* da Prefeitura de Belo Horizonte.

Em relação aos aspectos éticos envolvidos, tivemos o cuidado de preservar o anonimato dos adolescentes e de seus familiares, evitando informações que pudessem identificá-los. Para tanto, todos os nomes e dados pessoais foram substituídos.

3.1 Caso 1: Clemente, “o social”¹

Clemente é um adolescente encaminhado ao *Programa Liberdade Assistida* pelo Juizado da Infância e Juventude em virtude de ocorrências recorrentes de pequenos furtos e uso de drogas. É identificado como mentiroso e encrenqueiro.

O que mais surpreende é sua longa trajetória de rua, onde sobrevive enganando as instâncias desde os oito anos de idade. Saiu de casa logo após seu pai, por ocasião da separação do casal. O pai e a mãe de Clemente se conheceram em uma situação específica: eram vizinhos de parede e, certa ocasião, ela passou a cuidar do vizinho que estava doente e era sozinho no mundo. Para facilitar essa função, abriu-se uma porta na parede. O vizinho se restabeleceu, mas a porta permaneceu aberta e eles, então, se instalaram como casal. A vida marital se caracterizou, desde o início, por brigas constantes e agressões físicas. Alguns anos mais tarde, a casa onde moravam foi desapropriada. A mãe de Clemente comprou uma casa nova com a indenização e mudou-se para lá apenas com os filhos. A partir

¹ Caso clínico publicado em Santiago, 2001.

dessa data, Clemente foi para a rua. Sumia por vários dias e, depois, reaparecia. Inicialmente, sua mãe saía à sua procura, mas, com o passar do tempo, deixou isso de lado. Achava-o muito semelhante ao pai e não gostava do jeito dele. Dessa forma, Clemente vai se encontrar, literalmente, sozinho no mundo, tal como era dito de seu próprio pai.

Na adolescência, foi detido várias vezes por algum ato infracional. Nessas ocasiões, não revelava seu nome nem seu endereço. Costumava indicar, como origem, alguma cidade do interior e, então, era encaminhado para lá. Passou por várias instituições e fugiu de todas. No curso dessa trajetória, guardou, cuidadosamente, os documentos atestando sua passagem pelos lugares; documentos que, como se revelou, davam prova de sua existência. Guardava-os em uma pasta e nunca perdeu sequer um deles.

Seu tratamento foi iniciado quando estava com 16 anos. Havia sido mordido por um escorpião em um dos sobrados onde costumava se abrigar. Foi hospitalizado por vários dias. Como de costume, fugiu do hospital, mas, dessa vez, talvez por ter sobrevivido a uma ameaça de morte, consentiu em permanecer em uma “casa de passagem” e começa, pouco a pouco, a contar sua história, o que o reenvia à casa de sua mãe. Nesse momento, também é encaminhado para cumprir a medida de liberdade assistida.

Clemente é um adolescente que se veste de forma “social”. Usa colete, gravata, camisa de manga longa e calça de pano, e está sempre acompanhado de sua velha pasta de executivo. Segundo ele, fugiu de casa por causa das brigas com seus irmãos. Em relação à mãe, diz que ela já está com os cabelos brancos por sua causa, que trabalha muito e não tem tempo de ficar em casa ou de correr atrás dele.

Em nossos encontros, relata a dificuldade em continuar na casa de sua mãe, reclamando de sofrer violência dos irmãos, chegando, inclusive, ferido em um dos atendimentos. Logo após esse episódio, ele foge de casa novamente e vai trabalhar em um parque de diversões, porém não abandona o cumprimento da medida. Oriento sua mãe a procurá-lo, ele retorna, mas logo depois desaparece novamente. As coisas não iam bem para ele, não estava frequentando a escola e continuava envolvido com traficantes e drogas.

Procura o pai e este já havia constituído outra família, mas o acolhe, com a condição de que se comporte como homem. Do pai, ganha uma segunda pasta que vai substituir a primeira. Nesta, como mencionado, ele arquivara,

cronologicamente, diversos documentos dos lugares por onde passou. Surpreendentemente, o documento que encerra a série é sua certidão de nascimento. “Eis minha história”, diz. “Um dia, vou contá-la ou escrever um livro. Se eu morrer, já tenho uma história”. Na segunda pasta, guarda uma dentadura velha do pai. Explica: “eis uma lembrança de como meu pai é mulherengo. Ele perdeu os dentes em uma briga por causa de mulher”. Nessa pasta, guarda, também, um bip e um telefone celular para poder ficar ligado ao pai “via Embratel, Telemar e Telemig celular...”.

De posse dessa nova pasta, Clemente realiza alguns trabalhos e mostra-se animado a estudar. Receia não dar conta de parar de usar drogas ou fazer pequenas bobagens, mas continua.

3.1.1 Discussão

Segundo Barreto (2003, p. 15), o ECA é uma ficção jurídica extremamente importante, alojando algumas pessoas que não contaram com um desejo que lhes proporcionasse um lugar no mundo onde se instalassem como seres falantes; lugar da dimensão do desejo, que antecipa o sujeito antes mesmo do seu nascer biológico.

Eis o paradoxo do ser humano: pode viver sem existir. O vivente só nascerá para a existência se alguém antecipar seu destino. E portará sua condição de criança se lhe for concedida a magnífica doação de um nome que lhe permita reconhecer-se como tal (FLESLER, 2005, p. 36).

Portanto, para que um corpo seja mais do que tecidos e órgãos, deve-se sustentar no olhar do Outro materno e na nomeação do pai, lugar onde avaliará sua existência. Na história de Clemente, é possível colher a falta de desejo de seus pais em relação a ele: sua mãe expressa essa “falta de lugar” pelo reconhecimento de que ele é “um menino esquisito, mentiroso e encrenqueiro”, trazendo-lhe recordações do antigo companheiro, que queria esquecer. Desse modo, quando Clemente vai para as ruas, ela logo desiste de procurá-lo.

Do pai também não foi possível um ponto de apoio que lhe propiciasse uma nomeação para além daquela estabelecida pela mãe. Assim, aos oito anos, na ocasião em que o pai vai embora de casa, ele foge e inicia uma vida errante. Clemente não usufruiu desse lugar privilegiado estabelecido no seio de um lar, onde,

por meio do desejo materno e da nomeação paterna, é possível deixar de ser um corpo biológico e tornar-se um sujeito.

Ele não pôde contar com uma família que lhe estabelecesse uma certa rotina, que lhe proporcionasse a amarração entre significante e significado, em que o Outro seria o portador de um saber do qual pudesse se servir (LACADÈE, 2006, p. 36). Conseqüentemente, a forma como ele apresenta sua errância, suas vestimentas bizarras e seus pequenos atos infracionais é o que dá consistência imaginária ao seu corpo, e o sustenta. Ele nos mostra, com seus atos que, apesar de o Outro ter desistido dele, insiste em se manter no campo do simbólico, na beira do simbólico, realizando um apelo ao Outro, procurando um ponto no qual possa se inscrever.

Clemente, ao longo de sua trajetória de rua, foi construindo sua história, guardando papéis velhos e encardidos, objetos achados no lixo — para ele relíquias das quais se apropriou e com as quais fez uma montagem. Foi possível, assim, apoiar-se em uma ficção sobre o que é ser homem ou mulher. Com os restos que recolhe do mundo ele faz uma bricolagem que lhe fornece sustentação diante do vazio que a pergunta do Outro lhe suscita. Dessa forma, perante a pergunta do Outro, ele tem como resposta sua pasta, que carrega consigo, debaixo do braço.

Segundo Lacan (1998, p. 555-556), a questão da existência para o psicótico não aparece no nível da angústia suscitada no eu, mas como uma pergunta articulada: “que sou eu nisso?”. Por um lado, essa pergunta é concernente ao seu sexo e à sua contingência no ser, se ele é homem ou mulher; por outro, ao fato de que poderia não sê-lo, os dois conjugando seu mistério e enlaçando-o aos símbolos da procriação e da morte.

O caso de Clemente é demonstrativo da construção de uma ficção, que tem início, justamente, com a questão formulada sobre a origem — “que sou eu nisso?” —, e culmina não em uma fantasia, diante do impossível de inscrever o real do sexo, mas em uma garantia sobre a existência do sujeito, ou seja, sobre sua própria origem. Nesse caso em particular, a ficção, enquanto produção de uma tessitura para possibilitar ao sujeito dar conta do lugar em que é apreendido no Outro, constitui-se a partir do que é próprio às instituições de assistência ao menor. (SANTIAGO *et al.*, 2004, p. 80).

Nesse sentido, a longa trajetória de rua de Clemente, aliada aos inúmeros atos infracionais, possibilitou-lhe a montagem de uma pasta, que suporta a pergunta do Outro, alojando seu gozo desligado, fixando-o numa rede que lhe permitiu inscrever sua singularidade.

Podemos concluir que os atos infracionais cometidos pelo adolescente tinham uma função e um endereçamento precisos, propiciando que o sujeito pudesse se apoiar em uma ficção que lhe permitisse lidar com o gozo e com o real, religando-o ao campo do simbólico. Por meio de seus inúmeros *actings out*, Clemente se referia à rede de atendimento à criança e ao adolescente, articulando-se via esse artefato singular — sua pasta — à rede simbólica e ao Outro social.

3.2 Caso 2: Alexandre, “o catador de papéis”²

Alexandre iniciou o cumprimento da medida de liberdade assistida por causa de um ato infracional de furto. Tinha 15 anos, residia em um depósito de papéis no centro da cidade e sua mãe havia falecido há, aproximadamente, três anos, vítima de agressões de seu padrasto.

Mostrava-se revoltado com a medida, desabafando que não cumpriria nem um dia a mais do estabelecido pelo juiz. “É um pesadelo ter de vir aqui; não é um sonho, é um pesadelo que acorda”.

Ficava intrigado com minha falta de perguntas, questionando: “Se você é psicóloga por que não pergunta? Não é assim, você pergunta e eu respondo?”. Digo-lhe que me interessava pelo que ele tinha a me dizer, por sua história. “Um menino que fez um ato infracional, isto é história?”. Pontuei que ele já havia começado a me contar sua história.

“Nasci na maloca e vou morrer na maloca. Tudo o que eu aprendi foi morando na rua”. Contou que sua vida daria um livro; diz que não sabia o fim dela, podia ser para o bem ou para o mal. Encerrei o atendimento dizendo que era preciso construir, escrever outras histórias...

Alexandre foi tecendo sua história de vida, a infância vivida debaixo do viaduto, a mãe viciada em crack, o padrasto que espancou sua mãe até matá-la, e fugiu. Ele contou que sua mãe estava para ganhar uma casa do programa “Se essa casa fosse minha”, mas depois de sua morte, ele e a irmã perderam o direito de ter a casa por serem menores de idade. Assim, foram residir com uma tia materna, que

² Cf. BARROS e SALUM, 2007.

também havia ganhado uma casa da PBH. Essa nova situação não se manteve; logo ele saiu da casa da tia e voltou ao velho depósito de papéis, passando a dormir em sua “baia” (cubículo onde ficava seu carrinho e onde separava os papéis).

Seus atendimentos eram marcados por sua fala repetitiva contra a prefeitura, que lhe tirou o direito à casa, e o descaso da sociedade para com os pobres, dizendo de sua raiva dos ricos que não o enxergavam: era como se fosse invisível para eles. Algumas de suas falas: “Foi preciso fazer um ato infracional para poder ser visto pela sociedade. Antes, eu passava e ninguém me enxergava; agora, as pessoas me olham com medo”. “Quem tem mãe tem tudo, quem não tem mãe não tem nada”. “Quem me vê sorrindo não imagina a tristeza que tem no meu coração”. “Preto e pobre trabalham em pé e rico trabalha sentado”.

Procurei conduzir Alexandre na direção da construção de sua história. Em sua escuta foi possível colher essa falta de laço social, sua invisibilidade, e a tentativa foi de produzir esse olhar por meio da minha presença.

Nesse momento do atendimento, apresentei-lhe uma orientadora social voluntária — convite que o *Programa Liberdade Assistida* faz à sociedade civil, para que se torne uma “referência ética” para um adolescente³. Procurei, em entrevistas com essa orientadora, traçar alguns pontos nos quais deveríamos focar seu trabalho com o jovem: estar ao seu lado, auxiliá-lo, em primeiro lugar, a fazer seus documentos e a se matricular na escola. Também procurei mostrar o lugar que ela não deveria ocupar: o da caridade.

Outro ponto de intervenção foi verificar que algo havia ficado em suspenso para ele no caso da perda da casa. Procuramos, então, referências sobre esse antigo programa da PBH. Alexandre e a orientadora foram conversar com a gerente do “Se essa casa fosse minha”, e ele pôde, assim, receber os esclarecimentos necessários. Essa intervenção possibilitou um deslocamento de sua questão que passou a ser: “essa casa nunca vai ser minha; o que será possível fazer da minha vida?”, o que o levou a trabalhar de outra forma, responsabilizando-se por seus atos e deixando de lado essa posição querelante.

Estava fora da escola desde a morte da mãe, queixando-se que não tinha ninguém para olhar uma vaga para ele. Conseguimos matriculá-lo na escola, mas

³ O orientador social voluntário é uma criação arrojada do *Programa Liberdade Assistida* da PBH e que foi introduzido por sua primeira coordenadora, Cristiane Barreto, que, com sua capacidade e desejo de trabalho, possibilitou que o *Programa* fosse reconhecido em todo o território brasileiro.

ele estava receoso em não dar conta de estudar e trabalhar, pois tinha de fazer a “panha” (apanhar os papéis para reciclagem) com seu carrinho. Negociamos com o diretor da escola sua saída meia hora mais cedo e, assim, ele pôde estudar e trabalhar.

Alexandre reclamava por morar no depósito, sujeito a ser roubado, espancado ou preso. Sugerimos a ele um abrigo, mas recusou, terminantemente, dizendo não ser um “menino de rua” e sim um “catador de papéis”. Diante disso, aproximou-se de sua avó materna, ex-moradora de rua, passando a dormir em sua casa nos finais de semana, quando não trabalhava no Centro. Depois, conseguiu uma bicicleta, voltando para a casa da avó todas as noites. Mas essa tentativa não teve sucesso por causa do cansaço de ir e vir todos os dias, e ele retornou ao depósito de papéis.

O cumprimento da medida de liberdade assistida consiste num período mínimo previsto de seis meses, podendo se estender por até três anos. Alexandre havia cumprido a medida com responsabilidade, apresentando bons índices de conclusão: não havia reincidido, estava na escola e era assíduo aos atendimentos. Diante disso, cogitei se não era hora de encerrarmos a medida, mas ele discordou, pedindo um tempo maior. Acatei sua decisão.

Pouco tempo depois, foi pego em um novo ato infracional — porte de drogas —, ficando acautelado alguns dias. Ele se justificou dizendo: “... nas ruas a gente usa drogas para suportar... Na minha família todos são moradores de rua e usam drogas; eu também, às vezes”. Mostrou-se envergonhado por sua prisão, pedindo que eu verificasse sua situação judicial, dizendo ter que cumprir a medida por mais alguns meses.

Alexandre me dizia que o ato ilegal o levou a ter oportunidades que nunca teria. Se não tivesse cometido o ato, não estaria no *Liberdade Assistida*, não teria registro. Depois do ato estava no “bom caminho”, não estava mais no “mau caminho”; esperava não cometer mais outros atos ilegais, mas não sabia ainda se conseguiria. “De qualquer forma, o ato ilegal me trouxe oportunidades: de ter carteira de identidade, de voltar para a escola, de poder vir conversar com você e com a orientadora”.

Alexandre cumpriu a medida no Programa por mais seis meses, reescrevendo sua história. Se era invisível do ponto de vista social, para ele o Outro existia, e o ato infracional foi uma estratégia para conseguir o reconhecimento. Para

ele não era um pesadelo vir ao Liberdade Assistida, mas sim um sonho — acordava para continuar sonhando.

Foram feitas duas tentativas de outro trabalho: na primeira, houve uma possibilidade de encaminhamento para a Amas (Associação Municipal de Assistência Social): ele providenciou sua documentação e ficou na expectativa de ser selecionado. Na outra, a orientadora social o convidou para trabalhar em sua empresa. Nenhuma dessas tentativas ele conseguiu sustentar, concluindo que sua profissão é ser “catador de papéis”.

Após essa conclusão, Alexandre pediu o encerramento da medida:

Antes, eu traficava no depósito; agora parei com isso; tenho de trabalhar sério. Nem tudo o que acontece comigo eu digo, às vezes gosto de ter que vir aqui e falar, mas nem tudo eu falo... Fico pensando o que você pensa de mim... Nunca sei. Eu chego e falo e não sei o que você pensa de mim. Às vezes é horrível vir aqui, as pessoas na rua me olhando, mesmo quando estou bem vestido, me discriminando...

Passados alguns dias, Alexandre recebeu uma intimação do juiz para uma audiência de seu último ato infracional, quando é informado que os seus processos foram encerrados com o cumprimento da medida de liberdade assistida. Mais tarde, entrego-lhe sua certidão de encerramento e ele me pergunta se deve guardá-la. Digo-lhe que sim, mas que o uso da medida já havia sido feito.

Alexandre manteve um “vínculo frouxo”⁴ com o *Programa* por mais algum tempo, aparecendo às vezes para dar notícias: que continuava na “panha de papéis” e também na escola, concluindo a quinta série. Ainda dormia em sua “baia” quando tinha de trabalhar até tarde da noite, mas nos finais de semana ia para a casa da avó. Estava namorando uma menina e não sabia muito bem o que fazer com ela; às vezes não se entendiam: “eu quero uma coisa e ela, outra, é um desencontro”, diz com um sorriso estampado em seu rosto.

⁴ O termo “vínculo frouxo” foi trabalhado por Beneti (1996), que o propõe como uma das manobras quanto ao manejo da transferência do psicótico. No caso de Alexandre, não se trata de um sujeito psicótico, e o vínculo frouxo funciona, aqui, como uma invenção propiciadora de que o jovem possa se servir de um ponto de apoio, sem se estabelecer uma relação analítica clássica ou uma medida a cumprir.

3.2.1 Discussão

O que um psicanalista pode fazer diante de casos assim? Conduzir o sujeito na direção da construção de sua história. Na escuta de Alexandre, o objeto olhar pôde ser destacado, permitindo fazer uso dele na direção do tratamento: colocar-se no lugar daquele que olha para ele.

Trata-se de um sujeito de estrutura neurótica, que se constitui pelo olhar e desejo do Outro materno e que passa a atuar depois da morte da mãe. Observamos, neste caso, que o ato vem não somente como expressão do excedente pulsional próprio da adolescência, mas também como uma tentativa de nomeação. Na falta de um “ponto de onde”, ponto de ideal do eu (LACADÉE, 2008, p. 230) por causa do trauma do assassinato brutal de sua mãe, e não encontrando outras referências em que se apoiar, ele atua como um apelo desesperado ao Outro, na tentativa de se inscrever no laço social, automeando-se “um menino que fez um ato infracional”.

Neste caso, pode-se destacar como o ato infracional vem em lugar de um dizer: Alexandre faz o ato para ser reconhecido, para ser visto pelo Outro, pois se sentia invisível ao passar pelas ruas no centro da cidade grande.

Conforme nos lembra Freud, citado por Lacadée (2008, p. 230), a tarefa mais árdua e necessária da adolescência é a emancipação da autoridade parental. Mas nos dias atuais, essa autoridade não é mais tão eficiente e, assim, torna-se cada vez mais difícil se destacar do que não se constitui como autoridade, traduzindo-se em comportamentos de ruptura ou outros novos sintomas

Nesse sentido, para Lacadée (2006, p. 40) o sentimento de exílio da adolescência é um esforço para se automear, “[...] se fazer um nome”, assim os atos infracionais podem ter essa vertente de nomeação, que o caso de Alexandre ilustra bem.

Se é importante interessar-nos por suas invenções, cabe-nos também saber o que podemos inventar e em qual lugar, para acompanhar melhor certos adolescentes nesse momento de “estranho sofrimento”⁵. Colocar-se do lado de uma autoridade autoritária ou querer corrigir os comportamentos adaptando-os às normas preestabelecidas não é necessariamente o meio mais oportuno e mais eficaz, visto que esse momento lógico implica a necessidade de se destacar da autoridade parental ou de inventar uma resposta diante de sua ausência (LACADÉE, 2008, p. 230).

⁵ RIMBAUD citado por LACADÉE, 2008, p. 230.

Para que Alexandre pudesse encontrar, no cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida, um ponto de apoio e um lugar para inventar outras nomações que não pela via da prática de ruptura do laço social, foi preciso acolhê-lo da forma como se apresentava, um resto da sociedade, e só depois de ocupar, na transferência, o lugar de objeto olhar, foi-nos permitido agenciá-lo como sujeito causa de trabalho.

Somente a partir dessa posição na transferência, foi possível ouvir o “caroço de sua vida”, o ódio de si mesmo que o impelia ao pior, o real que o levava ao ato, deslocando o seu agir como tentativa de ser escutado pelo gosto pelas palavras, e a possibilidade de se inventar um novo enlace com seu objeto *a* (LACADÉE, 2008, p. 236-237). De “menino de rua”, nome dado pelo Outro social, a “catador de papéis”, nome próprio escolhido por ele, que permite que seja olhado pelo Outro e ocupar um lugar e uma função no laço social.

Compartilhamos com Lacadée (2008, p. 237), que o trabalho com adolescentes deve ir além do tratamento pela palavra, da busca de sentido. Ele nos lembra que a presença silenciosa do analista que não predica propicia a chance de ir além desse “ponto de onde”, ponto do ideal do eu, e, assim, abre a possibilidade de elaborar um outro enlace ao objeto *a*, “novo enlace *a* se inventar, do lado do sujeito, mas não sem apoio de um ponto desde onde cada um saberá inventar sua justa medida diante do real”.

Alexandre nos mostra como a travessia da adolescência pode se realizar por vários caminhos, onde não se acha presente, exclusivamente, a questão de se deparar com o real do sexo, pois, no seu caso, é o traumatismo da morte da mãe que o leva a iniciar uma série de atos infracionais, o que não deixa de ser também um encontro com o real.

Portanto, o ato de Alexandre comportou um atravessamento, possibilitou que ele falasse da cena traumática do assassinato da mãe pelo padrasto e a elaborasse por outra senda que não a da posição de dejetivo, de resto. Foi preciso um ato para que ele se tornasse outro, para que realizasse essa passagem adolescente, localizando um ponto onde pudesse se apoiar nessa travessia tumultuada por entre dois continentes — a infância e a fase adulta, encontrando, no fim do túnel, um nome próprio, um saber fazer com seu desejo e, desse modo, poder ter uma namorada, entrando na questão do sexo.

A possibilidade de cumprir uma medida socioeducativa em um programa de atendimento, que tem como orientação a psicanálise, permitiu que o adolescente respondesse por seus atos para além da dimensão da culpa e do castigo, introduzindo a faculdade de se construir um lugar de transferência, dando tratamento aos *actings out* e às passagens ao ato pela via da palavra.

A adolescência é um período de riscos, mas o que seria uma vida se ela não comportasse riscos? Cabe, assim, a cada psicanalista inserido em programas de atendimento aos adolescentes a responsabilidade em acolher os elementos de novidade nessa “delicada transição”⁶ da adolescência, quando uma criança se torna um homem ou uma mulher.

3.3 Caso 3: Lúcio, “o eletricista”⁷

Lúcio foi encaminhado para o cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida aos 16 anos, em razão de dois atos infracionais: furto e briga.

Logo relatou sua insatisfação em relação ao seu encontro com o juiz, esperava mais, “esperava ser escutado”. Digo-lhe que gostaria de escutá-lo, mostrando-me interessada em suas palavras. Abre-se, assim, o seu acompanhamento no *Programa Liberdade Assistida*, marcando a diferença entre dois campos: um jurídico e um outro entrelaçado a ele, mas com suas especificidades, onde o acesso à palavra é a forma do sujeito se responsabilizar por seus atos, construindo, no decorrer do cumprimento da medida socioeducativa, uma “medida da sua liberdade”.

O adolescente relatou que não se encontrava diretamente envolvido nos dois atos infracionais. No primeiro, um colega passou correndo e lhe pediu para segurar o celular; ele o pegou, os policiais chegaram e o prenderam. No segundo, discutiu com o segurança do supermercado onde trabalhava — “ele era muito folgado” — e ele chamou a polícia.

Residia com sua mãe e dois irmãos em uma vila da região centro-sul de Belo Horizonte. Estudava no primeiro ano do ensino médio de uma escola estadual e trabalhava como autônomo em um supermercado, embalando e entregando

⁶ VICTOR HUGO citado por LACADÉE, 2008, p. 229.

⁷ Cf. CAPANEMA, 2008.

compras. Também participava, há vários anos, de um projeto social em sua comunidade, no qual fazia dança afro e cuidava da horta. Todos que conheciam Lúcio se surpreenderam com seus atos infracionais, pois era considerado um bom menino.

Sua mãe fazia uso de bebida alcoólica em excesso, interrompendo o uso quando sua saúde ficava muito debilitada. Ele dizia que era o filho que cuidava da mãe, entretanto ela só enxergava o pior nele, apesar do esforço que fazia para ser um bom menino.

Do pai falava pouco, reclamava não ter sido registrado com seu nome, e demonstrava o desejo de que ele assumisse essa paternidade. Seus pais tiveram um relacionamento extraconjugal e dessa união nasceram os filhos. Na época de seu nascimento, os pais já estavam separados e durante sua infância foi criado pelo pai por um breve período, em virtude das bebedeiras da mãe. Relatava que foi um momento feliz em sua vida, mas a mãe o tomou de volta.

Seu irmão, um ano mais velho, anos mais tarde foi morar com o pai. Questionei porque ele também não tinha ido, e respondeu que tinha uma missão: cuidar de sua mãe.

Em um dos atendimentos, sua mãe chegou de forma precipitada; até então Lúcio não se mostrara disposto a trazê-la. Eu não havia insistido, pois ele tinha demonstrado que precisava ser escutado e não falado por outro. A mãe de Lúcio relatou que o filho estava muito agressivo, fazendo uso de drogas e demandou uma internação para ele em uma fazenda terapêutica.

Pontuei que o lugar do tratamento já se encontrava instituído e que Lúcio trabalhava muito. Acolhi algumas vezes esta mãe, que se mostrava muito invasiva em relação ao filho.

Após uma briga com sua mãe, quando é chamado de ladrão, ele foge e procura o pai. Mas o pai não o recebe bem e lhe diz da desconfiança que tem de não ser seu pai biológico.

Lúcio, muito confuso com essa revelação, retorna à casa de sua mãe e, logo em seguida, perde sua carteira de identidade. Havia deixado a carteira com um estranho, na praça; quando retornou, não estava mais lá. Alguns meses depois, um fragmento deste episódio apareceu em sua lembrança: foi correr na praça, então deixou sua carteira de identidade e o celular “malocado” debaixo de uma pedra. Depois não os encontrou mais lá.

Após esse episódio, apresentou seu primeiro surto: andou nu pelos telhados das casas da vila e falou coisas sem sentido. Foi levado ao CPP⁸, onde foi internado. A hipótese inicial foi de intoxicação: havia suspeita de que tivesse tomado chá de cogumelo. Passado alguns dias, o quadro persistiu, levando a equipe do hospital a formular a hipótese diagnóstica de psicose.

Passei a atendê-lo no hospital. Apresentava um quadro de agitação, muito erotizado em relação a mim e outras profissionais do hospital. De início, não se lembrava do que havia acontecido na ocasião do surto. Pouco a pouco, foi dizendo seu delírio: Deus o havia “ligado” — quando se sentia “ligado” era como se uma grande energia estivesse sobre ele, a força de Deus. “É um filho de Deus, vai povoar o mundo com uma nova raça. Os negros foram vítimas dos brancos, porém são mais fortes”. Mostrou-me seus músculos e disse que, quando estava “ligado”, sentia a energia entrar em seu corpo, transformando-o, ficando muito poderoso. Disse que conversava com Deus pela antena no alto da serra, e que, também quando usava maconha, era invadido por essa energia que o “ligava”.

Depois de duas semanas de internação, foi para sua casa. Porém continuava agitado, agressivo e fazendo uso de maconha. Sua mãe relatava medo de suas atitudes, que queria “passar a mão” nela e na irmã que estava grávida. Também mexia com as mulheres na rua, querendo “mamar em seus peitos”.

Sucessivamente, após a primeira internação, vieram outras duas até começar a ser medicado com Zyprexa. No atendimento ao sujeito psicótico, há de se contar com outros recursos para a moderação do gozo, quando das inevitáveis passagens ao ato, recursos hospitalares, medicamentosos, institucionais (LAURENT, 2002). No caso de Lúcio, a boa adaptação ao medicamento proporcionou um efeito anestésico que lhe permitia continuar trabalhando, pois a energia pela qual era invadido foi moderada.

Lúcio passou a frequentar a casa de seu pai nos finais de semana e relatou que gostaria de morar com ele: “... é uma casa mais organizada”. Porém, essa aproximação foi até determinado ponto, pois preferiu continuar residindo com sua mãe.

Nesse período de contato com a família paterna, Lúcio e seu irmão saíam juntos e este o levava para festas e “para o pagode”. Contou que havia conhecido

⁸ Atual Centro Psíquico da Adolescência e Infância (CEPAI), da FHEMIG.

uma menina, mas desistiu dela quando apareceu outro garoto. Não está mais ligado em meninas, não sabe o porquê. “Por que Deus não quer mais me ligar? Se tivesse ligado, estaria trabalhando e com uma namorada...”.

A partir de um oferecimento de cursos profissionalizantes no Senai, Lúcio interessou-se pelo curso de eletricista industrial, frequentando-o com empenho. Mais tarde, após a conclusão do curso, disse-me que gostaria de fazer as ligações elétricas das casas.

Mostrava-se preocupado com sua situação judicial, perguntando sobre o juiz, se eu estava mandando os relatórios falando dele e queria saber se o juiz também me mandava relatórios: “o que ele está pensando de mim”?

Procurava não ocupar esse lugar, do que a justiça dizia dele. Perguntei novamente sobre o seu percurso no Juizado e ele relatou que, durante a audiência, ficou atento ao que diziam dele, pois, se falassem algo que não havia feito, iria retrucar. “Achei que poderia me justificar e ser perdoado. A juíza me deu a liberdade assistida, é a melhor medida, um acompanhamento da minha vida... não estou preso e não preciso trabalhar de graça. É mais leve”.

Fazer de uma medida socioeducativa — dada pela justiça a um adolescente infrator — uma medida leve é a condição para que algo além do burocrático surja. No caso de sujeitos psicóticos, a tarefa é mais árdua, porque, na própria modalidade transferencial do psicótico, o aspecto persecutório aparece, podendo surtir efeitos desastrosos, com passagens ao ato graves, caso o técnico se posicione como o Outro gozador. Tal estatuto pode vir a ser encarnado pelo “juiz”, pois não é sempre que o sujeito consegue fazer um bom uso desse encontro.

Lúcio contou de seu desejo em achar sua primeira identidade, aquela roubada junto com o celular das suas “importantes ligações”. Fez a segunda via, mas tem medo de que alguém use a antiga. Relatou que foi ao CPP e havia recebido alta, pois completou 18 anos, sendo encaminhado para outro serviço médico.

Digo-lhe que essas “identidades” já não serviam mais: a primeira já estava perdida e a segunda parecia que não o representava mais. Assim, ele próprio poderia construir outra identidade, o que gostaria de ser.

Lúcio recebeu o encerramento da medida socioeducativa de liberdade assistida e procurou, por iniciativa própria, uma Organização Não-Governamental (ONG) que fazia encaminhamentos para o primeiro emprego. Conseguiu um

trabalho de ajudante de eletricista em uma empresa estatal, destacando-se como um excelente profissional e concluindo o ensino médio.

3.3.1 Discussão

A adolescência é vista como um período de crise, de transição, passagem, aberto às mais diversas possibilidades e, dentre elas, a eclosão de uma psicose. Lúcio, durante sua infância, foi um menino tranquilo, considerado por todos um bom filho, um bom aluno, um bom garoto. Porém, em sua adolescência os problemas começaram: envolve-se em furto de um celular e em brigas, faz uso de maconha e desencadeia um surto delirante.

O Lúcio criança permanecia estabilizado em suas referências imaginárias, não apresentando sintomas indicativos de uma psicose. Na adolescência, quando se sentiu desabilitado do pai, o que estava precariamente amarrado se solta e ele tenta, pelo ato e, posteriormente, pelo delírio, religar esse afeto solto a partir da ruptura com o pai.

Conforme nos assinala Mattos (2008, p. 220)⁹, a confrontação com a falta de saber no real o que fazer como homem ou mulher pode ser, para alguns adolescentes, um desencadeador de angústia, e, para outros, de perplexidade. No psicótico, há a ausência do significante, que permite ao sujeito dar uma significação fálica à falta do Outro, tendo que inventar outros modos para ancorar a realidade.

Na adolescência a ordem dos significantes sofre um imenso abalo e o jovem tem que contar com o Nome-do-Pai instituído no Édipo, com a significação fálica oriunda do processo de castração, para não ser confrontado com esse furo de saber que o sexo promove no real. Lúcio não pôde contar com o Nome-do-Pai e, assim, eclode sua psicose.

Pode-se deduzir que Lúcio se encontrava sob o afeto da comoção, da inquietação e, ao mesmo tempo, impedido de agir sob o efeito de uma inibição extrema, capturado na armadilha da imagem especular provocada pela entrada na adolescência e sua repercussão no simbólico, no imaginário e no real.

O momento do embaraço de Lúcio acontece quando o Outro não mais o reconhece em sua posição subjetiva. Podemos ver, no relato do caso, momentos em

⁹ Agradeço a Cristiana Pittella de Mattos que realizou uma valiosa contribuição na discussão clínica do caso de Lúcio em seu artigo "*Um jovem e sua psicose*" (2008).

que isso acontece, como, por exemplo, na audiência com o juiz, quando ele não pode se justificar, ou com sua mãe, que o chama de ladrão, ou, ainda, com seu pai, que não o reconhece como filho. Foram episódios de não reconhecimento: o sujeito se encontrava embaraçado, sob a barra, sem movimento, inibido ao extremo.

O *acting out* vem em seguida, quando ele perde sua carteira de identidade, objeto que o representava para o Outro, anunciando ao mundo que tinha um “furo” na identidade, desnudando a questão de sua filiação, ou seja, a questão de sua origem. Tal circunstância colocou em evidência a falta no campo do Outro, revelando que a incompletude do Outro não era suportada pelo Nome-do-Pai e sim por uma muleta imaginária que lhe permitia compensar a ausência do significante (MATTOS, 2008, p. 220).

Acontece, então, a passagem ao ato de Lúcio: anda nu pelos telhados da vila e fala coisas sem sentido. Lacan, no “*Seminário X*” (2005), nos ensinou que o ato é a última barreira contra a angústia. Portanto, diante desse excedente pulsional no qual Lúcio se encontrava imerso e sem ferramentas para ligar essa energia, ele surta, passa ao ato, inundado por uma energia desligada. Assim, em resposta a essa angústia, vem a passagem ao ato, em que o sujeito se encontra como puro objeto, desnudo, “sem lenço e sem documento”.

Lúcio nos mostra como seu delírio também é uma barreira contra a angústia, uma forma de defesa, pois, ao ser “ligado” e “desligado por Deus” não tem que se posicionar no campo da sexualidade.

Também é possível colher cenas, no caso clínico, em que o apelo pubertário coloca em questão se o gozo está regulado ou não pela função fálica. A emergência pulsional aparecia desregrada, sem que o gozo estivesse regulado. “A maneira como se atualiza para Lúcio a barreira do incesto indica que ela não está colocada para regular o desejo dele” (MATTOS, 2008, p. 221). Lúcio estava muito erotizado, querendo “passar a mão” na mãe e na irmã e “mamar [nos] peitos” das mulheres.

O delírio foi uma tentativa de solução, de ligar essa energia desligada; no seu caso, em um delírio de filiação, quando nos conta ser filho de Deus, do qual recebe força e poder e “que vai povoar o mundo com uma nova raça”.

Essa construção delirante parece possibilitá-lo localizar o gozo que invadia seu corpo e trazer para ele um mais de vida, o que se explica em seu quadro maniaco: “sentia a energia entrar em seu corpo, transformando-o, ficando muito poderoso”. É por meio dela que ele se liga, se conecta,

encontrando um lugar e uma existência junto ao Outro (MATTOS, 2008, p. 222).

Nos atendimentos, Lúcio vai construindo o seu mundo por meio de seu delírio. Procurei ajudá-lo a encontrar outras soluções possíveis, pois essa tentativa de cura foi insuficiente porquanto se encontrava fora do laço social. Do delírio de ser “ligado” e “desligado por Deus”, um significante metonímico se apresenta como uma possibilidade de nomeação: ele passa a ser um eletricista. Essa nomeação lhe permite estabelecer um laço social, fazer um curso de eletricista, ser reconhecido e conseguir um trabalho.

O tratamento parece ir em direção da produção de um sintoma em que ele possa se representar e enlaçar-se ao Outro. Lúcio localiza o gozo no Outro sendo aquele que é ‘ligado e desligado’... mas, como eletricista, ele também pode fazer às vezes daquele que liga — significante que gera luz — alcançando um nome do sujeito que lhe permite fazer um laço social (MATTOS, 2008, p. 224).

Concluindo, Éric Laurent (2000) chamou de “novas ficções” as formas a serem inventadas no tratamento do sujeito psicótico e que permitiriam acolher e tratar esse modo singular de subjetividade. Ele nos lembra que todo esforço é no sentido de construir um laço do sujeito com o Outro, um Outro que nenhuma regra vem justificar.

CONCLUSÃO

Para dar sentido à vida ou enfrentar suas dificuldades, cada pessoa deve inventar um modo de se nomear. Entre essas invenções, inclui-se o correr risco na transgressão da lei. O jovem, na falta de referências simbólicas que o auxiliem nessa passagem, utiliza-se da dimensão do ato como forma de lidar com o mal-estar provocado pela entrada na adolescência, pelo encontro sempre faltoso com o sexo e a escolha de sua identidade sexual (LACADÉE, 2007).

Com o surgimento da puberdade, o jovem se encontra desamparado, as fantasias infantis já não são consistentes para efetuar um enquadramento do real, o sintoma falha e, diante da emergência do real, impõe-se o ato como última barreira contra a angústia.

O ato foi distinguido por Lacan em passagem ao ato e *acting out*. O *acting out* é uma cena em que o sujeito endereça ao Outro um apelo, na tentativa de se nomear. Na passagem ao ato, pelo contrário, há uma saída de cena: o sujeito se apaga e cai identificado ao objeto *a*.

Os atos infracionais dos adolescentes podem ter a vertente do *acting out*, serem um apelo ao Outro nesse tempo de desamparo, constituindo uma tentativa de nomeação frente à falta do Outro. Mas podem também ser uma passagem ao ato, quando o jovem não endereça nada ao Outro e, pelo contrário, o que se faz presente é um “não” proferido ao Outro.

Concluimos, com esta dissertação, que é no caso a caso que essas modalidades do ato aparecem, entrecruzam-se e mudam o destino de um sujeito, para o melhor ou para o pior.

Lacan (1986) nos ensinou que todo ato verdadeiro comporta uma transformação, uma infração, algo que marca um antes e um depois, um atravessamento. Podemos considerar a adolescência como exemplar para se pensar a questão do ato como um atravessamento. A passagem da adolescência comporta um ato. Ao entrar nesse “túnel perfurado de ambos os lados” (FREUD, 1989d), torna-se necessário sair, renascer de um outro jeito: entra-se de um, mas nunca é possível sair o mesmo. Esse tempo da adolescência é um tempo de concluir, no qual o sujeito tem pressa, precipitando-se em atos.

Por outro lado, assistimos, na contemporaneidade, à banalização do ato. Os adolescentes em conflito com a lei, em grande parte, demonstram, com seus atos repetitivos, uma rotina. Do ato, nós só sabemos de sua insistência. É na perseverança do ato que o jovem, afinal, é, por vezes, alcançado pelos “operadores do simbólico”¹⁰. Nesse funcionamento, os atos, comumente, constituem uma série de tentativas de inscrição e, quando se tornam seriados, perdem o caráter de ato e tornam-se atividade rotineira. O ato verdadeiro, aquele propiciador de uma retificação subjetiva, tem um caráter de excepcionalidade e não de habitual, cotidiano. Como recuperar a função do ato quando sua banalização o apaga?

Conforme nos adverte Garcia (2004), somente o adolescente poderá reparar o seu ato e ele o fará desde que uma referência ao simbólico seja viabilizada. Alguns educadores banalizam o delito do jovem, retirando do ato praticado todo o seu sentido; outros limitam a consideração do ato, evocando uma sanção, tentando resolver a questão por uma sentença.

O *Programa Liberdade Assistida* da Prefeitura de Belo Horizonte faz parte do aparelho regulador. A ele, os jovens são encaminhados pelo juiz para cumprirem medida socioeducativa, tendo sua liberdade acompanhada por técnicos “avisados” do inconsciente.

Oferece-se ao adolescente um lugar para que ele possa falar de seu ato, de sua história, apostando que esse ato reincidente possa vir a ser algo transformador. Trata-se da posição ética em que o sujeito possa se responsabilizar por seus atos e construir algum saber sobre o que o determina, mesmo que apenas pontualmente isso seja verificável.

Nessa perspectiva, o verdadeiro ato “infracional” está do lado do poder público, que cria e investe em programas nos quais a dimensão do singular é levada em conta, para além da política universalizante, dispondo-se a encarar essa situação tão banal.

¹⁰ Termo cunhado por Célio Garcia (2004) para fazer referência aos técnicos que trabalham na interface direito e psicanálise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Sônia. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- ÁRIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora S. A., 1981.
- BARRETO, Cristiane. *Uma interlocução, uma conversa anterior à leitura: ou, por que publicar o impúblicável?* In: RODRIGUES, Alexandre. O próximo da fila. Belo Horizonte: CONANDA, 2003.
- BARROS, Fernanda Otoni de; SALUM, Maria José Gontijo. *Da norma jurídica à exceção à regra, uma torção do singular ao universal*. In: III Encontro Americano do Campo Freudiano, Belo Horizonte, 2007.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990.
- BRODSKY, Graciela. *Short story: os princípios do ato analítico*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- BENETI, Antônio. *Interpretação na psicose ou manobras da transferência?* In: Revista Opção Lacaniana, São Paulo, n. 15, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAPANEMA, Carla A. *Um bom menino*. In: BARRETO, Cristiane; BRANDÃO, Mônica (Org.), Liberdade assistida: uma medida, Belo Horizonte: Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, p. 206-216, 2008.
- CHEMAMA, Roland. *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- DUTRA, Maria Cristina Bechelany. *As relações entre psicose e periculosidade: contribuições clínicas da concepção psicanalítica da passagem ao Ato*. 1999. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- FREDA, Hugo. *O adolescente freudiano*. In: Adolescência: o despertar. Escola Brasileira de Psicanálise, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 21-30, 1996.
- FLESLER, Alba. *A infância rejeitada – comentário sobre a criança criminosa de Genet*. In: FLESLER, Alba et al. Poetas, crianças e criminalidade sobre Jean Genet. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- FREUD, Anna (1958). *Adolescência*. Trad. MEIRA, A. M. G. In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, ano 5, n. 11, p. 66-72, nov. 1995.

- FREUD, Sigmund (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1989a. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).
- FREUD, Sigmund (1901). *A psicopatologia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1989b. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 6).
- FREUD, Sigmund (1905a). *Fragmento de uma análise de um caso de histeria*. Rio de Janeiro: Imago, 1989c. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).
- FREUD, Sigmund (1905b). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1989d. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).
- FREUD, Sigmund (1907). *Intervenção na sessão de 13/02/1907 da Sociedade Psicanalítica de Viena*. In: Les premiers analystes. Minutes de la Société Psychanalytique de Vienne, t. I, p. 136-137, *apud* GUTIERRA, Beatriz Cauduro Cruz. *Inícios na clínica psicanalítica do sujeito: O despertar do adolescente e do supervisionando*. 2008.
- FREUD, Sigmund (1911). *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. Rio de Janeiro: Imago, 1989e. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).
- FREUD, Sigmund (1914a). *Recordar, repetir e elaborar*. Rio de Janeiro: Imago, 1989f. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).
- FREUD, Sigmund (1914b). *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar*. Rio de Janeiro: Imago, 1989g. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 13).
- FREUD, Sigmund (1916). *Conferência XXI – O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais*. Rio de Janeiro: Imago, 1989h. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 16).
- FREUD, Sigmund (1919). *O estranho*. Rio de Janeiro, Imago, 1989i. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17).
- FREUD, Sigmund (1920a). *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro, Imago, 1989j. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).
- FREUD, Sigmund (1920b). *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*. Rio de Janeiro, Imago, 1989k. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

- FREUD, Sigmund (1925a) *Prefácio à juventude desorientada de Aichhorn*. Rio de Janeiro: Imago, 1989l. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19).
- FREUD, Sigmund (1925b). *Um estudo autobiográfico*. Rio de Janeiro: Imago, 1989m. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 20).
- FREUD, Sigmund (1926). *Inibições, sintomas e ansiedade*. Rio de Janeiro: Imago, 1989n. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 20).
- FUENTES, Maria Josefina Sota. *Sexo, desejo e devastação*. In: Clique. Belo Horizonte: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, n. 2, p 63.-. 67, ago. 2003. (Revista dos Institutos Brasileiros do Campo Freudiano).
- GARCIA, Célio. *Psicologia jurídica: operadores do simbólico*. Belo Horizonte: Del Rei, 2004.
- GLANVILLE, B. *Le grand propriétaire de toutes choses, très utile et profitable pour tenir le corps en santé*. Trad. CORBICHON, Jean, 1556, *apud* ÁRIES, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GUTIERRA, Beatriz Cauduro Cruz. *O mestre (im)possível de adolescentes – abordagem psicanalítica*, 2002. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- GUTIERRA, Beatriz Cauduro Cruz. *Adolescência, Psicanálise e Educação. O mestre “possível” de adolescentes*. São Paulo: Avercamp, 2003.
- GUTIERRA, Beatriz Cauduro Cruz. *Inícios na clínica psicanalítica do sujeito: o despertar do adolescente e do supervisionando*. 2008. 191 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- HAIM, André. *Les suicides des adolescents*. Paris: Payot, 1971, *apud* ALBERTI, Sônia. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- HARARI, Roberto. *O seminário “A angústia”, de Lacan: uma introdução*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1997.
- KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- KEHL, Maria Rita. *A juventude como sintoma da cultura*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.), Juventude e Sociedade – Trabalho, educação, cultura e participação, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- KLEIN, Melanie. (1932). *A Psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

- KLEIN, Melanie. (1937). *Amor, ódio e reparação*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- LACADÉE, Philippe. *A modernidade irônica e a Cidade de Deus*. In: Curinga, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais, n. 23, p. 35-54, nov. 2006.
- LACADÉE, Philippe. O risco da adolescência. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 jun. 2007. Caderno Pensar, p. 3.
- LACADÉE, Philippe. *O púbere em que circula o sangue do exílio e de Um pai*. In: Revista Estudos Psicanalíticos, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 229-238, jul./dez. 2008. (Publicação do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFMG).
- LACAN, Jacques. (1955-1956). *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, Jacques. (1957-1958). *O seminário V: As formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller).
- LACAN, Jacques. (1962-1963). *O seminário X: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller).
- LACAN, Jacques. (1964). *O seminário XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller), *apud* STEVENS, Alexandre. *Adolescência, sintoma da puberdade*. In: Curinga, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais, 2004.
- LACAN, Jacques. (1967-1968). *Seminário Libro 15: El acto psicoanalítico*. Buenos Aires: Paidós, 1986. CD-ROM.
- LACAN, Jacques. (1972-1973). *O Seminário XX: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller), *apud* FUENTES, Maria Josefina Sota. *Sexo, desejo e devastação*. In: Clique. Belo Horizonte: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, 2002.
- LACAN, Jacques. (1974). *Prefácio a O despertar da primavera*. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LACAN, Jacques. (1975-1976). *O seminário XXIII: O sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller), *apud* STEVENS, Alexandre. *Nuevos sintomas em la adolescência*. Rosário: Fundación Ross, n. 4, p. 49-56, jan./dez. 2000.
- LAURENT, Éric. *Há algo de novo nas psicoses*. In: Curinga. Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 14, p. 152-163, 2000.

- LAURENT, Eric. Como engolir a pílula? In: Clique. Belo Horizonte: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, n. 1, p. 25.-35, abr. 2002. (Revista dos Institutos Brasileiros do Campo Freudiano).
- LOPES, Arlete G.; SARUÉ, Sofia. *O despertar da primavera: um tempo lógico*. In: Letra Freudiana, Rio de Janeiro: Dumará, ano 10, n. 9, p. 61-69, [1991?].
- MARCELLI e BRACONNIER: *O problema do agir e da atuação*. In: Manual de psicopatologia do adolescente, Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, p. 81-114, 1989.
- MATTOS, Cristiana P. *Um jovem e sua psicose*. In: BARRETO, Cristiane; BRANDÃO, Mônica (Org.), Liberdade assistida: uma medida, Belo Horizonte: Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, p. 217-224, 2008.
- MILLER, Jacques-Alain. *Jacques Lacan: observaciones sobre su concepto de pasage al acto*. In: Infortunios del Acto Analítico, Colección Algoritmo, Buenos Aires: Atuel, 1993.
- NOGUEIRA, Cristina Sandra. Pinelli. *A questão do pai para o adolescente infrator e os impasses na transmissão do desejo*, 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- PASSERINI, Luísa. *A juventude, metáfora de mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950*. In: História dos Jovens 2: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PERROT, Michel. *A juventude operária, da oficina à fábrica*. In: História dos jovens 2: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PIMENTA, Jorge Antônio. *Adolescência – Um conceito precário*. Revista Médica de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 12, n 1, p. 24-29, jan./mar. 2002.
- RASSIAL, Jean-Jacques. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- RUBICÃO [Rio]. Disponível em <http://www.wikipedia.org/wiki/rio_rubicão> Acesso em: 02 maio 2009.
- SANTIAGO, Ana Lydia *et al.* *A mulher, a mãe, sua criança e outras ficções*. In: Curinga, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais, n. 15/16, p. 94-105, abr. 2001.
- SANTIAGO, Ana Lydia; LOPES, Ana Maria; MELLO, Lucia. *Como o sexo chega às crianças?* In: Papéis de psicanálise, Belo Horizonte: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 77-81, abr. 2004.

- SAVIETTO, Bianca B.; CARDOSO, Marta R. *Adolescência: ato e atualidade*. In: Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza: Universidade de Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 15-43, mar. 2006.
- STEVENS, Alexandre. *Nuevos sintomas em la adolescência*. Rosário: Fundación Ross, n. 4, p. 49-56, jan./dez. 2000.
- STEVENS, Alexandre. *Adolescência, sintoma da puberdade*. In: Curinga, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais, n. 20, p. 27-39, nov. 2004.
- VIDAL, Eduardo. *Passagem ao ato e acting out*. In: Letra Freudiana, Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, ano 12, n. 1-4, p. 211-221, 1993.
- VIEIRA, Marcos André. *Restos – Uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008.
- WEDEKIND, Frank. *O despertar da primavera*. Trad. Maria Adélia Silva Melo. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
- WINNICOTT, Donald. W. (1965a). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC Editora S. A., 1982.
- WINNICOTT, Donald. W. (1965b). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.
- VORCARO, Ângela. *A Criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2004.
- ZANOTI, Susane V. *Os jovens e o agir: respostas ao mal-estar*. 170 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <www.psicologia.ufrj.br/pospsi/teses.htm>. Acesso em: 22 mar 2009.